

ALESSANDRA DEVITTE

**DISCUTINDO AS POTENCIALIDADES E LIMITES DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO DOS BALNEÁRIOS DA BACIA
DO RIO URUGUAI NO OESTE CATARINENSE - O CASO DE
ILHA REDONDA, SC**

**FLORIANÓPOLIS – SC
2011**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM URBANISMO, HISTÓRIA E ARQUITETURA
DA CIDADE**

ALESSANDRA DEVITTE

**DISCUTINDO AS POTENCIALIDADES E LIMITES DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO DOS BALNEÁRIOS DA BACIA
DO RIO URUGUAI NO OESTE CATARINENSE - O CASO DE
ILHA REDONDA, SC**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade da Universidade Federal de Santa Catarina.

**Orientadora: Prof. Arq. Thêmis da Cruz
Fagundes, PhD.**

FLORIANÓPOLIS – S/C
2011

Catálogo na fonte elaborada pela biblioteca da
Universidade Federal de Santa Catarina

A ficha catalográfica é confeccionada pela Biblioteca Central.

Tamanho: 7 cm x 12 cm

Fonte: Times New Roman 9,5

Maiores informações em:

<http://www.bu.ufsc.br/design/Catalogacao.html>

Folha de Aprovação

A dissertação intitulada *Discutindo as potencialidades e limites de gestão e planejamento dos Balneários da Bacia do Rio Uruguai no Oeste Catarinense - O Caso de Ilha Redonda, SC*, de autoria de *Alessandra Devitte*, foi submetida a processo de avaliação conduzido pela Banca Examinadora, instituída pela Portaria N°005/PGAU-Cidade/11, para a obtenção do título de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, tendo sido aprovada em sua versão final em 28 de março de 2011, em cumprimento às normas da Universidade Federal de Santa Catarina e do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, PGAU-Cidade.

Prof^a. Arq. Urb. Maria Inês Sugai, Dra.
Coordenador do PGAU-Cidade

Banca Examinadora

Prof^a. Thêmis da Cruz Fagundes, PhD.
Presidente da Banca - Orientadora

Prof. Almir Reis, Dr.
Membro

Prof. Nelson Popini Vaz, Dr.
Membro

Prof^a. Maria Elisabeth de Siervi, Dr^a.
Membro Externo

Florianópolis, 07 de junho de 2011.

Dedico este trabalho à minha amada família.

Agradecimentos

Ao longo dos últimos anos, a difícil tarefa de pesquisa e elaboração desta dissertação foi acompanhada de perto pelo apoio fundamental de pessoas a quem devo manifestar a minha gratidão.

Aos meus pais Terezinha e Irno Roque Devitte, que acreditaram e compartilharam do meu sonho, além de motivar e financiar cada ida minha a Florianópolis.

Ao meu irmão Giovanni, pelo exemplo, pela confiança, carinho e incentivo em todos os momentos da minha vida.

À minha orientadora, Thêmis da Cruz Fagundes, pelo direcionamento e pela paciência em esperar por um trabalho que parecia não ter mais fim. Além da orientação, agradeço pelos ensinamentos que vão muito além do texto expresso neste trabalho.

Aos colegas da turma de 2008, por todos os momentos de estudo, companhia e descontração. Agradeço especialmente à Analu Cadore e Fernanda Ikert, pela troca de ideias, pelo suporte emocional, pela amizade que segui por e-mail, MSN, telefone e que irá muito além da finalização deste trabalho.

Aos professores do programa. Em especial a Nelson Popini Vaz, Almir Francisco Reis e Elizabeth de Siervi, pelas pertinentes sugestões nas bancas de qualificação e defesa.

À secretária do PGAU-Cidade Adriana C. Vieira, por toda dedicação e atenção despendida.

Aos amigos e colegas da UNOESC, pelas palavras de apoio e pelo suporte em todos os momentos.

Às minhas eternas amigas: Amanda Cristina Konopatzki, por ter ouvido pacientemente as reclamações de cansaço, e Fabiana Cristina Lucca, por ter me acolhido semanalmente ao longo desse processo.

Às amadas amigas Dione Roedel e Fabiola Utzig, que mesmo distante sempre me deram apoio nos momentos difíceis, com palavras de conforto e incentivo.

Aos demais amigos queridos, de longe e de perto, de quem senti tantas saudades e de quem me ausentei por muitas vezes para me dedicar a este trabalho.

Por fim, agradeço a Deus, pela dádiva do tempo que tudo cura e transforma.

“Se você me perguntar se as novas estradas e hidrelétricas, os novos portos foram um trabalho importante dos últimos anos, eu digo sim. Mas se você me perguntar se o uso que foi feito desse progresso material, eu digo não. Com esse equipamento extraordinário do território, poderíamos ter alcançado uma sociedade mais justa.”

SANTOS, (2002).

Resumo

Atribui-se aos empreendimentos hidrelétricos brasileiros o conceito de energia limpa, mas, na prática, não é isso que se vê, visto que a instalação de seus lagos e a interação com as características originais do local de instalação geram impactos ambientais, causando problemas físico-territoriais e de ordem socioeconômica.

Neste estudo, busca-se compreender a questão das transformações recentes da rede de cidades em regiões de bacias hidrográficas brasileiras de grande valor energético e, portanto suscetíveis à implantação de hidrelétricas, com foco no desenvolvimento de seus balneários e seu potencial turístico.

Nesse contexto, são analisadas as transformações recentes da cidade de Palmitos e do Balneário de Ilha Redonda, discutindo os limites e potencialidades de sua relação com a gestão local, através dos mecanismos propostos pelo Consórcio Foz do Chapecó Energia, responsável pela implantação da usina hidrelétrica Foz do Chapecó, na bacia do rio Uruguai, em Santa Catarina.

Palavras-Chave: Bacia do Rio Uruguai, Balneários Hidrotermais, Oeste Catarinense e Turismo Sustentável.

Abstract

The concept of clean energy is attributed to the Brazilian hydroelectric enterprises, but in practice that is not so, as long as the installation of their lakes and the interaction with the landscape of the installation site generate environment impacts, causing geographic, social, economic and environment problems.

This study aims to understand the recent transformations in the network of Brazilian cities in regions of hydrographic basins that have great energy value and, therefore are susceptible to hydroelectric enterprises exploitation. It focuses on the recent development of their beaches and the tourist potential of these regions.

In this context the recent transformations taking place in the city of Palmitos and in the Ilha Redonda relationship to local government and management. The mechanisms proposed by the Foz do Chapecó Energy Consortium is also discussed taking into account its role as the main responsible for the hydroelectric plant at Foz do Chapecó, Uruguay River Basin, Santa Catarina State, Brazil.

Key words: Uruguay River Basin, Hydrothermal Health-resorts, West of Santa Catarina and Sustainable Tourism.

Lista de Siglas

AMOSC	Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina
ANA	Agência Nacional de Águas
ANEEL	Agência Nacional Energia Elétrica Ltda
APP	Área de Preservação Permanente
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ELETROSUL	Eletrosul Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
FATMA	Fundação do Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MMA	Ministério de Meio Ambiente
MZILHA	Macrozona Urbana da Ilha Redonda
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
ONG	Organização Não-Governamental
SDT	Setor de Desenvolvimento do Turismo
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
ZEUF	Zona de Expansão Urbana Futura
ZODUP	Zona de Ocupação e Densificação Urbana Prioritária
ZRPA	Zona de Recuperação e Proteção Ambiental

Lista de Figuras e Tabelas

Figura 01	Mapa da Divisão Hidrográfica do Brasil.....	29
Figura 02	Localização da bacia hidrográfica do rio Uruguai.....	59
Figura 03	Bacia do rio Uruguai e as sub-bacias hidrográficas....	60
Figura 04	Confluência do rio Peperi-Guaçu com o rio Uruguai, junto ao “marco da fronteira” (divisa entre RS, SC e Argentina), a cerca de 15 km abaixo da cidade de Itapiranga e 6 km acima do Salto do Yucumã.....	61
Figura 05	Mapa do Estado de Santa Catarina e sua divisão política, demarcando a área delimitada como município de Chapecó no início do século XX.....	63
Figura 06	Mapa das colônias no Sul do Brasil, utilizado pelas empresas colonizadoras.....	64
Figura 07	Estrutura esquemática do parcelamento e uso do solo no período de colonização.....	65
Figura 08	Perfil esquemático da estrutura de parcelamento com relação ao sítio natural no período de colonização....	65
Figura 09	Descida de balsa em uma das curvas do rio Uruguai	66
Figura 10	Transporte de madeiras feito pelo rio Uruguai.....	66
Figura 11	Mapa do Plano Diretor de Chapecó no início da década de 30.....	67
Figura 12	Imagem de Chapecó na década de 30.....	68
Figura 13	Mapa da divisão política do Estado de Santa Catarina, demarcando os primeiros desmembramentos de Chapecó ocorridos no início da década de 50.....	69
Figura 14	Perfil esquemático do aproveitamento hidrelétrico do rio Uruguai.....	71
Figura 15	Vista aérea da cidade de Chapecó no ano de 2010	75
Figura 16	Mapa do sistema viário principal de SC em 1972. Em destaque a BR-282, em processo de implantação na época, ligando a região oeste ao litoral do Estado	76
Figura 17	Mapa do Estado de Santa Catarina, localizando a rede de cidades do oeste catarinense.....	78

Figura 18	Mapa de localização dos balneários hidrotermais na rede de cidades do oeste catarinense.....	79
Figura 19	Mapa do Estado de Santa Catarina com a localização de Águas de Chapecó na rede de cidades do oeste catarinense.....	80
Figura 20	Imagem aérea do perímetro urbano de Águas de Chapecó.....	81
Figura 21	Início da construção do balneário na década de 50...	82
Figura 22	Capela e Salão Comunitário da antiga localidade de Saltinho do Uruguai, desapropriada para a instalação do canteiro de obras.....	83
Figura 23	Mapa do Estado de Santa Catarina com a localização de Palmitos na rede de cidades do oeste catarinense..	84
Figura 24	Imagem aérea do perímetro urbano de Palmitos.....	85
Figura 25	Mapa das regiões territoriais administrativas do município de Palmitos, destacando o acesso ao Balneário de Ilha Redonda.....	86
Figura 26	A localização do Balneário de Ilha Redonda na rede de cidades do Oeste Catarinense.....	87
Figura 27	Imagem aérea do Balneário de Ilha Redonda.....	88
Figura 28	Imagem aérea da Sede do empreendimento Thermas de Ilha Redonda.....	89
Figura 29	Mapa do Estado de Santa Catarina com a localização de São Carlos.....	90
Figura 30	Imagem aérea do perímetro urbano da cidade de São Carlos.....	91
Figura 31	Imagem aérea do Balneário de Pratas.....	91
Figura 32	Maquete eletrônica com a proposta do parque aquático a ser implantado no Balneário de Pratas.....	92
Figura 33	Mapa do parcelamento original na época de colonização do Balneário de Ilha Redonda.....	108
Figura 34	Mapa do Balneário de Ilha Redonda, identificando o primeiro núcleo próximo às fontes minerais.....	109
Figura 35	Perfil esquemático da ocupação na década de 30.....	110
Figura 36	Mapa do parcelamento atual do Balneário de Ilha Redonda.....	112
Figura 37	Perfil esquemático da ocupação atual.....	113

Figura 38	Imagem aérea da localidade de Ilha Redonda na década de 80, marcando a implantação do Hotel Gloria (B), construído na década de 50 e ainda em atividade e Grande Hotel (A), que após um período sem atividade, atualmente encontra-se em reforma....	114
Figura 39	Sazonalidade apresentada nos anos 2009-2010, entre os meses de alta e baixa temporada.....	115
Figura 40	Pavimentação da SC-469, inaugurada em 2008.....	117
Figura 41	Mapa de conexões e acesso ao Balneário de Ilha Redonda.....	117
Figura 42	Mapa da malha viária atual do Balneário de Ilha Redonda.....	118
Figura 43	Imagens aéreas do Balneário de Ilha Redonda em 2010, mostrando a ocupação na faixa ao longo da margem do rio Uruguai.....	120
Figura 44	Mapa identificando as comunidades vegetais encontradas no Balneário.....	122
Figura 45	Mapa identificando a faixa de 500m de preservação ambiental prevista no Código Ambiental.....	123
Figura 46	Localização da implantação da Usina Foz do Chapecó Energia.....	125
Figura 47	Imagem aérea do local onde a UH Foz do Chapecó Energia foi implantada.....	126
Figura 48	Municípios localizados na área de influência direta da Usina.....	127
Figura 49	Elementos cênicos do Balneário.....	130
Figura 50	Casa de Força da Usina Foz do Chapecó Energia.....	131
Figura 51	Fundo cênico permitindo a vista entre morro e planície.....	132
Figura 52	Fundo cênico – a praia formada nas margens do rio Uruguai.....	132
Figura 53	Apropriação pública da rua.....	133
Figura 54	Apropriação pública do rio Uruguai.....	134
Figura 55	Proposta viária para a ZODUP II.....	139
Figura 56	Mapa do zoneamento proposto pelo Plano Diretor para a área do Balneário de Ilha Redonda.....	140
Figura 57	Perfil esquemático do zoneamento proposto pelo Plano Diretor para o Balneário de Ilha Redonda.....	141

Figura 58	Área do Balneário, atualmente preservada que, segundo o Plano Diretor atual, terá usos da Zona de Expansão Urbana Futura.....	142
Figura 59	Edificação em APP, com risco de desmoronamento em virtude da enchente ocorrida em 2010.....	144
Figura 60	Equipamento turístico implantado em APP.....	144
Figura 61	Edificações residenciais implantadas em APP.....	145
Figura 62	Mapa das áreas livres identificadas atualmente no balneário.....	146
Figura 63	Simulação de ocupação do Balneário de acordo com os índices previstos no Plano Diretor atual.....	148
Figura 64	Simulação de nova alteração das propostas do PD, prevendo multiplicação dos índices de 04 para 08 pavimentos.....	149
Figura 65	Perfil esquemático de uma simulação de nova alteração das propostas do PD, prevendo multiplicação dos índices permitidos atualmente.....	150
Tabela 01	Caracterização Demográfica do Município, de 2000 a 2009.....	83
Tabela 02	Taxa de crescimento médio anual da população, segundo Brasil, Santa Catarina e Palmitos no período de 2000 a 2009.....	85
Tabela 03	Densidade demográfica, segundo Brasil, Santa Catarina e Palmitos – 2009.....	85
Tabela 04	Distribuição populacional nos municípios da rede de cidades em estudo.....	101
Tabela 05	Índices previstos para a MZILHA.....	136
Tabela 06	Índices previstos para a ZRPA.....	137
Tabela 07	Índices previstos para a ZODUP.....	138
Tabela 08	Proposta viária para a ZODUP II.....	139
Tabela 09	Índices previstos para a ZEUF.....	142
Tabela 10	Índices previstos para o SDT.....	143

Sumário

INTRODUÇÃO.....	23
1.1 OBJETIVOS.....	25
1.2 PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO.....	26
1.3 DO REGIONAL AO LOCAL.....	26
1.4 MÉTODO DE PESQUISA.....	31
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	32
CAPÍTULO 2 – QUESTÕES CONCEITUAIS.....	35
2.1 ENTRE O URBANO E O AMBIENTAL.....	35
2.1.1 Rede de Cidades e Sustentabilidade.....	35
2.2 SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES E AS REDES DE CIDADES NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS.....	42
2.3 GESTÃO AMBIENTAL URBANA – GLOBAL X LOCAL	47
2.4 PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	51
CAPÍTULO 3 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	62
3.1 TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS E URBANO AMBIENTAIS.....	62
3.2 A REDE DE CIDADES DA BACIA HIDROGRÁFICA DO URUGUAI.....	80
3.2.1 Águas de Chapecó.....	80
3.2.2 Palmitos.....	84
3.2.3 São Carlos.....	90
3.3 O CONTEXTO LEGAL.....	92
3.3.1 Discutindo o EIA-RIMA/Consórcio Foz do Chapecó Energia.....	94
3.3.2 O Plano Diretor como instrumento de Planejamento e Gestão do Balneário de Ilha Redonda.....	96
CAPÍTULO 4 – ESTUDO DE CASO.....	100
4.1 O CONTEXTO AMBIENTAL E URBANO.....	100
4.2 O CONTEXTO LEGAL – ASPECTOS DO PLANO DIRETOR E EIA-RIMA.....	135

4.3	SÍNTESE DA ANÁLISE.....	151
	CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
	CAPÍTULO 6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	161
	ANEXOS.....	165

Introdução

A ideia de sustentabilidade das relações entre sociedade, espaço e ambiente natural têm se afirmado como um dos temas mais discutidos na atualidade. Diversos encontros e conferências mundiais têm colocado em debate a relação entre desenvolvimento e sustentabilidade criando protocolos e acordos que buscam mitigar os impactos no meio ambiente. O conceito de sustentabilidade vem se consolidando ao longo das últimas décadas de forma bastante abrangente e interdisciplinar, integrando campos de conhecimentos distintos em área diversas com diferentes graus de abrangência, social, cultural, ambiental, geofísica, econômica até o espaço construído.

O presente estudo parte dessa abordagem interdisciplinar do conceito de sustentabilidade, a fim de compreender a questão das transformações recentes da rede de cidades, em regiões de bacias hidrográficas brasileiras, de grande valor energético e, portanto suscetíveis à implantação de hidrelétricas, com foco no desenvolvimento de seus balneários e seu potencial turístico. Este estudo analisa as transformações recentes da cidade de Palmitos e do Balneário de Ilha Redonda, para compreender sua relação com a gestão local, através dos mecanismos propostos pelo Consórcio Foz do Chapecó Energia, responsável pela implantação da usina hidrelétrica, na bacia do rio Uruguai, em Santa Catarina. O principal argumento deste estudo é que as intervenções urbanas não estão livres de qualquer compromisso socioambiental e toda obra é uma forma de intervenção sobre o meio ambiente, quer pela substituição ou pelo remanejamento de espaços e formas construídas ou não. A questão que se coloca, então, é: em que medida essas intervenções podem garantir que as novas gerações possam usufruir, no mínimo, das mesmas condições ambientais hoje existentes? Trata, portanto, da questão da sustentabilidade no âmbito das ações preventivas e de planejamento e projeto que possam garantir a sustentabilidade das gerações futuras.

Embora seja importante reconhecer que o Estatuto da Cidade, instrumento maior que orienta a aplicação e elaboração dos planos diretores municipais e que hoje retrata o maior avanço em relação às políticas urbanas, aborda a questão ambiental, apesar de fazê-lo de modo pontual.

O encaminhamento do tema proposto remete a discussões que ultrapassam as alterações no espaço urbano e as legislações urbanísticas.

Ainda assim, a abordagem da questão sobre a legislação é extremamente relevante, ao analisar a configuração do espaço natural, especialmente ao considerar-se a irregularidade evidente no processo de urbanização nas margens do rio Uruguai.

O trabalho aborda também o premente debate das questões urbanísticas e ambientais que, por um lado, enfatizam a necessidade de preservação do meio ambiente natural e, por outro, têm buscado novos paradigmas para um modo de vida mais sustentável nas cidades.

Além disso, esta pesquisa discute o processo de desenvolvimento e implantação do plano diretor e do EIA-RIMA para a rede de cidades do oeste catarinense, com ênfase na cidade de Palmitos. Parte de uma primeira abordagem, que destaca a carência de instrumentos locais que possam garantir a participação democrática, bem como do rigor técnico na avaliação dos mecanismos da ordenação legal do território.

O processo de ocupação do território urbano e rural deve ser constituído a partir da utilização controlada dos recursos naturais, sendo esta uma premissa básica ao desenvolvimento equilibrado. Nesse contexto de discussões acerca da sustentabilidade, pode-se compreender o Balneário de Ilha Redonda como um estudo de caso exemplar, que pode contribuir para analisar e explorar os limites e potencialidades de implantação de uma usina hidrelétrica na bacia hidrográfica em questão.

Na elaboração deste trabalho, partiu-se da utilização de pesquisa bibliográfica e documental e do levantamento de campo do balneário selecionado como exemplificador das questões propostas. A pesquisa de campo teve ênfase também no levantamento das variáveis relativas a elementos não tangíveis de composição da paisagem, utilizando recursos fotográficos.

A abordagem conceitual de suporte deste estudo está apoiada nos conceitos de rede de cidades e território, ressaltando a pertinência de seu uso na análise da configuração territorial de um determinado espaço. Configuração esta compreendida como a materialização de todos os processos de relação, sejam materiais ou sociais, que ocorram em um determinado sítio físico, como resultado de um processo histórico ou expressão própria de uma sociedade, no decorrer de sua história. Dentre os trabalhos em que se apoia esta pesquisa, destacam-se a abordagem sobre o impacto econômico da globalização que modifica e impõe novos padrões de política e de gestão urbanas de BORJA & CASTELLS (1996) e trabalhos, como o de TARDIN (2008), que discute a intervenção paisagística, a partir de um novo olhar sobre a paisagem,

partindo da análise de seus sistemas de espaços livres, utilizado para aprofundar o entendimento das questões ambientais urbanas.

Este estudo é fruto da inquietação da autora como profissional e cidadã natural desta região, que tem assistido à implantação da usina, bem como participou do processo de implantação dela e a decorrente transformação da paisagem, além disso, também participou do processo político de constituição dos mecanismos de estudo, planejamento e gestão constituídos pelas associações de municípios existentes.

Espera-se contribuir para uma discussão ampla relativa ao processo de planejamento e possibilidades mais democráticas e sustentáveis de gestão local. Sugere-se avaliar as possibilidades de novos rumos, para o aprimoramento técnico e científico das agências locais de gestão como uma das formas possíveis para reversão da situação atual, recuperação da biodiversidade, dos recursos hídricos e do meio ambiente natural e social, de forma ampla. Busca-se convergir para o bem-estar da população residente no local, sugerindo-se diretrizes que norteiem a formulação de políticas públicas orientadas para implementação de planos e ações de gestão municipal mais sustentáveis.

Nesse contexto, a análise do caso de Ilha Redonda busca contribuir para o estabelecimento de parâmetros urbanísticos e ambientais de desenvolvimento local mais equilibrado, a fim de preservar os recursos naturais passíveis de serem utilizados como referência para os demais balneários da região, condicionados por áreas de fragilidade ambiental.

1.1 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Esta pesquisa busca estudar as transformações recentes que vêm sofrendo a rede de cidades em regiões de bacias hidrográficas de alto potencial energético, que tem sido alvo da política nacional de ampliação da política energética nacional de ampliação da matriz “limpa”. Tem como foco compreender e explicar a relação entre as transformações recentes na cidade de Palmitos e no Balneário de Ilha Redonda com instrumentos de gestão propostos pelo Consórcio Foz do Chapecó Energia, a partir da implantação dessa usina, localizada na bacia do rio Uruguai, em Santa Catarina.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estudar o contexto urbano e ambiental das transformações recentes na cidade de Palmitos e seu Balneário;
- Analisar os instrumentos de planejamento e gestão urbana e ambiental propostos para a cidade de Palmitos e seu Balneário;
- Discutir os limites e potencialidades do desenvolvimento turístico sustentado de Palmitos e seu Balneário.

1.2 PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

- Qual a relação entre as transformações recentes na cidade de Palmitos e no Balneário de Ilha Redonda e a implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó Energia na bacia do rio Uruguai?
- Como os instrumentos de planejamento e gestão propostos para o município de Palmitos e Balneário de Ilha Redonda, elaborados pelo Consórcio Foz do Chapecó, podem contribuir para um desenvolvimento mais sustentado?
- Quais as potencialidades de desenvolvimento turístico sustentado do Balneário de Ilha Redonda em face de seus condicionantes ambientais, econômicos e sociais?

1.3 DO REGIONAL AO LOCAL

Devido à abrangência do tema que relaciona a gestão urbana e a discussão atual sobre sustentabilidade, foi necessário delimitar os aspectos a serem tratados e priorizar variáveis que contribuíssem para as análises desenvolvidas. Nessa perspectiva, encaminha-se o trabalho a fim de estudar e compreender a formação da rede urbana, especificamente no recorte regional, por meio das relações sociais, geralmente marcadas por ações de atores que influenciam na estrutura e conjuntura socioeconômica de escalas espaciais. A busca pela apreensão da rede urbana, a partir do recorte regional, exige a participação de uma complexa gama de sujeitos a serem considerados, pois quanto menor a escala, maior a quantidade de detalhes a serem apreendidos na investigação para elucidação das hipóteses e compreensão do objeto de estudo (FERREIRA, 2008).

O modelo de desenvolvimento brasileiro, pautado fortemente no viés econômico vinculado aos interesses políticos e às estratégias de avanço e reprodução do capital internacional, fundamentou grande parte

do setor industrial, segundo relações externas mais fortes que internas. Assim, a sociedade urbana, originada sob esse contexto político-econômico, manteve a tendência incisiva em assimilar valores efêmeros no tocante ao consumo, aliado tanto à necessidade quanto ao desejo (FERREIRA, 2008).

Santos afirma que a informatização tornou o território e a sociedade articulada e funcional, mas desarticulada, quanto ao comando local das ações que nele se exercem. Por meio da reincidente concentração de renda, infraestrutura e poder político-econômico, apenas algumas parcelas do espaço e da sociedade usufruem dessas inovações, surgindo, então, a formação de uma sociedade urbana que cria e fortalece a rede urbana sob diferentes níveis de intensidade, provocando diferentes transformações em sua forma e em seu conteúdo. Assim, o autor destaca que: *“As especializações do território são a raiz da complementaridade regional: há uma nova geografia regional que se desenha, na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe”*. SANTOS (1993, p. 64).

As cidades são, nesse processo, os centros gestores e conectores dessa cadeia produtiva. Por meio de ações desigualmente combinadas entre horizontalidade e verticalidade, ocorre a interligação de *nós*, os quais fazem a conexão entre os espaços, materializando estruturas necessárias ao fortalecimento das esferas produtivas, de maneira que, *“de um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidades, como na definição tradicional de região. São as horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia, são as verticalidades. [...] enquanto as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o lócus de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla tanto econômica e política, como geograficamente.”* SANTOS (2004, p.284)

Embora o conceito de rede urbana remeta a uma ideia geral, passível de ser apreendida em escala mundial, é importante também ter clareza de que existem vários tipos de redes frente à conformação da rede mundial de cidades. Isso se relaciona à posição e ao papel que cada cidade apresenta na rede, segundo o contexto de formação e o conteúdo socioprodutivo por ela manifestos. (FERREIRA, 2008). As redes urbanas mais dinâmicas estão fundamentadas na produção e circulação de capital em rede, muito vinculada à presença de sedes de

multinacionais e centros de gestão financeira. Tais características apontam as regiões Sul e Sudeste como as mais dinâmicas do país.

A implantação das atividades que promovem a diferenciação espacial compreende uma lógica que inclui o desvendamento das motivações dos diversos agentes sociais, bem como o entendimento dos conflitos de interesses entre eles e suas aparentes soluções (CORRÊA, 2006). Nesse contexto, o novo modelo proposto para o setor elétrico brasileiro, aliado à anunciada perspectiva de crescimento econômico para os próximos anos, aponta para um cenário em que estão previstas construções de inúmeras usinas hidrelétricas e traz à baila uma oportuna avaliação do contexto político, urbano, econômico e social, assim como uma avaliação crítica acerca desse novo modelo. Muitos pontos permanecem ainda invisíveis aos olhos da maior parte da sociedade brasileira, no que diz respeito aos impactos negativos dessa política energética.

Embora a geração de energia seja importante ao desenvolvimento do país, há também preocupação no estabelecimento de mecanismos que garantam o adequado tratamento dos impactos ambientais, urbanos e sociais advindos da opção pela hidroeletricidade. Apesar da justificativa desses projetos girarem em torno da necessidade de progresso e de desenvolvimento, o que se verifica é uma contradição entre os grupos sociais que obtêm os benefícios e aqueles que arcam com os prejuízos.

No Brasil, a política nacional do setor energético, amparada pela existência de um grande número de rios aproveitáveis para a geração de energia elétrica, intensificou, nas últimas décadas, a exploração desse recurso natural. O MMA – Ministério do Meio Ambiente, com base na Lei 9.433/97, definiu a bacia hidrográfica como a unidade territorial para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Essa proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH – que aprovou, com algumas modificações, a proposta de Divisão Hidrográfica Nacional, considerando 12 grandes regiões hidrográficas. Na bacia hidrográfica, a gestão dos recursos hídricos deve dar-se de forma integrada, descentralizada e participativa, considerando as diversidades sociais, econômicas e ambientais do País.

BACIAS HIDROGRÁFICAS BRASILEIRAS



Figura 01: Mapa da divisão Hidrográfica do Brasil.
 Fonte: www.geografiaparatodos.com.br em 23/02/2011.

A Região Hidrográfica do Uruguaí, dividida ainda em 16 sub-bacias, ocupa lugar de destaque em função das atividades agroindustriais desenvolvidas e do seu potencial hidrelétrico, com uma capacidade total de produção de 40,5 KW/km², uma das maiores relações do mundo.

O recorte metodológico para o estudo da região selecionada utilizou como critério a rede de cidades do oeste catarinense diretamente atingida pela implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó Energia. A construção da Usina, por um consórcio formado por multinacionais, trouxe para essa rede, novos sistemas, novas conexões, novos modelos de comunicação com o mercado. Para compreender e analisar tais questões fez-se necessário utilizar abordagens que permitissem ampliar conhecimentos e definir uma base territorial que contemplasse os elementos empíricos da área de estudo.

Mesmo estando na periferia dos grandes centros urbanos nacionais, a pequena rede de cidades do oeste catarinense tem uma grande influência na produção, na distribuição, repartição e consumo de

muitos produtos agrícolas. A importância da rede, em nível nacional e mundial, é evidente, devido aos grandes índices econômicos na produção, importação e exportação de suínos e aves. Grandes empresas estão instaladas nessa rede de cidades de pequeno porte, gerando a necessidade de uma infraestrutura específica ao escoamento da produção e conexões entre os mercados. Esses mecanismos estimulam a ampliação dessas conexões, criando novos mercados para atender às novas demandas geradas, como é o caso da implantação da usina.

Esse processo requer um novo olhar, a fim de compreender as novas formas de operação e seus impactos nos sistemas urbanos tradicionais, bem como com relação à sustentabilidade desses ambientes, considerando os novos ciclos de uso e descarte dos recursos e seus resíduos, quer seja na atmosfera, nos solos ou rios.

Nesse cenário, discute-se também o potencial positivo das relações de globalização da economia, como pode contribuir ajustando esses diferentes interesses, aliando as perspectivas globais das organizações multinacionais às necessidades e demandas locais da comunidade na qual estão inseridas. Com os impactos da globalização, as consequências na forma de agir, pensar, produzir e consumir alteram-se também as relações entre Estado e sociedade, fazendo com que surjam novos atores sociais. Segundo BORJA & CASTELLS, esses atores têm o potencial de possibilitar que locais desse tipo passem a ter característica estratégica, como centro da gestão do global, da produtividade, de representação e de integração sociocultural em nível local. (BORJA & CASTELLS, 1998)

Os autores enfatizam a conjugação da competitividade e sustentabilidade, afirmando que, no contexto da globalização, as cidades estão cada vez mais dependentes da economia global, e a gestão urbana atual consiste em *“situar cada cidade em condições de enfrentar a competição global da qual depende o bem-estar de seus cidadãos.”* BORJA & CASTELLS (1998, p. 31) acrescentam:

“A fonte dos novos processos de transformação urbana e, portanto, os pontos de incidência de políticas urbanas, locais e globais são capazes de inverter o processo de deterioração da qualidade de vida nas cidades” BORJA & CASTELLS (1998, p. 107).

1.4 METODO DE PESQUISA

A abordagem metodológica adotada teve por base duas etapas de trabalho investigativo, com escalas de abrangência distintas e complementares, relativas ao estudo das transformações urbanísticas em municípios pertencentes a bacias hidrográficas, alvos de intervenções por ação governamental e implementação de usinas hidrelétricas.

A fim de analisar e compreender as características locais específicas e suas potencialidades foi utilizado o método de estudo de caso exploratório, buscando evidenciar exemplos que pudessem ser generalizados para as situações dos balneários na rede de cidades da bacia do rio Uruguai.

A abordagem metodológica adotada compreende a análise da escala regional e da escala local, com base em dados primários e secundários coletados junto aos órgãos ambientais e de planejamento regionais e complementados com o reconhecimento *in loco* da região analisada. Esses dados foram espacializados, através de mapas digitalizados, que permitissem o cruzamento das variáveis urbanísticas e ambientais definidas.

Visando a aprofundar o conhecimento da realidade local e melhor compreender a área de estudos – o Balneário de Ilha Redonda, considerando a inexistência de dados espaciais na escala adequada, foram coletados dados primários com vista à espacialização das informações urbanas referentes ao uso e ocupação do solo, sistema viário, parcelamento do solo, estrutura tipológica das edificações e características morfológicas.

A caracterização do meio natural foi feita a partir da interpretação dos dados secundários de macro escala produzidos no EIA RIMA. Com base nessas informações e imagens do Google Earth, foram elaborados mapas exploratórios que permitissem um entendimento das relações que se dão entre os diferentes ecossistemas que compõem a paisagem local e os elementos que deles fazem parte, também complementados com imagens fotográficas.

A cartografia elaborada permitiu, posteriormente, o cruzamento com variáveis urbanísticas, a fim de entender as relações que se têm estabelecido nesse lugar, entre estruturas urbanas e ecossistemas naturais.

Os principais instrumentos de pesquisa foram o EIA-RIMA, Plano Diretor, dados do IBGE, Secretaria do Turismo, além de levantamento da legislação pertinente, análise gráfica relativa às

variáveis de uso e ocupação do solo e levantamento fotográfico das transformações da paisagem urbana e natural.

a) Base de dados descritiva

Com o propósito de completar o diagnóstico que servirá de referência para estabelecer os cenários futuros e analisar as alternativas para o desenvolvimento do balneário, foi necessário levantar informações junto aos moradores, turistas e gestores, com base em entrevistas não estruturadas.

b) Base de dados gráfica e fotográfica

Foram elaborados mapas esquemáticos e croquis para investigação e registro do levantamento de dados de usos e das características físicas do entorno.

c) Estudo de caso

O caso específico do Balneário de Ilha Redonda foi escolhido por estar na área de abrangência da Usina Foz do Chapecó Energia e fazer parte da Rota das Termas, conjunto de balneários hidrotermais localizados num raio de 60 km na região oeste de Santa Catarina. Foram avaliadas as variáveis relacionadas a aspectos físico-espaciais (uso e ocupação, sistema viário, localização e caracterização das áreas verdes). Com base nesse levantamento, foi analisada a relação do Balneário de Ilha Redonda com o entorno, avaliando, a partir de variáveis da sustentabilidade urbana, qual a contribuição desse espaço para a qualidade ambiental da cidade, além de abordar a participação das políticas públicas diante da sustentabilidade do espaço urbano.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta dissertação está estruturada em seis capítulos. O *Capítulo 1* apresenta uma introdução, a qual mostra a relevância do tema em estudo, justificando a importância do assunto, os objetivos, as perguntas de investigação que levaram à escolha do problema a ser analisado e o método de estudo utilizado, com foco na escala local, a partir da seleção de um estudo de caso específico, que pudesse ser utilizado como estudo representativo da situação dos demais municípios da região oeste de Santa Catarina.

O *Capítulo 2* aborda as bases conceituais e discute o desenvolvimento sustentável, destacando a importância do estudo da

sustentabilidade ambiental para os instrumentos de gestão que vem sendo utilizado na rede de cidades, relacionando o equilíbrio entre o uso dos recursos naturais e o modo de vida urbano. Aborda ainda a busca da sustentabilidade como parâmetro urbanístico e a proposta do sistema de espaços livres, que representa um mecanismo de ordenação integrado com a ocupação urbana e o respeito aos recursos do território.

O *Capítulo 3* trata da análise da área de estudo, descrevendo sua localização, as características físicas da região, seu meio biótico e seu processo de urbanização. Trata também dos instrumentos de planejamento dos municípios-alvo de implementação da usina hidrelétrica na bacia do Uruguai e dos mecanismos de gestão pública dos mesmos.

O *Capítulo 4* expõe o estudo de caso específico, parte em que é apresentado o Balneário de Ilha Redonda e a dinâmica das transformações de uso e ocupação dos seus espaços livres, buscando compreender sua relação com a gestão local. Nesse capítulo, encontram-se as análises e discussão dos dados levantados, buscando equacionar as respostas às perguntas de pesquisa. Apresenta a síntese analítica, estabelecendo os parâmetros de relação para futuras generalizações com respeito aos demais balneários e municípios da rede de cidades da bacia do rio Uruguai no oeste catarinense.

As Considerações Finais, apresentadas no *Capítulo 5*, sintetizam os estudos realizados, expondo as conclusões da pesquisa, além de estabelecer a correlação entre as escalas de análise e as possibilidades de generalização do caso estudado face à demanda regional, bem como aponta as recomendações ao desenvolvimento de pesquisas futuras no âmbito das políticas de incentivo ao turismo sustentado dos balneários dessa bacia.

Questões Conceituais

A base conceitual deste trabalho parte da discussão acerca da sustentabilidade das redes de cidades, associadas a bacias hidrográficas, relacionando o equilíbrio entre o uso dos recursos naturais e o modo de vida urbano. Destaca a premência de uma estratégia mais adequada ao planejamento da ocupação dos espaços livres especialmente em regiões geográficas. Discute ainda os instrumentos legais de planejamento e os mecanismos de gestão.

2.1 ENTRE O URBANO E O AMBIENTAL

2.1.1 Rede de Cidades e Sustentabilidade

As definições e conceituações sobre a idéia de rede se multiplicam, mas pode-se admitir que se enquadram em duas grandes matrizes: a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, onde é também levado em conta o dado social. A primeira visão leva a uma definição formal, que N. Curien (1988, p. 212) assim descreve: *"toda infra-estrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação"*. (SANTOS, 2006).

A terminologia de rede de cidades não é recente, assim como também não o é o seu estabelecimento, por meio de relações no território. A partir do momento em que existe um sistema de produção, tem início a formação de relações de mercado, como uma fase embrionária das redes, quer sejam baseadas em um sistema de relações mercantis, pessoais ou de laços familiares, conforme diversos autores (BARÉA; MIORIN, 2007).

As redes são formadas por *nós*, instalados em diversos momentos, diferentemente datados, muitos dos quais já não estão presentes na configuração atual e cuja substituição no território também se deu em momentos diversos. Mas essa sucessão não é aleatória. Cada movimento se opera na data adequada, isto é, quando o movimento social exige uma mudança morfológica e técnica. A reconstituição dessa

história é, complexa, mas igualmente fundamental, se buscamos compreender a evolução de um lugar como uma totalidade. (SANTOS, 2006).

Se compararmos as redes do passado com as atuais, a grande distinção entre elas pode ser vista como a parcela de espontaneidade na elaboração respectiva. Quanto mais avança a civilização material, mais se impõe o caráter deliberado na constituição de redes. Os recentes progressos da ciência e da tecnologia e as novas possibilidades abertas à informação, supõe uma antevisão das funções que a constituição de redes poderão exercer, isso tanto inclui a sua forma material, como suas regras de gestão. (SANTOS, 2006).

Nesse sentido, o estudo de redes de cidades revela as conexões estabelecidas, nos pontos do espaço geográfico em que se localizam os atores responsáveis por determinadas ações. São as ações desses atores que dão sustentação às redes, pois nesses *nós* que se estabelecem as relações entre os atores de uma rede localizada em pontos de um mesmo espaço ou em diferentes espaços. As redes se constituem numa relação de poder e de controle sobre aquilo que pode ser distribuído entre os *nós*. Nessas redes (ferrovias, hidrovias, rodovias, informação, etc.) circula o que interessa a determinados grupos, responsáveis pela produção territorial.

O que é fato novo hoje é que, quem comanda as relações sócio-espaciais, segundo Santos (1992), não são mais os fluxos de matéria-prima e de mão-de-obra, mas são os fluxos de informação – eixos invisíveis e imateriais.

Nesta mesma linha, Castells admite que as formas de organização social em redes existiram em outros tempos. No entanto, o autor afirma que, hoje, é o paradigma da tecnologia da informação que as dissemina por toda estrutura social. (CASTELLS, 2005).

As tecnologias de comunicação influenciam na localização das empresas, assim como os custos de mão-de-obra e o acesso às matérias-primas influenciaram na escolha de um local e na busca por melhores vantagens competitivas. A instalação de uma empresa, por exemplo, num determinado lugar, provocará novas configurações espaciais através da localização de novos moradores, comércio, redes de circulação e comunicação, e, portanto, novas relações sociais e econômicas serão estabelecidas.

A cidade global é uma função da rede de cidades, que tira precedente de qualquer papel individual que essas cidades possam representar. Essas áreas metropolitanas-chaves não funcionam

independentemente, mas, sim, atuam como nós em um sistema econômico global: são lugares altamente concentrados onde comunicações interpessoais são travadas e estão intimamente ligadas em uma única economia global e rede comunicacional (SASSEN, 1991).

Tratando-se do local, um dos maiores impactos da globalização dá-se na hierarquia das cidades, constituindo as "cidades mundiais" como centros gerenciais das corporações internacionais, formando redes de cidades para atender à flexibilização da produção e aos novos fluxos tecnológicos. As grandes cidades passam a ter um novo papel estratégico. Segundo Sassen (apud BORJA & CASTELLS 1996, p. 25), essas cidades funcionam como pontos direcionais da organização da economia mundial, como localizadores-chave das finanças e serviços especializados, lugares de produção de inovação nos setores avançados, mercado desses produtos.

Dito isso, não é difícil concluir que existe alguma lógica na organização e distribuição geográfica das cidades, ou seja, que as cidades não se distribuem aleatoriamente no espaço, tampouco são centros isolados. Cabe destacar aqui que as cidades representam os principais nós que interligam os diferentes locais. Quanto maior a complexidade das atividades econômicas, maior é o comando exercido por essas cidades no processo de circulação, seja de pessoas, de mercadoria, de serviços ou de informação, formando o que chamamos de rede urbana.

Para Santos, a cidade se define segundo as modalidades das combinações dependentes do grau de desenvolvimento regional. Do ponto de vista político, as atividades centrais se dispõem em rede e sistema, não importa onde estejam localizadas. Cita ainda que, o arranjo espacial das cidades muda, tanto pelo seu tamanho consideravelmente aumentado, como pela sua localização mais dispersa:

“Mudam, sobretudo suas funções. As cidades são, de um lado, os elos de uma cooperação e de uma regulação que se devem dar em escala nacional, a serviço das atividades com dimensão nacional, isto é, as grandes empresas e o Estado.”
(SANTOS, 1996, p.108)

Santos argumenta ainda que as redes justificam, de certa maneira, a expressão verticalidade, porque dispensam continuidades e contiguidades, embora não as excluam, e adverte:

“Além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns” (SANTOS, 1998, p. 16).

Castells acrescenta a visão de que o espaço dos lugares e localidades está claramente associado com a história local, tradição e memória. Entretanto autor destaca que, enquanto a maioria dos habitantes do mundo vive e trabalha no espaço dos lugares e localidades, as funções dominantes econômicas, políticas, sociais e ultimamente também culturais estão cada vez mais mudando para o espaço dos fluxos, nos quais é possível a conexão de redes a - históricas sem localidades (CASTELLS, 1999).

Nesse contexto, os estudos das redes urbanas é relevante para se compreender as transformações recentes da cidade e do processo de urbanização. Não basta olhar para a cidade em si, é preciso contextualizá-la regionalmente, saber qual o seu papel na rede de cidades, em suas diferentes escalas: local, regional, nacional e global.

No entanto, apesar de suas peculiaridades regionais e locais, todas as cidades abrigam, com maior ou menor intensidade, problemas intra urbanos que afetam sua sustentabilidade, particularmente os decorrentes de: dificuldades de acesso à terra urbanizada, déficit de moradias adequadas, déficit de cobertura dos serviços de saneamento ambiental, desemprego e/ou precariedade de emprego, violência/precariedade urbana e marginalização social.

Assim, é cada vez mais preocupante a evolução das cidades em relação ao seu ambiente e espaço de produção social, pois *“é a partir da apreensão e do entendimento do lugar e dos sistemas inerentes a ele que se constrói a cidade sustentável”* (Acselrad, 2001; Espenica, 1994; Nobre, Amazonas, 2002).

O desenvolvimento sustentável é um dos principais desafios aos quais a humanidade vem se deparando, ainda que a definição desse conceito possa ser ambígua (BORJA & CASTELLS, 1997, p. 126).

As noções de sustentabilidade pertinentes à cidade estão frequentemente associadas à ideia de escassez de recursos naturais e de não poluição do meio ambiente, centrando-se os argumentos na necessidade de preservação dos recursos naturais ou de qualidade de vida adequada para as próximas gerações (CARVALHO; ROMERO, 1999 apud KRAFTA; POLIDORI, 2003).

Como fruto dos debates iniciados globalmente e liderados pelo movimento ecológico e da busca por modelos alternativos, a Organização das Nações Unidas (ONU) articula a formação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, liderada pela norueguesa Gro Harlem Brundtland, composta, em sua maioria, por representantes de países em desenvolvimento e de ONGs ambientalistas. Quatro anos depois, em 1987, foi publicado o relatório chamado “Nosso Relatório Comum”, que se tornou referência para discussões sobre a temática ecológica, e consolidou a expressão mundialmente difundida de desenvolvimento sustentável.

“Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades.” (CMMAD, 1996, p. 46).

Esse Relatório destaca que o conceito de desenvolvimento sustentável tem limites, não absolutos, mas limites impostos pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana (CMMAD, 1996, p. 9).

O relatório enfatiza ainda que tanto a tecnologia quanto a organização social devem ser geridas e aprimoradas, a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico. Propõe-se, então, o desenvolvimento sustentável como um processo de mudança cuja exploração de recursos, orientação dos investimentos, rumos do desenvolvimento ecológico e a mudança institucional estejam de acordo com as necessidades das gerações futuras.

Entre os avanços significativos em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável, encontra-se a formulação da Agenda 21 para países, estados e municípios. A Agenda 21, importante documento elaborado na Rio-92, estabeleceu a importância de cada país ao se comprometer a refletir, global e localmente e cooperar no estudo de soluções aos problemas socioambientais, deixando claras as diversas demandas e problemas enfrentados pelas cidades no Brasil. Agenda 21 coloca questões fundamentais com relação a sustentabilidade humana face ao modo de vida urbano contemporâneo, que no contexto da expansão da rede de cidades brasileira, nos permite questionar a eficácia de seu planejamento e gestão.

No que se refere a problemática urbana, a complexidade das estruturas sociais, econômicas e ambientais transforma a busca pelo

desenvolvimento sustentável em tarefa das mais difíceis. A indissociabilidade da problemática social urbana e da questão ambiental nas cidades exige que se combinem dinâmicas de promoção social com as dinâmicas de redução dos impactos ambientais no espaço urbano.

Muitas vezes a noção de sustentabilidade se confunde com o meio ambiente, no seu sentido restrito. A gestão ambiental urbana deve ser compreendida pelo conjunto das atividades dedicadas ao gerenciamento de uma cidade, onde a melhoria ou a conservação da qualidade ambiental, tanto no espaço intra urbano como no de sua área de influência, represente um objetivo determinante. Constitui, portanto, o conjunto das atividades técnicas, administrativas, legais e normativas para as quais se pressupõe uma ação coordenada e de parceira entre os diferentes níveis de governo e a capacidade mobilizadora da comunidade (ROSSETTO, 2003).

É a partir dessas mudanças decorrentes da eclosão da questão ambiental e sua inserção na pauta das principais discussões internacionais, nas últimas décadas, que se observa um redirecionamento das práticas sociais. É nesse novo contexto que a atividade de planejamento evidencia a necessidade do envolvimento mais aprofundado da dimensão ambiental para um redirecionamento de sua condução de gestão urbana.

O papel mais importante deve ser desempenhado pelo aparelho administrativo do Estado, neste caso, independentemente de seu nível institucional, tanto como agente de planejamento, oferecendo estímulo e apoio às iniciativas locais e de âmbito comunitário, como de gestão local. Esse papel, embora importante, só é efetivamente legitimado por um sistema descentralizado de participação que conte com assistência técnica e com programas de educação ambiental e de cidadania, que envolvam todas as camadas da população.

O desenvolvimento sustentável das cidades implica, ao mesmo tempo, crescimento dos fatores positivos para a sustentabilidade urbana e redução dos impactos ambientais, sociais e econômicos indesejáveis no espaço urbano. Por ser um conceito abrangente que incorpora todas as dimensões e considera todos os aspectos de uma realidade, é importante destacar a compreensão sistêmica e holística que está subjacente (ROSSETTO, 2003).

Para alcançar esses objetivos, um dos principais desafios a serem enfrentados é o de buscar novos modelos de políticas públicas urbanas, que combinem o esforço de crescimento econômico com ações equilibradas para obtenção de condições dignas de vida às populações e

com redução nas taxas de degradação do meio ambiente. Como solução possível ao enfrentamento dessas questões, encontra-se a priorização na elaboração de instrumentos que viabilizem, na prática, as ações públicas para o desenvolvimento sustentável.

A partir desta abordagem ampla o conceito de rede de cidades ganha relevância para compreender e analisar as condições de sustentabilidade para o caso de redes de cidades localizadas em bacias hidrográficas, como é o caso deste estudo. Os aspectos ambientais, culturais, econômicos, sociais, que considerem ainda o potencial paisagístico, em seus aspectos tangíveis e intangíveis, ganham significativa relevância. É a análise do conjunto desses aspectos que pode pautar a compreensão das transformações locais, bem como seus desafios e potencialidades em relação a um desenvolvimento mais sustentável.

2.2 SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES, PAISAGEM E BACIAS HIDROGRAFICAS

Este estudo busca o suporte da abordagem do sistema de espaços livres para a análise das configurações urbano ambientais nas regiões de bacias hidrográficas. Neste sentido destaca-se *“a percepção da paisagem como fator de grande relevância na ordenação dos espaços livres, com a finalidade de manutenção da qualidade visual e com repercussões sobre o desenvolvimento da qualidade de vida da população e a preservação de seu patrimônio natural e artificial”* (ZOIDO 2002, apud TARDIN, 2008 p. 51).

Tardin pondera que a ideia de um sistema de espaços livres como diretriz da ordenação do território surgiu no fim do século XIX, a partir do trabalho de Frederik Law Olmsted no Sistema de Parques de Boston (1887). Esse sistema partiu da conversão da zona pantanosa de Back Bay, em parque público, estendeu-se para uma sucessão de parques conectados por caminhos até culminar com o Emerald Necklace (TARDIN, 2008 p. 37)

Com essa proposta, Olmsted provocava integrar a cidade ao campo como parte de um mesmo desenho, com base no sistema de espaços livres. O espaço livre adquiriu uma nova dimensão, para além dos parques públicos encerrados em si mesmos, uma vez conectados através da parkways. Estas, além de unirem os parques entre si, contribuíam com uma nova concepção para o desenho das vias, mais próxima dos desfrutes da paisagem do que propriamente destinada a

resolver as questões do tráfego, podendo se apresentar como ruas arborizadas, caminhos panorâmicos ou elementos de continuidade paisagística, que cruzavam parques e outros espaços livres (JELLICOE, 1995 apud Tardin, 2008 p. 38).

A autora sugere ainda que estas ideias que se aplicaram no início do séc. XX em outras cidades, como Chicago (1909) em Nova Iorque (1928), denotavam a preocupação em induzir a natureza na cidade e oferecê-la para desfrute coletivo, conectando o estrato construído e o estrato livre, através do caráter contínuo das vias-parque, ao mesmo tempo em que atendiam ao desejo de embelezar a urbe (TARDIN, 2008 p.38).

Para Tardin, *“a explosão das cidades, a partir da década de setenta, teve impactos em diversas instâncias: a perda da qualidade de vida nos centros urbanos, a tendência geral à degradação dos espaços livres e o crescimento intenso e descontrolado, que resultou na dispersão urbana pelo território”* (TARDIN, 2008 p.41).

As reações a esses fatos tiveram início ainda nos anos sessenta, com trabalhos orientados para a qualidade de vida coletiva nos espaços livres públicos urbanos e a valorização da paisagem¹. Ao mesmo tempo, a partir dos anos setenta, começaram a se introduzir preocupações de fundo ecológico expressas em trabalhos, como o de Mcharq (1969), na criação do National Environment Policy Act (NEPA) nos Estados Unidos (1969), no desenvolvimento de ideias de outras iniciativas, que defendiam uma melhor integração entre as distintas instâncias de paisagem. Nesse contexto, a importância dada pelos governos a esta problemática deu origem à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972) e à Cúpula do Meio Ambiente (Rio de Janeiro, 1992), que tentaram consolidar as ideias sobre o desenvolvimento urbano sustentável, tema que foi objeto de muitos outros encontros internacionais.

Assim, a busca da sustentabilidade como parâmetro urbanístico começou a se refletir em muito planos, e a proposta do sistema de espaços livres, presentes em diversos deles, representa um mecanismo de ordenação que tenta integrar a ocupação urbana e o respeito aos recursos do território.

Segundo a autora, percebe-se essa tendência em algumas propostas de planejamento, que surgiram na década de noventa, em

¹ O trabalho de Lynch (1960), em *A imagem da Cidade*, é contribuição fundamental neste sentido, pois reclama uma maior atenção à relação entre assentamentos, acessos e espaços livres nas cidades.

idades como Paris, Berlim e Barcelona. Nesses planos, o sistema de espaços livres está composto por uma série de elementos morfológicos, que tanto resgatam tipos do passado quanto propõem novas soluções, ao mesmo tempo em que cumprem distintas funções que garantem a sustentabilidade da paisagem.

Para a autora, essas aproximações são importantes referências, em um contexto global, na busca de novas soluções à reestruturação do território urbano, que conciliem o desenvolvimento urbano como um plano de conservação de recursos, fundamental para proporcionar a qualidade de vida nas cidades.

Embora a metodologia elaborada por Tardin não tenha sido diretamente aplicada como instrumento de análise nesta pesquisa, o conceito geral que avalia o sistema de espaços livres como papel central enquanto espaço que pode ser planejado com antecedência, foi utilizado como um novo olhar mais amplo e alternativo, sobre o espaço do Balneário em estudo, contrapondo-se às propostas de ocupação urbana que visam somente os estímulos a densificação dos espaços já ocupados.

Tardin destaca ainda que: *“Na realidade, não existe um consenso sobre os conceitos de território, paisagem e espaço livre, nem uma definição exata do que representam, dado que podem conter diferentes fenômenos. Muitas referências, derivadas, sobretudo do urbanismo, da geografia, da ecologia e do paisagismo, os definem de distintos modos, entre eles, como lugar da estrutura física em si mesma, das relações socioculturais que estabelecem as pessoas que os habitam, da composição e do funcionamento dos ecossistemas existentes. Deste modo, território, paisagem e espaço livre, em sua pluralidade, denotam conotações variadas e cada uma delas destaca as características mais adequadas para as análises que se deseja realizar, o que permite dizer que são, principalmente, conceitos instrumentais”* (TARDIN, 2008, p.43).

Esta pesquisa alinha-se ao pensamento que entende o território como paisagem artificializada que pressupõe a ideia de espaço habitado, espaço adaptado às necessidades humanas e às suas intenções de transformação. *“Espaço que, além de sua configuração física, das atividades que se estabelecem nele e de sua possível percepção visual, envolva a leitura humana, como a interpretação do suporte físico que possibilita a atuação sobre ele”* (Cosgrove, 1984 apud Tardin, 2008, p. 44).

O espaço está no centro das preocupações dos mais variados profissionais. Para alguns, objeto de conhecimento, para outros simples meio de trabalho. Há desde os que o vêem como um produto histórico, até como um processo histórico. Neste contexto, todos os espaços são geográficos porque são determinados pelo movimento da sociedade, da produção.

“Mas tanto a paisagem quanto o espaço resultam de movimentos superficiais e de fundo da sociedade são uma realidade de funcionamento unitário, um mosaico de relações, de formas, funções e sentido” (SANTOS, 1997, p.61).

Em *A natureza do espaço*, Santos discorre sobre o conceito de paisagem na geografia, distinguindo do conceito de espaço, com o qual amiúde é confundido. Destaca que a paisagem constitui:

“O conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (SANTOS, 2002, p. 103).

A seguir o autor distancia-o do conceito de configuração territorial (conjunto de elementos naturais e artificiais caracterizadores de uma área), esclarecendo que paisagem seria a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão e salienta que a utilização das duas expressões seria indiferente em muitos idiomas. Esta visão de Santos, da paisagem como o resultado de acumulação de tempos, alinha-se com a abordagem conceitual utilizada como base deste estudo, onde a paisagem é um dos principais elementos de atratividade e desenvolvimento da atividade urbano-turística do Balneário em estudo, que apresenta uma configuração territorial rica em elementos naturais.

Santos em *A Metamorfose do Espaço Habitado*, afirma ainda que no passado havia a paisagem natural, hoje essa modalidade de paisagem praticamente não existe mais. Cita ainda que: *“Se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, ele, todavia, é objeto de preocupações e de intenções econômicas ou políticas. Tudo hoje se situa no campo de interesse da história, sendo, desse modo, social.” (SANTOS, 1988, p. 21).*

A paisagem, vista como um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério. Assim a paisagem é sempre heterogênea. A vida em sociedade supõe uma

multiplicidade de funções e quanto maior o número destas, maior a diversidade de formas e de atores. Quanto mais complexa a vida social, tanto mais nos distanciamos de um mundo natural e nos endereçamos a um mundo artificial. (SANTOS, 1988, p. 21).

Já o conceito de paisagem urbana tradicionalmente proposto por Cullen, por sua simplicidade e objetividade, é um dos mais difundidas como instrumento de avaliação e análise dos espaços urbanos e talvez seja uma das formas de compreender e analisar o espaço, intuitivamente ou não, mais usadas vulgarmente ou por especialistas (CULLEN, 1983).

De acordo com este autor, paisagem urbana é a arte de tornar coerente e organizado, visualmente, o emaranhado de edifícios, ruas e espaços que constituem o ambiente urbano. Esse conceito de paisagem, elaborado nos anos 1960, exerce forte influência em arquitetos e urbanistas, exatamente, porque possibilita análises sequenciais e dinâmicas da paisagem a partir de premissas estéticas, isto é, quando os elementos e jogos urbanos provocam impactos de ordem emocional.

“Uma cidade é, antes de mais nada, uma ocorrência emocionante no meio ambiente. Senão, atente-se na pesquisa e nos esforços despendidos para a tornarem uma realidade, empenhado na concretização de uma infinidade de fatores que possibilite a criação de uma organização funcional, viável e saudável. É um tremendo empreendimento humano!” (CULLEN, 1971, p. 10).

Por conseguinte, esta abordagem da paisagem urbana, aqui, compreendido como ferramenta de análise e observação, é recurso bastante versátil para coleta de dados, informações e referências, especialmente pela interação que promove entre ser humano e ambiente urbano, aguçando e despertando a percepção e a consciência à paisagem, pelo ato de atenção ao espaço urbano e às próprias emoções dos indivíduos.

No que se refere a abordagem de análise dos espaços livres, com relação aos elementos naturais pode-se destacar a relevância do estudo das coberturas vegetais dos territórios, tendo em vistas distintas funções que ela cumpre: ao garantir a diversidade das paisagens, ao favorecer a manutenção dos fluxos de água, ao exercer influência sobre o clima e, até mesmo, suas funções recreativas e de lazer. Assim para o planejamento urbano, o diagnóstico da presença de vegetação serve como subsídio para delinear planos de ação que garantam um mínimo de

bem-estar à população.

Ainda nesta mesma linha de abordagem a agricultura, muitas vezes diretamente relacionada com a identidade de um lugar, costuma ocupar espaços que frequentemente sofrem a pressão da urbanização, em particular, quando se encontram em condições produtivas pouco rentáveis. Do ponto de vista de Tardin, incentivar a agricultura no território representa uma oportunidade de recreio, de educação ambiental, de criação de postos de trabalho, de criação de condições de produção e comércio para as produções urbanas em pequena escala e de manutenção do espaço livre a baixo custo.

A rede hídrica, além de abastecer de água o território, oferece oportunidades de lazer, possibilita à agricultura o funcionamento da localidade, a higiene e gera ecossistemas próprios relativos à água, além de apresentar grande potencial hidrelétrico. Da mesma maneira, a observação do relevo e das condições dos solos constitui um fator importante para a manutenção dos processos naturais

Segundo a mesma autora, no âmbito da gestão de recursos hídricos, em bacias hidrográficas, a busca de soluções frente à crescente degradação da água remete à existência de um problema: a distância entre os objetivos da política de recursos hídricos e os instrumentos criados para colocá-los em prática, de um lado, e o enfrentamento dos problemas ambientais concretos relacionados à água na escala das comunidades, de outro.

Para a autora existe uma forte relação entre a ocupação dos espaços livres e a impermeabilização do solo. Assim, áreas menos urbanizadas geralmente apresentam índices de escoamento superficial e tempo de concentração bastante reduzido, implicando menores riscos ambientais.

Nesse aspecto, o planejamento de espaços livres deve ser compreendido como um processo complexo, na medida em que esses espaços são importantes não só para a drenagem, mas também ao controle de micro clima, da conservação de fauna e flora, do lazer público, do ordenamento da forma urbana, etc. Neste sentido muitas categorias podem compor a análise de um sistema de espaços livres, com um grande número de variáveis que interferem e definem a qualidade desses espaços associadas a elas, para este estudo, ganha significativa relevância o estudo das inundações.

Acredita-se que as inundações urbanas influem sobre a contaminação e poluição de águas superficiais e subterrâneas, bem como na escassez de água para abastecimento, colocam em risco a saúde

pública e saneamento ambiental, implicando elevados custos sociais e econômicos para sua correção. Dessa forma, o controle de inundações é um dos aspectos da gestão de recursos hídricos que mais interfere sobre estratégias gerais de planejamento de bacias de áreas urbanas.

Em áreas urbanas, a gestão desses recursos hídricos apresenta a especificidade de que, além da necessidade de incorporar no planejamento a interface entre os múltiplos usuários dos recursos, deve se articular com os setores “não usuários” dos recursos hídricos, cujas atividades, todavia, indiretamente, exercem grande impacto sobre a organização do espaço e consequentes demandas de: habitação, transporte urbano e gestão municipal.

Os recursos hídricos estão sendo utilizados pela população de forma intensiva e a problemática em torno das formas de uso dos recursos hídricos é crescente em nível mundial, pois as atividades humanas alteram o ciclo das águas, sendo que a destruição do habitat natural não apenas cria uma crise de suprimento para as pessoas e animais, como também diminui drasticamente a quantidade real de água doce disponível do planeta.

A situação dos recursos hídricos, nos últimos anos, mudou consideravelmente, devido ao aumento demográfico, aumento das atividades econômicas, como as indústrias, irrigação, geração de energia elétrica, mineração, entre outras. Esses fatores contribuíram para uma piora na qualidade da água, inviabilizando, muitas vezes, o seu uso para abastecimento humano, dessedentação animal e turismo. Outros problemas são as secas prolongadas, inundações, poluição e os conflitos entre os diversos usuários que disputam a água.

2.3 A GESTÃO AMBIENTAL URBANA: GLOBAL x LOCAL

Pensar de modo global e agir localmente em sido uma das premissas do movimento ambientalista nas últimas décadas. A importância da questão urbana na agenda ambiental já não se contesta. Metade da população mundial já é urbana e a maior parte dos problemas ambientais que afetam diretamente às pessoas se encontra no seu entorno imediato. A degradação ambiental urbana aumenta ao mesmo tempo em que se alarga a faixa de exclusão social e se reduz a capacidade de ação do Estado. Em paralelo, os instrumentos de planejamento e gestão urbana e ambiental não têm se demonstrado eficazes no enfrentamento destas questões.

O termo gestão ambiental urbana é usualmente empregado para

conceituar atividades dedicadas ao gerenciamento de uma cidade na perspectiva da melhoria e da conservação de sua qualidade ambiental, descrevendo uma série de atividades relacionadas à engenharia ambiental, à ecologia aplicada ao meio ambiente e à legislação ambiental, tanto relativas ao âmbito governamental como não governamental.

Nos dicionários clássicos, o vocábulo gestão enfatiza a ação de administrar, de governar, de dirigir, enfim, de gerenciar. Na totalidade, traduz, de forma incompleta, o que se pretende realmente expressar no contexto ambiental.

Sob o conceito de gestão, cabem, preliminarmente, algumas considerações, pois, apesar de reconhecer certa divergência, não existe uma unanimidade entre os estudiosos das questões ambientais, por isso faz-se necessário buscar uma abordagem mais ampla que possa encaminhar para algum tipo de consenso. Inicialmente, o conceito de gestão remete à questão do desenvolvimento sustentável, relacionada ao planejamento da cidade ou da região.

A introdução de conceitos de desenvolvimento sustentável vem explicitando essas contradições entre os condicionantes ambientais e a forma de gestão do território, principalmente quanto à localização de atividades e surgimento de conflitos culturais. Essas contradições vinculadas à localização territorial mostram-se claramente, tanto global quanto regionalmente, com veementes disputas de assentamento das atividades mais interferentes no meio ambiente. Observa-se que, de modo geral, as atividades produtivas altamente concorrenciais são bem-vindas a qualquer comunidade ou país que, paradoxalmente, não deseja arcar, na maioria das vezes, com as consequências e impactos ambientais dessas atividades.

Outra questão a que se refere o conceito de gestão é o conservacionismo, sendo considerado por muitos como a mais tradicional forma de gestão e, portanto, a mais conhecida. Trata-se de uma vertente influente nas políticas ambientais no Brasil, e é identificada como a mais antiga prática de gestão ambiental conhecida. Constituiu-se na criação e manutenção de áreas destinadas à conservação da biodiversidade e teve como inspiração os Parques Nacionais criados nos EUA, no final do século XIX.

Por outro lado o conceito de cidade global, alinhado aos autores que estudam o processo de globalização da economia, compreende a cidade como uma função da rede de cidades, que tira precedente de qualquer papel individual que essas cidades possam representar. Essas

áreas metropolitanas chaves não funcionam independentemente, mas, sim, atuam como nós em um sistema econômico planetário: são lugares altamente concentradores e pessoas, relações e fluxos, onde comunicações interpessoais são travadas e estão intimamente ligadas em uma única economia global e rede comunicacional (SASSEN, 1991).

Neste contexto um dos maiores impactos da globalização pode ser percebido na capacidade de concentração destas cidades como nós hegemônicos desta rede, constituindo as "cidades mundiais", centros gerenciais das corporações internacionais, formando redes de cidades para atender à flexibilização da produção e aos novos fluxos tecnológicos. As grandes cidades passam a ter um novo papel estratégico. Segundo Sassen, "*essas cidades funcionam como pontos direcionais da organização da economia mundial, como localizadores-chave das finanças e serviços especializados, lugares de produção de inovação nos setores avançados, mercado desses produtos*" (SASSEN, apud BORJA & CASTELLS 1996, p. 25).

Borja & Castells concebem as cidades como atores políticos e mostram o seu protagonismo, a partir dos anos 80, através da ação conjunta dos vários atores, principalmente para atrair investimentos, gerar empregos e renovar a base produtiva. Na realidade, o protagonismo das cidades situa-se mais no plano da inserção criativa na estratégia de globalização, por meio dos Planos Estratégicos, do que na busca de alternativas que priorizem as necessidades dos excluídos. Claro que, nesse processo, estão presentes vários atores sociais (centrais sindicais, associações de bairros, de profissionais, ONGs) que, embora não sejam hegemônicos, podem negociar alguns projetos que beneficiem os setores em apreço, principalmente na área de emprego e de alguns serviços básicos, até porque a atenuação da exclusão constitui uma condição favorável para atrair investimentos (BORJA & CASTELLS, 1997).

Em nível global ou continental, tem ocorrido a criação de entidades que articulam os governos locais que, sob pressão da sociedade civil, exercem um outro tipo de protagonismo, no sentido de reorientar as políticas urbanas para o atendimento das necessidades básicas da população. Tal articulação, pela troca de experiências de gestão urbana, de informações sobre fontes de financiamento, de fato, tem-se realizado na direção da competitividade, inserindo-se, portanto, na estratégia da globalização.

Conforme atestam os autores:

"A cooperação, necessária para se inserir em um sistema internacional tem como último objetivo a melhora da competitividade. Se coopera para poder competir melhor" (BORJA & CASTELLS, 1997, p. 226).

Nota-se que o termo gestão envolve um considerável número de variáveis associadas, levando a concluir que as atividades humanas, quando relacionadas especialmente às questões ambientais, devem ser tratadas de forma integrada entre as partes e o objetivo maior no qual se insere a ação ou atividade que está se desenvolvendo.

Assim, a gestão do território e do meio ambiente urbano está intrinsecamente ligada à população urbana. É a partir da consciência ambiental do papel da população que o conhecimento e a questão sobre a gestão voltada para a cidade sustentável se ampliam, qualificando seus moradores a participar em seus processos decisórios.

O termo gestão não se restringe tão somente a gerência de bens públicos ou privados, mas passa a se constituir de forma indissociável ao planejamento, à discussão pública, à implantação, ao monitoramento e à avaliação de planos, programas e atividades, isto é, de gestão coletiva de políticas públicas ambientais e desenvolvimento.

Nesse processo de gestão, o planejamento constitui uma das etapas mais importantes, uma vez que é nessa fase que as ações preventivas para o uso adequado dos recursos naturais devem ser criteriosamente avaliadas, quanto às potencialidades de uso e seus eventuais impactos, tanto positivos quanto negativos. Busca-se, para tanto, ferramentas para as diferentes escalas de trabalho, capazes de sistematizar as informações e assim, permitir uma visão tanto global, quanto específicas da área de estudo, a partir de informações básicas dos parâmetros físicos geográficos, urbanos, biológicos e sociais.

O conceito de sustentabilidade associado a gestão ambiental entendida como a administração dos recursos naturais, tem como meta a conservação e a garantia de um ambiente compatível às futuras gerações. Neste sentido a gestão ambiental está vinculada aos procedimentos que buscam uma harmonização entre o desenvolvimento e a qualidade ambiental.

Assim sendo, a execução de métodos e práticas adequadas de manejo, que respeitem o meio ambiente, seria o meio capaz de garantir a perpetuidade e a produtividade dos ecossistemas às gerações futuras, tornando possível usufruírem de um ambiente compatível com as suas necessidades. Trata-se da gestão ambiental posta em prática, que

necessita para sua viabilização um conjunto de condições e instrumentos, compreendendo uma legislação específica, uma política ambiental abrangente, e por fim, uma sociedade informada e atuante.

Neste contexto é importante salientar que é elevada a qualidade de participação da sociedade que responderá, de forma efetiva, ao que tenha sido decidido coletivamente na construção de um modelo de gestão ambiental.

A questão ambiental, no âmbito das políticas públicas, é empreendida por um conjunto de agentes caracterizado na estrutura do aparelho do Estado, cuja meta primordial é aplicar a política ambiental do país. Para o IBAMA, políticas públicas de gestão ambiental são definidas como:

“Um processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que agem sobre o meio físico - natural e construído. Esse processo de mediação define e redefine, continuamente, o modo como os diferentes atores sociais através de suas práticas, alteram a qualidade do meio ambiente e também, como se distribuem na sociedade e os custos e benefícios decorrentes da ação destes agentes” (BRASIL, 1995, p.10).

Esta nova visão da sociedade e seu papel preponderante quanto aos aspectos ambientais com os quais está envolvida, faz com que os dirigentes do Estado sejam demandados pela adoção de políticas e ações que busquem um ordenamento das intervenções do homem sobre os ecossistemas, no sentido de que sejam alcançados benefícios sociais e econômicos a população, evitando a degradação ambiental. Neste contexto, a gestão ambiental ganha um campo de atuação mais abrangente, a partir de uma visão sistêmica, que compreende um conjunto de procedimentos, entendidos como parte de um processo de gestão ambiental, o qual deve estar sustentado mais no planejamento e monitoramento da implementação de propostas pró ativas, do que no controle de uma legislação restritiva e coercitiva.

2.4 PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL NO CONTEXTO BRASILEIRO.

No Brasil, a atividade de planejar o desenvolvimento das cidades brasileiras vem, nos últimos anos, constituindo-se num permanente desafio para todos os profissionais que atuam no processo de gestão do

território urbano. Isso porque o planejamento urbano tradicional, tal como foi institucionalizado nas administrações do país, ao longo das últimas décadas, não está capacitado para enfrentar e formular as respostas adequadas para a atual realidade urbana brasileira.

Historicamente, o processo de urbanização no Brasil nos mostra que o desenvolvimento desta acentuou-se a partir da segunda metade do século XIX. Todavia, o seu incremento ocorreu somente após 1930, período em que se constituiu uma base predominantemente urbana, rompendo com a estrutura sócio econômica centrada na esfera rural.

A industrialização imposta a partir de 1930 foi efetivamente urbana e gerou uma série de exigências que as cidades não ofereciam, tais como rede de água e esgoto, transporte coletivo, iluminação, entre outros.

A partir da Segunda Guerra Mundial, a ação de desenvolvimento do Estado acelerou o processo de industrialização, através da constituição de bens de capital e de consumo duráveis e de grandes investimentos do setor público nos serviços de infraestrutura para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia. Neste período, acelerou-se também a taxa de urbanização em razão da forte migração do campo para a cidade. Assim, surgem as grandes concentrações urbanas com um sistema de cidades marcado por fortes desequilíbrios sociais, culturais e econômicos.

Posterior ao Golpe Militar de 1964, estes traços de urbanização foram intensificados e acelerados, apesar da criação de um aparato governamental de planejamento. O Banco Nacional de Habitação – BNH e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU pretendiam fortalecer a emergência de um Estado que trouxe consigo a ideologia do planejamento como meio de otimização da administração e do desenvolvimento.

Neste sentido, podemos dizer que o poder público passou a preocupar-se com estratégias de médio e longo prazo quanto à expansão urbana, através da formulação de planos de desenvolvimento e leis de uso e ocupação do solo, o que não ocorria antes. Tratava-se de políticas formuladas na ótica dos problemas urbanos apenas como decorrente de uma defasagem entre o crescimento da economia e da população.

As políticas públicas formuladas após 1960 mostram o seu caráter seletivo. No entanto, ocorreu nesse período a emergência de uma nova modalidade de formulação política que passou a assumir crescente importância com relação à questão do tratamento dos problemas urbanos. A partir do momento em que a oferta de serviços coletivos torna-se insuficiente, criam-se fundamentos de segregação urbana e

agravam-se os desequilíbrios espaciais.

No intuito de buscar alternativas para reverter esse quadro de desigualdades e exclusão, no decorrer da década de 1980 a intensificação da mobilização popular na forma de movimentos sociais urbanos. Estes movimentos passam a impulsionar a Reforma Urbana, debatendo a legalidade urbanística da cidade real, formulando novos instrumentos urbanísticos e canais de participação nas decisões e propondo uma nova concepção de cidade e gestão urbana. No mesmo sentido, a incidência de várias e novas abordagens sobre a cidade – no campo conceitual, teórico e metodológico, somadas ao crescente envolvimento de novos e diferentes atores na questão ambiental, aponta a urgência de uma integração interdisciplinar para viabilizar o exercício do planejamento das cidades. E a contribuição mais efetiva para essa mudança de paradigma vem a ser, precisamente, o tratamento constitucional dispensado ao tema ambiental pela Carta Magna de 1988.

Com efeito, esta Constituição foi a primeira dentre as constituições históricas do Brasil a tratar da questão urbano-ambiental de modo objetivo. De forma incisiva, as normas apontam que a preocupação como o meio ambiente é balizadora para a ação do Estado e para as demais estruturas sociais do país. Estabelecem que o direito à vida constitui-se na matriz de todos os direitos fundamentais do homem, devendo a qualidade ambiental ser o valor preponderante a todos os outros valores também garantidos pela Constituição, tais como o direito de propriedade e da iniciativa privada.

Dentre outros avanços, a Constituição de 1988 foi um passo decisivo para a formulação da política ambiental brasileira. Pela primeira vez na história de uma nação, uma Constituição dedicou um capítulo inteiro ao meio ambiente. A Constituição dividiu a responsabilidade pela preservação e conservação do meio ambiente entre o governo e a sociedade. A proteção ambiental ganhou ênfase mais precisamente no art. 225:

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988).

Anterior a isso, as primeiras leis que legitimaram a preocupação com as questões ambientais no Brasil datam de 1934, com dois marcos importantes da legislação brasileira que comprometem o uso dos

recursos naturais: o Código de Águas e o Código Florestal. Esses regulamentos foram motivados pela intenção de colocar a exploração econômica de águas, minérios e flora sob o controle dos planejadores do poder público federal.

A Política Nacional do Meio Ambiente, criada pela Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981 (BRASIL, 1981), pretendia preservar, melhorar e restaurar os níveis de qualidade ambiental apropriados à vida. Ela tinha a ambição de tornar o desenvolvimento socioeconômico compatível com a qualidade ambiental e o equilíbrio ecológico. Nessa mesma lei, foi criado o SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente) e o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), composto por representantes dos ministérios e entidades setoriais da administração federal, estadual e municipal. Foi com a Resolução nº 001/86 do CONAMA, que se constituiu um marco da política ambiental brasileira ao instituir como missão o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, limites e padrões para atividades poluidoras, organizar os estudos de impactos ambientais e alternativas tecnológicas menos agressivas ao ambiente natural, estabelecer diretrizes para o licenciamento de atividades geradoras de impactos ambientais, criar multas e controlar benefícios fiscais dados a empreendimentos poluidores. Esses estudos tornaram-se obrigatórios para o licenciamento de quaisquer atividades capazes de transformar o meio ambiente, e colocaram um fim à questão dos custos ambientais dos empreendimentos, que eram livremente externalizados sobre o ambiente e a sociedade.

O Estudo de Impacto Ambiental – EIA – foi o primeiro instrumento constitucional da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que orienta e oferece os elementos, a fim de que o órgão ambiental competente possa emitir um parecer favorável ou desfavorável ao empreendimento, concedendo ou não a autorização para a sua construção.

O EIA-RIMA enfatiza o diagnóstico ambiental de uma área a ser impactada, o qual é obrigatório para o licenciamento de grandes obras a serem implantadas. No entanto, órgãos ambientais não propõem soluções junto à comunidade e sim, pedem para obter medidas mitigadoras.

Em relação aos projetos hidrelétricos, há uma ineficácia desses instrumentos para lidar com os processos sociais, econômicos, ecológicos, culturais e políticos implicados na construção de grandes barragens ou por elas agravados. O modelo padrão de avaliação de

impactos falha ao desconsiderar a capacidade de decisão daqueles que seriam diretamente atingidos pelos empreendimentos, pelo fato de existirem interesses difusos resultantes da multidisciplinariedade de profissionais.

Como instrumento normativo, o licenciamento ambiental permite que a administração pública estabeleça condições e limites para a efetiva implantação de determinados empreendimentos ou atividades. O Poder Público tem a oportunidade de verificar a regularidade técnica e jurídica daquilo que está sendo licenciado e assim, compatibilizar o desenvolvimento de atividades econômicas necessárias ao homem e à conservação do meio ambiente. Teoricamente, é instrumento fundamental à consolidação do desenvolvimento sustentável e aliado à gestão ambiental, constitui-se em um meio de proteção de todas as formas de vida.

Desde sua constituição, o EIA-RIMA sempre foi questionado por apresentar ambiguidades e contradições legais, devido aos interesses daqueles que o elaboraram. Por ser de responsabilidade do órgão empreendedor, esse instrumento é, muitas vezes, tendencioso e sempre afirma a viabilidade da obra. Isto demonstra que sua elaboração pode não passar de mero cumprimento de uma exigência legal e não representar a possibilidade de um diálogo sobre a real situação do espaço físico, biológico e humano da região a ser atingida.

Além disso, cabe destacar que os trabalhos de elaboração dos relatórios são multidisciplinares e não interdisciplinares, em direção à gestão de diferentes interesses. Não se sabe elaborar um EIA/RIMA, sendo que grande parte desses relatórios são elaborados na etapa final de implantação de um empreendimento. Assim, há um jogo de interesses, o qual exclui o fator social, não abordado de uma forma totalitária com outros fatores e processos que inserem o meio ambiente como um todo.

Em tese, o processo de Licenciamento Ambiental deve ser uma oportunidade que possibilite à sociedade organizada discutir, democrática e transparentemente, com os empreendedores de projetos impactantes ao meio ambiente alternativas sustentáveis e ecologicamente corretas, além de promover o pleno exercício da cidadania das populações atingidas.

No entanto, os interesses governamentais e empresariais atropelam o processo, fazendo com que os instrumentos de Gestão e Política Ambiental, ou seja, EIA-RIMA e audiências públicas transformem-se em etapas burocráticas, cujo resultado final é a aprovação dos respectivos projetos. Além do mais, a utilização do

expediente do “fato consumado” solapa a cidadania e o direito da sociedade à qualidade de vida e ao meio ambiente ecossustentável (ROMERO, 2002).

Em janeiro de 1997, foi sancionada a lei 9.433, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, dotando o Brasil dos instrumentos legais e institucionais necessários para garantir o ordenamento dos aspectos relativos à disponibilidade e ao uso da água, que deixa de ser exclusivamente uma questão técnica, desvinculada dos interesses da sociedade.

Um sistema hierarquizado de gerenciamento é criado, estruturado em colegiados, visando à descentralização da gestão dos recursos hídricos, além de contar com a participação do poder público, dos usuários, das comunidades envolvidas num processo de negociação sobre as atividades e políticas públicas que afetam a quantidade e a qualidade das águas em suas circunscrições.

A implementação da gestão dos recursos hídricos ocorre com os seguintes tipos de organização: o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, os Comitês de Bacias Hidrográficas², que contemplam a participação dos usuários, das prefeituras, da sociedade civil organizada e dos demais níveis de governo e se constituem como fóruns de decisão no espaço da bacia, e as Agências de Água, braço técnico dos comitês.

A bacia hidrográfica é definida como a unidade territorial para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e a atuação do Sistema Nacional dos Recursos Hídricos. A lei rompe com as tradicionais fronteiras físico-políticas dos estados, integrando os poderes

² As atribuições dos Comitês de Bacia são: promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes; arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos; aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia; acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas; propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes; estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados; estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo. Ressalta-se que a lei 9.433 estabelece o pressuposto legal de que os mananciais de água têm um valor econômico e que por esta razão devem ter uma taxa correspondente a ser paga ao Estado, após aprovação do respectivo comitê de bacia hidrográfica.

municipal, estadual e federal. Propõe uma política participativa e um processo decisório aberto aos diferentes atores sociais vinculados ao uso da água, dentro de um contexto mais abrangente de revisão das atribuições do Estado, do papel dos usuários e do próprio uso. O princípio norteador é uma gestão descentralizada, participativa e integrada. O novo sistema é inovador no cenário internacional e nacional e rompe com o planejamento tecnocrático e autoritário até então vigente (JACOBI, 2004).

A necessidade de incorporar a questão ambiental no planejamento mediante a avaliação da compartimentação do sítio urbano definida pela rede hidrográfica se justifica tecnicamente pelo fato de os problemas urbanos mais comuns resultantes dos impactos ambientais nas cidades estarem relacionados à água. São deslizamentos, enchentes, assoreamentos, erosões, poluição etc., atingindo toda a sociedade, mas principalmente as populações mais carentes. (CARVALHO & BRAGA, 2005)

No Brasil, inúmeros trabalhos têm utilizado a bacia hidrográfica como unidade físico-territorial de gestão ambiental e planejamento. Esta unidade natural de análise possibilita um zoneamento hierárquico, com aumento no nível de detalhe conforme a subdivisão natural de da bacia e suas sub-bacias. Cunha e Guerra (1999, apud LEAL 2003) afirmam que as bacias hidrográficas permitem uma visão conjunta do comportamento das condições naturais e das atividades humanas nelas desenvolvidas. Para Leal (2003), considerar uma bacia hidrográfica como unidade de Gestão impõe abordar todos os seus elementos e compreendê-la como uma totalidade composta por elementos naturais e sociais, inter-relacionados e dinâmicos. No entanto, mesmo as leis de zoneamento que utilizam com certo êxito a bacia hidrográfica como unidade físico-territorial de planejamento têm dificuldades para inserir a análise do sistema físico natural em todas as etapas do zoneamento urbano. A análise ambiental, via de regra, contribui para delimitar áreas críticas, especificar problemas, vulnerabilidades do meio físico e biótico e a partir daí separa as zonas com restrições de uso e ocupação. As demais áreas em que não identifica-se nenhuma criticidade ou vulnerabilidade eminentes são zoneadas apenas mediante critérios sócio-espaciais como conflitos de usos e atividades, densidade populacional e disponibilidade e organização da infra-estrutura urbana. É mediante tais critérios e a compatibilidade com os tipos de usos definidos para cada zona (industrial, comercial, residencial) que são definidos os padrões de uso e

ocupação do solo (Tamanho Mínimo do Lote, Taxa de Ocupação, Coeficiente de Aproveitamento, Recuos, entre outros).

Em 2001, foi aprovada e promulgada a lei nº 10.257, Estatuto da Cidade, que compõe um conjunto de princípios e uma série de instrumentos e meios para atingir as diversas finalidades. Este Estatuto é fruto de uma longa história na medida em que percorreu mais de uma década de negociações até a sua aprovação final.

Em suas prerrogativas legais, o Estatuto da Cidade define o Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Constituiu-se num avanço social sem precedentes, cuja finalidade e objetivo é promover o planejamento urbano de forma sustentável. Tem como foco principal a qualidade de vida das pessoas, bem como busca a proteção ambiental como forma de melhorar essa qualidade de vida.

O Plano Diretor é um complexo de normativos, compreendendo instrumentos legais e diretrizes técnicas para o desenvolvimento global e constante do Município, sob os aspectos físico, ambiental, social, econômico e administrativo, desejado pela comunidade local, pois estabelece os objetivos a serem atingidos e seus respectivos prazos, bem como as atividades para sua consecução e os responsáveis por sua execução, ainda fixa as diretrizes e os princípios do desenvolvimento urbano municipal.

Previsto no artigo 182 da Constituição Federal de 1988 e regulamentado nos artigos 39 a 42 do Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001), é obrigatório pela referida Lei para todo município com mais de 20.000 habitantes, devendo ser previsto em orçamento, aprovado em Lei Municipal e revisado a cada 10 anos.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada pelo Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

A natureza estratégica do Plano Diretor se revela na medida em que suas propostas são respaldadas no conhecimento da realidade desejada e do futuro desejado, identificando os problemas, sugerindo soluções, através de políticas e instrumentos a partir da maior convergência possível dos interesses negociados.

Isso não quer dizer, contudo, que o Plano Diretor seja, isoladamente, a solução para todos os problemas municipais. Em

princípio, o Plano Diretor como instrumento de planejamento não é bom em si mesmo, porque sua efetividade sempre dependerá da ideologia daqueles que irão aplicá-lo.

Por conseguinte, o planejamento urbano contemporâneo deve responder não somente às questões territoriais e físicas, mas também sociais e ambientais, de modo que todo o espaço urbano seja contemplado e, mesmo que os projetos desenvolvidos sejam pontuais, promovam não apenas a qualificação ou requalificação do espaço, mas se coadunem com as diretrizes propostas para a cidade.

Borja & Castells acreditam que se os projetos urbanos estiverem comprometidos com competitividade econômica, integração social e sustentabilidade ambiental, eles devem ser incorporados ao plano para que lhes sejam asseguradas unidade e coerência. O Planejamento Estratégico, por se propor a ter um forte componente participativo no sentido de estabelecer consensos sociais, automaticamente transfere esta qualidade aos projetos urbanos, que muitas vezes são acusados de acentuarem as desigualdades sociais e a fragmentação do tecido urbano, dando-lhes mais legitimação e visibilidade. Por outro lado, o oposto também pode ocorrer e projetos urbanos bem-sucedidos podem dar ao PE credibilidade e senso de eficácia (BRANDÃO, 2002, p. 4).

Segundo BRASIL (2005), a experiência brasileira de planejamento urbano, inclusive o Estatuto da Cidade, atenta basicamente para os problemas e discussões das grandes e médias cidades. Destaca ainda a importância de iniciar a reflexão e a construção de novos parâmetros para os Planos Diretores em pequenos municípios, e que estes compreendam as diversidades locais.

Cabe lembrar que os pequenos municípios da rede de cidades em estudo não sofrem na mesma escala os problemas urbanos dos grandes centros, precisando, por outro lado, de diretrizes e instrumentos para orientar seu desenvolvimento. Se, no âmbito dos problemas, os pequenos municípios só diferem em termos de escala, no campo dos instrumentos, exigem uma especificidade para o planejamento. Conforme ilustram Rodrigues & Cordovil (2007), o Estatuto da Cidade estabelece, em suas Diretrizes Gerais, a integração do urbano e do rural,

de modo a garantir a complementaridade das ações sobre o território e impulsionar de forma coesa o desenvolvimento no município. Contudo, no caso dos pequenos municípios desta rede, mais rurais do que urbanos, o conflito da incidência de um imposto municipal para o território urbano, que é o IPTU, e um imposto federal para o território rural, o ITR, evidencia a desconsideração para com a integração destes territórios enquanto município. Afinal, os recursos do ITR sequer são retidos e reinvestidos no município. As autoras também comentam o estudo de Veiga (2003), no qual a condição “urbana” destes tão pequenos aglomerados é colocada em xeque uma vez que sua economia é basicamente agrícola. É nesse sentido que elas apontam para o “descolamento” dos instrumentos do Estatuto da Cidade quando o foco não é o território urbanizado.

Da mesma forma, se a disciplina mais rigorosa deste território rural cabe a uma legislação específica, o uso e a ocupação do solo rural podem, conforme Almeida et al. (2007), direcionar o modo como este meio irá se desenvolver através de objetivos concretos, como, por exemplo, promover a conservação de bens socioambientais por meio do desenvolvimento de sistemas agro-ecológicos. Os mesmos autores alertam que o tratamento deste território deve superar o viés epistemológico hegemônico do planejamento urbano no Brasil, no qual o rural tende a ser considerado como o não urbano, um tecido homogêneo que envolve a área urbana. Contudo, entende-se que o mito a ser superado é o de efetivamente legislar sobre o território hegemônico do município e não sobre suas partes.

Há, porém, a necessidade de inverter o olhar para poder perceber que igualmente a ruralidade apresenta sua complexidade. Episódios como o conflito na substituição das culturas agrícolas tradicionais pelo reflorestamento de árvores exóticas, a pressão do uso turístico de balneário sobre áreas de plantio, a fragilidade para proteger as nascentes e bacias de captação de água, a contaminação das águas por dejetos da suinocultura e os entraves para a inserção dos produtos agrícolas no mercado consumidor, tanto revelam a relativa impotência de olhares monodisciplinares como exigem uma compreensão complexa da interferência mútua da fronteira campo/cidade, ainda mais em pequenos municípios.

A questão é, se o poder de barganha de um pequeno município, é possível ter voz ativa dentro da estrutura hierárquica a que pertencem. Certamente, a facilidade de inserção de um pequeno município no “mundo globalizado” não é a mesma de uma grande metrópole e por

isso os problemas apresentados pelos municípios de pequeno porte ficam relegados ao segundo plano, na medida em que são priorizados os problemas urbanos mais graves e, principalmente, os mais evidentes, que se concentram nos grandes centros. No entanto, qualquer que seja a estratégia dominante num país existe um grau de liberdade na escala local. De acordo com Castells (1989, p.392), o local conta com uma “característica própria” que, se bem utilizada, pode garantir sua inserção no mundo global das redes: “[...] *porque os governos locais defendem interesses específicos, ligados à sociedade local, eles podem identificar estes interesses e responder flexivelmente aos requerimentos dos fluxos de poder, identificando, assim, a melhor posição de negociação em cada caso*”. Isto depende estritamente da participação ativa da comunidade e do desenvolvimento de políticas e ações que aumentem o poder de barganha e a importância do local perante as organizações e instituições globais. Acredita-se que a afirmação das diferenças e especificidades locais diante da atual tendência de homogeneização e massificação das culturas e do modo de vida, é uma boa maneira de garantir a inclusão do local.

Estes pequenos municípios apresentam, inclusive, algumas vantagens para o planejamento urbano que podem ser usadas como argumento para a implantação do planejamento ambiental em pequenos municípios. De acordo com Harvey (1980, p.76) “*quanto menor o grupo, maior sua boa vontade, provavelmente, em prover-se voluntariamente de bens coletivos*”, portanto, quanto menor é a cidade, mais fácil é chegar-se a um consenso e fazer propostas que contemplem a opinião da maioria da população. Borja e Castells (1998, p.35 apud COMPANS, 1999) consideram que é “*na articulação entre o local e o global que se encontra, em última instância, a fonte de novos processos de transformação urbana, e, portanto, os pontos de incidência de políticas urbanas, locais e globais, capazes de inverter o processo de deterioração da qualidade de vida nas cidades*”.

Contextualização da área de estudo

Este capítulo tem por objetivo realizar a releitura do processo de ocupação da bacia hidrográfica do Uruguai, localizada na região oeste catarinense e de seus atores envolvidos na configuração e, posterior, solidificação territorial. Interessam ainda seus respectivos modos de produção, bem como as mutações que são inerentes ao processo de instalação e afirmação das formas capitalistas de produção no espaço geográfico em questão.

3.1 TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS E URBANO-NATURAIS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO URUGUAI

A bacia do Prata apresenta uma área de 3,1 milhões de km² e tem o rio Uruguai como um dos seus três formadores. A sub-bacia do rio Uruguai integra o chamado sistema da Vertente do Interior. A Serra Geral é o grande divisor das águas que drenam para o rio Uruguai e as que se dirigem para leste, atingindo o oceano Atlântico. Nessa vertente, a maioria dos rios apresenta perfil longitudinal e ocorrência frequente de quedas d'água. Essa característica, além do diferencial paisagístico que imprime, representa uma valiosa importância em potencial hidrelétrico.

O rio Uruguai tem sua nascente localizada na Serra Geral, numa área de Campos Naturais a cerca de 1800 m de altitude. Na sua nascente, é chamado de Pelotas, assumindo a denominação de rio Uruguai a partir da junção com o rio Canoas, cuja nascente, por sua vez, também se localiza na serra catarinense, numa bela região chamada Campo dos Padres. O rio Uruguai percorre 938 km até a foz do rio Peperi-Guaçu, e esse trecho é a referência geográfica da divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A partir do Peperi-Guaçu até a foz do rio Quaraí, seguem outros 689 km, agora estabelecendo a fronteira entre Brasil e Argentina.

Abrange uma área de, aproximadamente, 384.000 km², dos quais 174.494 km² situam-se no Brasil, equivalente a 2% do território brasileiro. Sua porção brasileira encontra-se na Região Sul, compreendendo 46.000 km² no Estado de Santa Catarina e 130.000 km² no Estado do Rio Grande do Sul. É delimitado ao norte e nordeste pela Serra Geral, ao sul pela fronteira com a República Oriental do

Uruguai, a leste pela Depressão Central Rio-grandense e a oeste pela Argentina.

No Brasil, seus principais afluentes são os rios Canoas, Pelotas, Passo Fundo, Chapecó, Ijuí, Ibicuí e Quaraí. Na Argentina, integram-se, na bacia do rio Uruguai, os rios Aguapey, Miriñiay e Gualeguaychu, e no Uruguai, os rios Daymán, Queguay e Negro.

Aproximadamente 3,8 milhões de pessoas vivem na parte brasileira da região hidrográfica do rio Uruguai (Figura 02), que possui um total de 384 municípios, com maior concentração nas unidades hidrográficas de Chapecó, Canoas, Ibicuí e Turvo.

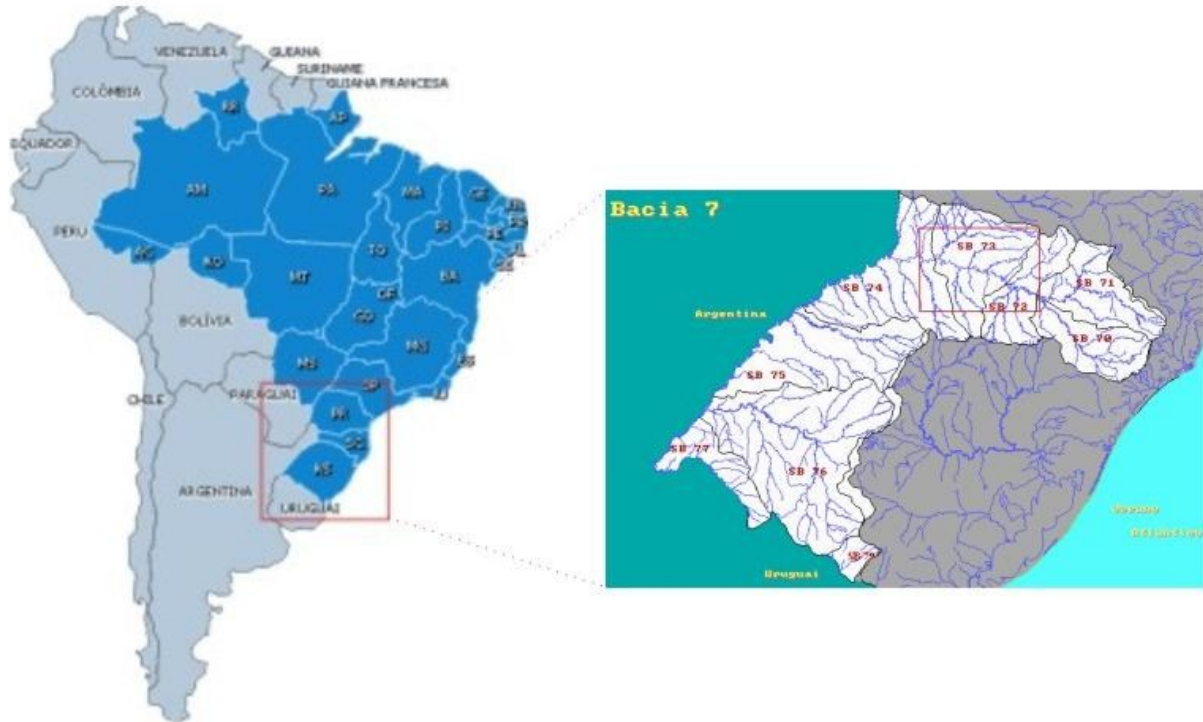


Figura 02: Localização da bacia hidrográfica do rio Uruguai. Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

O clima regional é subtropical (Figura 03), com distribuição de chuvas ao longo de todo ano, mas com maior concentração entre maio e setembro. Os meses que podem ser mais secos são os de novembro a fevereiro. As precipitações anuais variam de cerca de 1800 mm nas cabeceiras, no Planalto, para 1300 mm, na fronteira com o Uruguai.

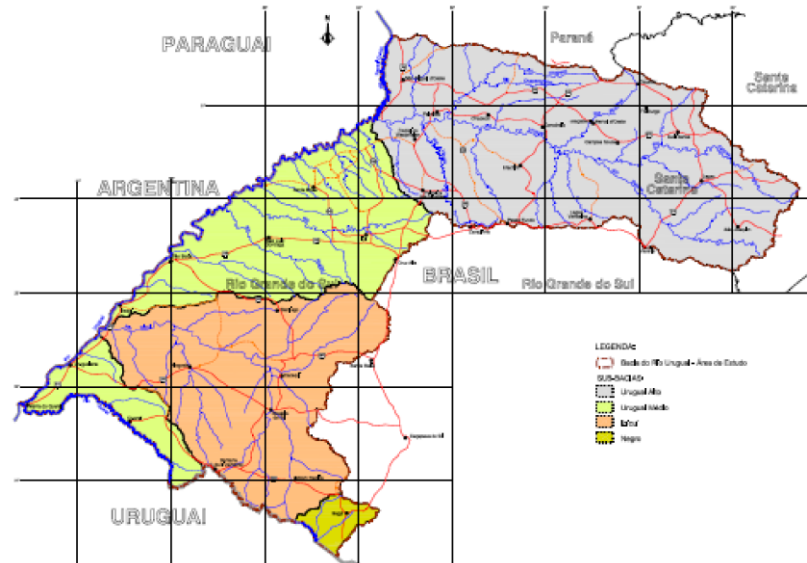


Figura 03: Bacia do rio Uruguai e as sub-bacias hidrográficas. Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

A composição da diversidade biológica da bacia é formada pelos principais biomas do sul da América Latina: a Mata Atlântica e seus ecossistemas associados (Floresta Ombrófila Mista, Floresta Estacional Decidual, Floresta Estacional Semidecidual e campos naturais) e o Pampa. Esses ecossistemas se encontram em um processo de fragmentação acelerado em razão dos diversos usos do solo e pelo impacto dos empreendimentos hidrelétricos. Apesar disso, as porções de floresta que ainda não foram desmatadas ou submersas pelos barramentos comportam representativos componentes da fauna e da flora regional. Por suas dimensões, a bacia hidrográfica do rio Uruguai é um dos mais importantes corredores de biodiversidade do Cone Sul, apresentando em sua fauna diversas espécies endêmicas ou em vias de extinção.

Em suas nascentes principais, nos rios Canoas e Pelotas, a bacia apresenta a exuberância da Mata Atlântica, composta por palmitos, cabriúvas, canelas, figueiras e angicos. As altas altitudes por onde passa, o rio Uruguai é ambiente ideal para as formações de Floresta Atlântica com Araucária Angustifolia, o Pinheiro Brasileiro. Essa árvore produz o pinhão, essencial para a alimentação da fauna e apreciado pelas pessoas, e está ameaçada de extinção por sua exploração desenfreada. Outra formação importante da Mata Atlântica, que ocorre nas porções mais altas da bacia, são os Campos de Cima da Serra, formações de herbáceas nativas, impactadas pelo fogo, pastejo, agricultura e, atualmente, pela crescente silvicultura de Pinus e Eucalipto.



Figura 04: Confluência do rio Peperi-Guaçu com o rio Uruguai, junto ao “marco da fronteira” (divisa entre RS, SC e Argentina), a cerca de 15 km abaixo da cidade de Itapiranga e 6 km acima do Salto do Yucumã. Fonte: Philipp Stumpe.

Por integrar a bacia do rio da Prata, o rio Uruguai serviu como rota natural de migração e testemunhou a passagem de muitos grupos humanos pré-históricos, que se deslocavam pela região meridional do continente, conforme suas necessidades econômicas, sociais e religiosas. Isso é atestado pela quantidade de remanescentes culturais e sítios

arqueológicos encontrados ao longo de suas margens e de seus afluentes, os quais foram deixados por povos de diferentes culturas.

De acordo com o historiador Jaci Poli (1995), a história da ocupação populacional do oeste catarinense pode ser dividida em três fases, com características bem distintas: a primeira refere-se à ocupação indígena Kaingang até meados do século XIX; a segunda denota a ocupação cabocla, proveniente da miscigenação indígena com luso-brasileiros; e a terceira seria a fase marcada pela chegada dos imigrantes descendentes de italianos e alemães oriundos do Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX. Essa classificação, ainda que demasiadamente linear, serve aqui para situar no tempo o processo histórico de construção sociocultural da Região Oeste que interessa explorar nesta dissertação: o período chamado de colonização, explorando, nesse processo, principalmente os aspectos relacionados às transformações da região.

As disputas em torno das terras oestinas, tanto em nível nacional quanto internacional³, durante as fases indígena e cabocla, despertaram a atenção do governo estadual para a necessidade da criação de uma política governamental de povoamento, que garantisse a posse definitiva das terras. Foram criados, em 1917, os municípios de Cruzeiro (atual Joaçaba) e Chapecó (Figura 05), ambos dentro da bacia do rio Uruguai. Nessa época, Chapecó tinha 14 mil quilômetros quadrados, abrangendo desde a divisa com a Argentina até a atual Concórdia.

³ A disputa internacional pelas terras do oeste envolveu um longa discussão entre Argentina e Brasil e ficou conhecida como Questão de Palmas ou de Misiones e foi arbitrada pelo presidente dos Estados Unidos em 1895, com forte intervenção do Barão do Rio Branco. Após a definição dessa questão internacional, o conflito do Contestado entre Paraná e Santa Catarina acabou se intensificando com a construção da estrada de ferro São Paulo - Rio grande do Sul, que desalojava a força os posseiros que se encontravam a 15 quilômetros de cada lado da ferrovia. Esses posseiros acabaram entrando em confronto direto com a polícia particular da ferrovia e com as tropas federais, reivindicando seu direito as terras. Após quatro anos de conflitos, a Guerra do Contestado terminou em 1915, com o morticínio de milhares de pessoas e sem ter solucionado a questão básica da ocupação da terra (WERLANG, 2006).



Figura 05: Mapa do Estado de Santa Catarina e sua divisão política, demarcando a área delimitada como município de Chapecó no início do século XX. Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina, 2010, sem escala. Adaptação: Devitte, A.

Para acelerar a ocupação, o governo catarinense repassou a empresas particulares imensas glebas de terra. A ideia era atrair colonos, ou seja, os descendentes de europeus, que haviam ocupado a Serra Gaúcha a partir de 1870, mas que não encontravam mais espaço para expandir suas atividades. Essa política gerou todo o processo de colonização da região oeste de Santa Catarina. Um elemento fundamental, nesse processo, foi a atuação das companhias colonizadoras, com seus proprietários e agentes de vendas que, em troca do assentamento dos colonos na região e da construção de estradas, recebiam do governo as chamadas terras devolutas⁴ que eram por elas demarcadas e vendidas aos imigrantes e migrantes (NODARI, 2009).

⁴ Consideradas desabitadas pelo Governo do Estado, apesar de muitas dessas terras serem habitadas por posseiros.

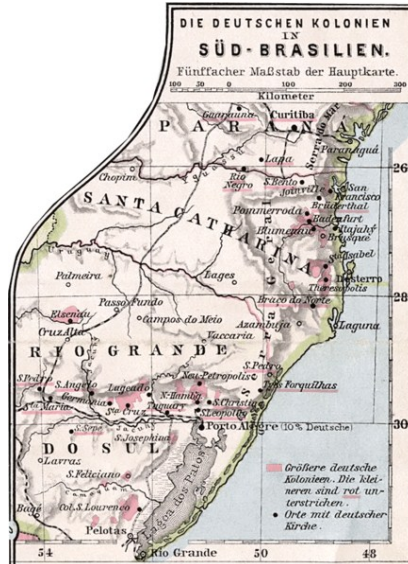


Figura 06: Mapa das colônias alemãs no sul do Brasil, utilizado para propaganda pelas empresas colonizadoras. Fonte: <http://pt.wikipedia.org>, em abril de 2011.

O povoamento da área para exploração agrícola pautou-se no lote colonial (Figura 07 e 08) que, vinculado entre si por uma mesma estrada de acesso, configurava a “linha”. O pequeno tamanho dos lotes e sua proximidade facilitava a formação de aglomerações, como ilustra a Figura 08, constituía o núcleo rural que dinamizava a vida da população. A partir de 1940, aumentou o número de vilas e povoados, com a migração de alemães, italianos e poloneses vindos do Rio Grande do Sul. As empresas colonizadoras, visando unicamente ao lucro, conseguiam imensas glebas de terras para comercialização (Figura 06) mediante a abertura de estradas – as vias de circulação iniciaram a colonização e a exploração da área concedida através da extração de madeira e/ou comercialização de lotes rurais.

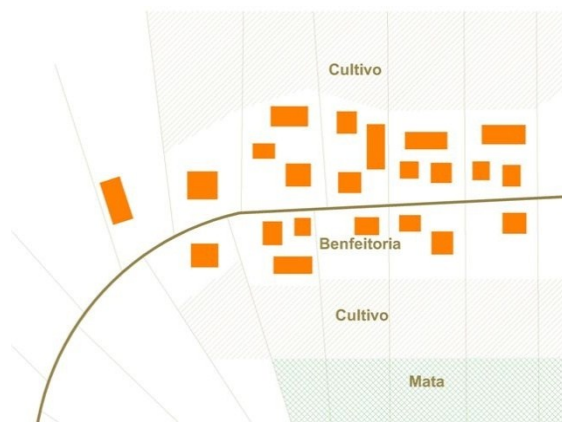


Figura 07: Estrutura esquemática do parcelamento e uso do solo no período de colonização. Fonte: Fabíola Bernardes de Souza, 2010. Adaptação: Devitte, A.

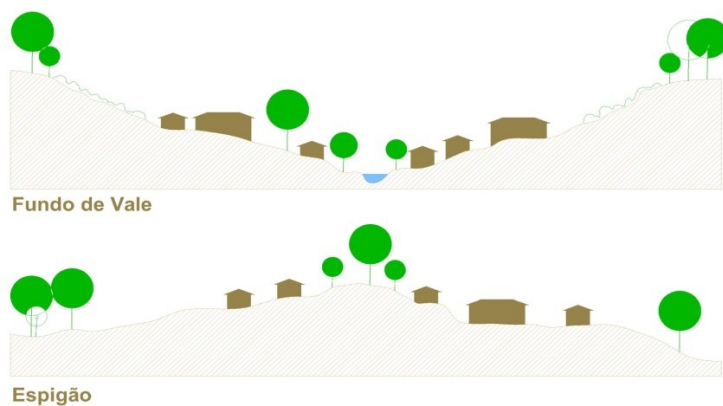


Figura 08: Perfil esquemático da estrutura de parcelamento com relação ao sítio natural no período de colonização. Fonte: Fabíola Bernardes de Souza, 2010. Adaptação: Devitte, A.

O Rio Uruguai foi a estrada para a consolidação do território. Usando a lógica de sua época, os primeiros colonizadores viveram da extração e do comércio da mata nativa, utilizando o rio como meio de transporte para escoar uma enorme quantidade de madeira, conforme ilustram as Figuras 09 e 10. Esse processo de exploração ocorreu de forma intensiva até o ano de 1970 e, aliado aos campos e lavouras, transformaria a região da bacia do Uruguai em peça fundamental no mosaico da economia catarinense.



Figura 09: Descida de balsa em uma das curvas do rio Uruguai.
Fonte: BELLANI, 1995.



Figura 10: Transporte de madeiras feito pelo rio Uruguai. Fonte: Arquivo histórico da Prefeitura Municipal de Palmitos.

Nesse contexto, teve início o processo de integração e formação econômica, bem como da alteração do meio ambiente e do desmatamento, com base na justificativa débil de conquista e de posse do território, pautado por formas capitalistas de produção. Sob os auspícios da integração socioeconômica e visando primordialmente à garantia da posse territorial, as companhias colonizadoras desempenharam papel importante na fixação populacional. Destaca-se a Companhia Territorial Sul Brasil – colonizadora responsável por parte da colonização do oeste de Santa Catarina, em área situada entre os rios Chapecó, Uruguai e Antas (WERLANG, 2002).

As transformações que se processaram a partir do período da colonização estão intimamente ligadas às relações sociais, que se desenvolveram nas novas colônias. A ocupação se intensificou de tal modo, que, após meio século, grande parte das terras do oeste do estado de Santa Catarina já apresentavam inúmeros municípios, nos quais predominam pequenas propriedades com produção oriunda de unidades produtivas familiares (WERLANG, 2002).

Ponto importante a destacar é o primeiro traçado desenhado para a cidade (Figura 11), na década de 30, pois ele auxilia numa primeira identificação e definição do núcleo histórico e cultural da cidade.

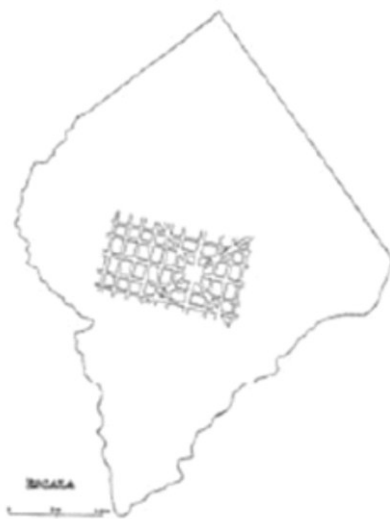


Figura 11: Mapa do Plano Diretor de Chapecó no início da década de 30. Fonte: Hermes, 2003, p.13.



Figura 12: Imagem de Chapecó na década de 30. Fonte: www.chapeco.sites.uol.com.br em abril de 2011

Na década de 50, houve uma série de mudanças de sede do município por motivos relacionados, basicamente, à disputa de poder. Inicialmente, em Passo Bormann, a sede municipal passou a Xanxerê; em 1919, voltou para Passo Bormann; em 1923, novamente para Xanxerê (1929), até que Passo dos Índios foi definido como sede de Chapecó, em 1931.

A Constituição de 1946, em vigor na época do movimento emancipacionista, previa como condição à criação de um novo município população de, no mínimo, 10 mil habitantes. Em 1952, foi proposta uma Emenda à Constituição Catarinense, possibilitando que municípios que distanciassem até 90 km da fronteira se emancipassem, independente do número de moradores do distrito. Com a aprovação em 1953, mudou-se a concepção dos municípios originais. Era a porta que se abria para o desmembramento territorial de Chapecó.

Inicialmente, conforme pode-se visualizar na Figura 13, foram desmembrados os municípios de Dionísio Cerqueira, Campo Erê, Itapiranga, Mondaiá, Palmitos, São Carlos, São Miguel do Oeste e Xanxerê. Do território inicial do “Velho Chapecó”, existem, hoje, 73 municípios. Dos, aproximadamente, 14 mil km² de seu território, quando de sua criação, o município de Chapecó, atualmente, em função dos desmembramentos municipais, possui uma área de 661,71 km², cuja sede urbana apresenta 67 km².

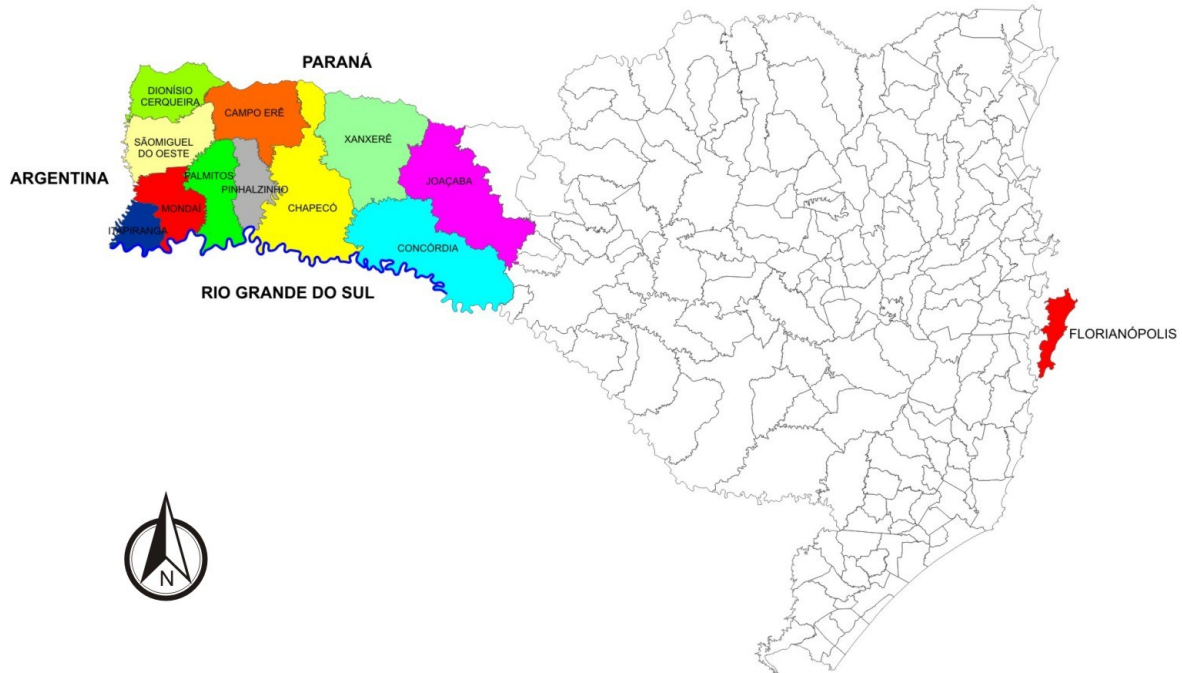


Figura 13: Mapa da divisão política do Estado de Santa Catarina, demarcando os primeiros desmembramentos de Chapecó ocorridos no início da década de 50. Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina, 2010, sem escala. Adaptação: Devitte, A.

A partir da década de 50, a economia da cidade se intensificou com o surgimento das primeiras agroindústrias, entre elas, a Indústria e Comércio Chapecó (SAIC), que industrializava produtos derivados de suínos. Isso provocou um grande crescimento populacional, pois as indústrias atraíram muitos imigrantes que vieram para o município à procura de emprego.

Essa condição de pólo começou a se evidenciar, principalmente, a partir da década de 60, com a criação da Secretaria Estadual dos Negócios do Oeste no município, única secretaria descentralizada da capital do Estado, no país. Essa fazia a “ponte” entre o governo do Estado, na época, o Governador Celso Ramos, e a região oeste de Santa Catarina, já que, nessa época, a distância e a dificuldade de acessibilidade e comunicação do município dificultavam as ações do Estado sobre essa região.

Os investimentos estatais em infra estrutura e o crescimento industrial foram resultantes da política econômica, ainda no período militar, quando promoveram uma grande expansão econômica do país. Dentre as ações prioritárias do governo federal, estava o fortalecimento do grande capital nacional e internacional e a promoção da descentralização da industrialização do país, através da criação de polos de desenvolvimento no interior do seu território, investindo grandes quantias em infra estrutura. Chapecó fazia parte dessa política, principalmente, através da consolidação da agroindústria, recebendo investimentos em sistema viário, com a BR-282 (RECHE, 2008).

As ações do Estado foram definitivas para o sucesso agroindustrial, não só através de investimentos em infra estrutura, mas também na viabilização das condições físicas à instalação das indústrias e dos equipamentos e serviços urbanos que a nova burguesia industrial exigia.

A intervenção do Estado continuou ocorrendo por meio da implementação de novas políticas setoriais e investimentos diretos em infra estrutura básica ao desenvolvimento nacional. Grandes projetos, principalmente de geração de energia elétrica, foram implantados, uma vez que foi considerado o instrumento mais eficaz na compatibilização entre segurança do suprimento e sustentabilidade ambiental.

Nesse contexto, as Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul), como subsidiárias da Eletrobrás, formularam um projeto para a exploração do potencial energético da bacia do rio Uruguai em seu trecho nacional.

Cerca de vinte e dois aproveitamentos foram definidos como interessantes e passíveis de implantação. A proposta pretendia racionalizar os aproveitamentos, considerando, entre outras variáveis, a minimização das questões sócio ambientais.

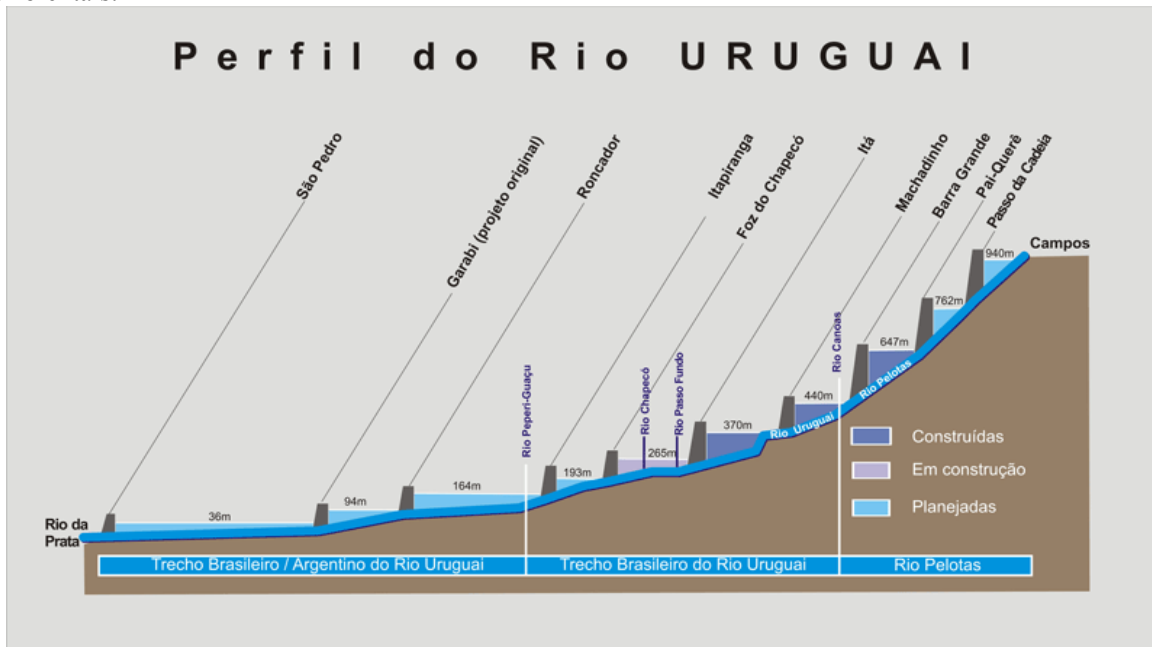


Figura 14: Perfil esquemático do aproveitamento hidrelétrico do rio Uruguai. Fonte: EPE – Empresa de Pesquisa Energética, 2007.

No início da década de 70, o setor ganhou grandes reforços com a implantação de mais uma filial da Sadia Alimentos (1973), da criação da Agroindústria Aurora (Cooperativa Central Oeste Catarinense, 1973) e da Ceval Alimentos (antiga Extrafino, 1971), todas instaladas em Chapecó. Essas já partiam de uma estrutura de produção inicial grande, pois eram resultados ou de grandes investimentos de empresários do município (no caso da Aurora) ou eram expansões de empresas já bastante fortes (no caso da Sadia). Foi a partir de 1970, então, com a concentração dessas empresas no município, que Chapecó consolidou sua condição de pólo regional, uma vez que as agroindústrias, atividades comerciais, de serviços, além de entidades educacionais, etc., começaram a se instalar na cidade, atraindo grande número de pessoas em busca de melhores oportunidades de emprego e vida. De 1970 a 1980, segundo o IBGE, o município sofreu as maiores taxas de urbanização de sua história, que, como se pode ver, acabaram não sendo acompanhadas de políticas públicas urbanas e sociais suficientes, provocando problemas ainda hoje presentes no município.

É nesse contexto de rápida urbanização e industrialização que foi elaborado e aprovado, em 1974, o Primeiro Plano Diretor do município, coordenado, na época, pelo governo federal, através do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - SERFHAU. Esse Plano foi elaborado, de acordo com a metodologia e diretrizes definidas pelo SERFHAU, por uma equipe técnica externa ao município, coordenada pelo arquiteto Demétrio Ribeiro. Essa lei foi revogada em 1980, após cinco anos de sua aprovação, em função de uma nova Lei de Zoneamento, elaborada por equipe interna do município. Diferentemente da primeira, nesta última lei não constava um plano de desenvolvimento da cidade, tratava apenas de questões fisicoterritoriais (RECHE, 2008).

No contexto específico urbano de Chapecó, não há como falar em urbanização e leis urbanas sem que se fale das agroindústrias. O intenso processo de reestruturação agroindustrial, iniciado nos anos 80, prenuncia uma crise no relacionamento entre as agroindústrias e a produção. Neste período emergem os problemas ambientais decorrentes da produção intensiva de suínos, que começam a ganhar relevância na mídia e na sociedade.

A região, pioneira no estabelecimento de um bem sucedido sistema de integração agroindustrial, teve seu modelo responsável tanto pelo sucesso econômico regional como pelos crescentes problemas

sócio econômicos e ambientais ressaltados pela crise vivenciada nos anos 90. Pólo de inovação tecnológica na área de produção e industrialização de suínos e aves, berço das maiores empresas do setor carnes e derivados do Brasil, modelo de articulação que possibilita a incorporação socioeconômica da produção familiar, são resultados ressaltados como positivos. Concentração econômica regional, exclusão dos pequenos produtores familiares da produção de suínos, poluição das águas pelos dejetos suínos, êxodo rural e regional, principalmente dos mais jovens, entre outros, são apresentados como os resultados menos nobres do modelo de agro industrialização da região. Este forte dinamismo agroindustrial foi demarcando profundas transformações sócio econômicas e ambientais no espaço regional.

O processo de reestruturação agroindustrial em curso na região oeste catarinense assume características complexas. Neste contexto a abordagem da economia política da globalização pode não ser suficiente para a obtenção de respostas razoáveis à situação de transição regional em curso. De acordo com tal abordagem, o destino da agricultura e seus respectivos espaços rurais seriam determinados por processos macro como o da globalização da economia e do sistema alimentar.

É de particular importância olhar para a região oeste catarinense, dada a forte presença de poderosas empresas agroindustriais, profundamente ligadas à dinâmica dos circuitos globalizados de produção e consumo. Segundo Castells, as grandes corporações hoje estão organizadas como uma rede interna que está enraizada dentro de uma rede externa:

(...) Levando em conta o movimento acelerado de megafusões de grandes empresas nos últimos anos e a incorporação de grandes empresas asiáticas ao mercado mundial, parece provável que nesse fim de século as redes globais de empresas, articuladas e coordenadas em torno das multinacionais, constituam o coração da economia mundial, o núcleo essencial de acumulação de capital, orientação da produção, controle dos mercados, absorção de informação e geração de inovação” (Castells, 1998, p. 4).

Ainda na visão desse autor, não apenas a forma da organização das empresas pode ser descrita em termos de rede, como também a própria estrutura da nova economia mundial, na medida em que os

processos estruturadores da economia, da tecnologia e da comunicação estão cada vez mais globalizados.

“Esse é o caso dos mercados financeiros, das redes produtivas e comerciais das principais indústrias, dos serviços estratégicos das empresas (finanças, publicidade, marketing), dos grandes meios de comunicação, da ciência e tecnologia: “esse sistema global tem estrutura de rede que, se valendo da flexibilidade proporcionada pelas tecnologias da informação, conecta tudo o que vale e desconecta tudo aquilo que não vale ou se desvaloriza: pessoas, empresas, territórios, organizações” (Castells, 1998, p. 3).

Atualmente, o município de Chapecó, com 183.561 habitantes (IBGE, 2010), é considerado a Capital do oeste catarinense (Figura 15), polarizando atividades e serviços de toda a região. Essa condição fica evidente, se se considerar os dados populacionais da Microrregião do oeste de Santa Catarina (AMOSC), no qual Chapecó é pólo, já que concentrava, em 2000, 61% da população da microrregião, enquanto os demais 19 municípios correspondiam a 39%. A presença de instituições disponibilizando serviços na escala regional, como o Hospital Regional, a Secretaria Estadual dos Negócios do Oeste (extinta em 1992), a sede da AMOSC, e a sede descentralizada do governo do Estado, além de centralizar atividades comerciais e serviços de grande porte, fizeram do município referência em relação às demais cidades do oeste (RECHE, 2008).



Figura 15 – Vista aérea da cidade de Chapecó no ano de 2010. Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó. Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó, 2008.

Assim, após ter construído o maior parque agroindustrial da América latina, a região defronta-se com a constatação de que o atual modelo possui limites em sua capacidade de promover um desenvolvimento regional com sustentabilidade, capaz de superar os problemas ambientais, econômicos e sociais atualmente verificados no contexto da bacia hidrográfica.

Entretanto como consequência dessa dinâmica econômica, surge então, a implantação da Usina Foz do Chapecó Energia, importante obra financiada pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, localizada na bacia do rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó (SC) e Alpestre (RS).

Os problemas advindos da implantação dessa obra, tanto os sociais quanto os ambientais, são mais amplos do que se imagina. Um dos grandes impactos sociais provenientes da implantação de grandes projetos é a mudança na demografia das regiões de locação. A partir dessa primeira alteração, surgem as demais como, por exemplo, as alterações na estrutura urbana, muitas vezes inadequada para receber esse novo contingente populacional, e ainda as desapropriações, que levam a rupturas do processo de reprodução social dos ribeirinhos.

Toda essa dinâmica econômica acabou por promover um desequilíbrio regional no que se refere às condições dadas por esse sistema produtivo, que teve como consequência a migração de pessoas das cidades vizinhas em busca de trabalho.

O sistema viário (Figura 16), de grande importância, considerando as principais atividades econômicas da região, ou seja, produção agrícola e agroindústrias, teve um papel crucial na formação da centralidade do local, permitindo a rápida comunicação com a região. Essa via de acesso tornou-se o meio de transporte, em que passaram a circular, além da produção agrícola, variados tipos de mercadorias necessárias também à sociedade local e à regional. Verifica-se que a ocupação urbana teve uma conformação linear no sentido leste/oeste, considerando-se que os municípios desmembrados de Chapecó localizavam-se junto à rodovia. Os serviços e comércios, necessários ao desenvolvimento da região, concentraram-se nesse ponto, permitindo uma maior aproximação entre as colônias da região.



Figura 16 - Mapa do sistema viário principal de SC em 1972. Em destaque a BR-282, em processo de implantação na época, ligando a região oeste ao litoral do Estado. Fonte: Reche, D.

Esse eixo de circulação reforça a ligação entre Chapecó e as cidades de Águas de Chapecó, São Carlos e Palmitos (Figura 17), destacando a concentração de estâncias hidrominerais (Figura 18) em cada uma delas. A potencialidade das águas termais proporcionou um impulso ao setor turístico regional, em que inúmeros investimentos surgiram, originando o aparecimento de vários balneários, piscinas térmicas, hotéis e campings. Rico em potencial turístico, apresentando belezas naturais ímpares e tradições culturais que também representam um importante atrativo turístico, esses locais se tornaram ponto de encontro, com intenso movimento de idas e vindas de pessoas entre os balneários, principalmente durante os finais de semana e os meses de férias.

Aqui, o conceito que auxilia a perceber as articulações que esses lugares desenvolveram entre si, seja do ponto de vista econômico, social, político e ambiental, é o de rede. Esse conceito permite compreender as dinâmicas estabelecidas entre as cidades, a relação e a articulação entre o lugar e o global; permite também analisar os diferentes nós das diversas redes e seus respectivos fluxos. Os *nós* e as redes se constituem numa relação de poder e de controle sobre aquilo

que pode ser distribuído. Nessas redes, circula o que interessa a determinados grupos responsáveis pela produção territorial.

Segundo Santos (1992), atualmente não são mais os fluxos de matéria-prima e de mão-de-obra que comandam as relações sócio espaciais, mas, sim, os fluxos de informação – eixos invisíveis e imateriais. A partir desta visão conceito, é que são analisadas as relações estabelecidas entre Chapecó e os *nós* constituídos a partir da implementação da Usina, Águas de Chapecó, São Carlos e Palmitos e que estabelecem uma nova dinâmica urbano regional no oeste catarinense.

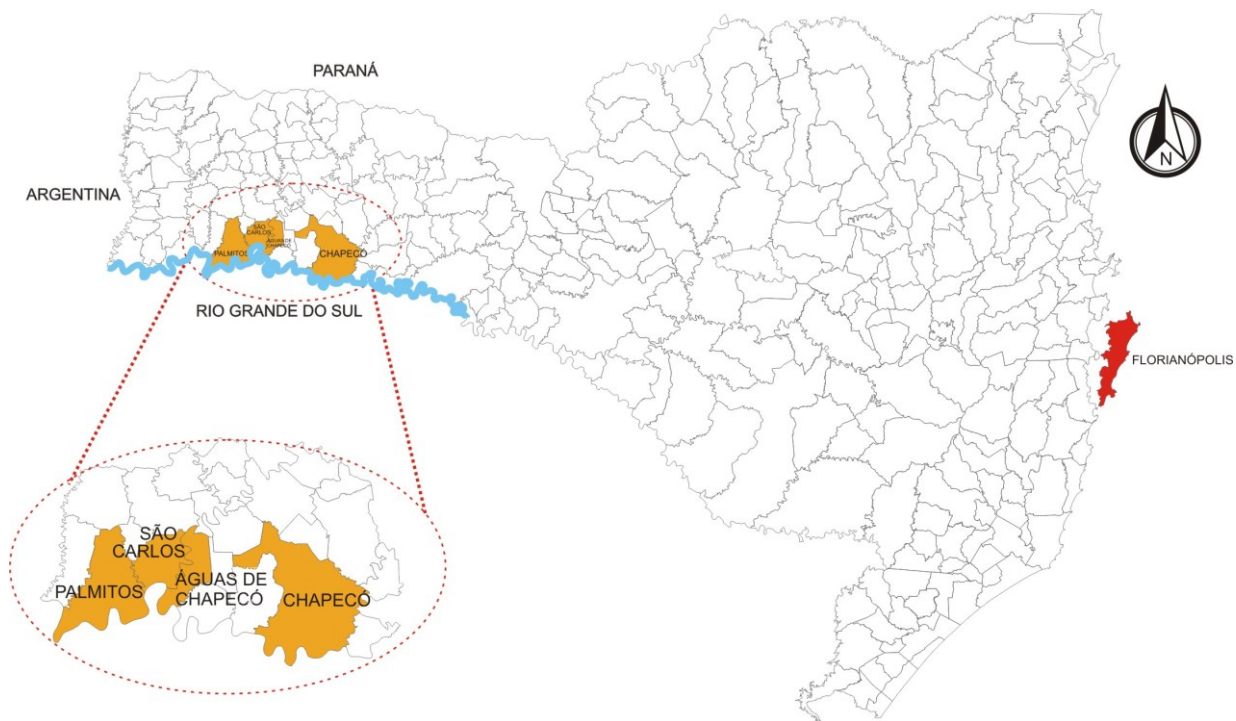


Figura 17: Mapa do Estado de Santa Catarina, localizando a rede de cidades do oeste catarinense. Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina, 2010, sem escala. Adaptação: Devitte, A.



Figura 18: Mapa de localização dos balneários hidrotermais na rede de cidades do oeste catarinense. Fonte: Epagri, 2011, sem escala. Adaptação: Devitte, A.

3.2 A REDE DE CIDADES DO OESTE CATARINENSE

3.2.1 Águas de Chapecó

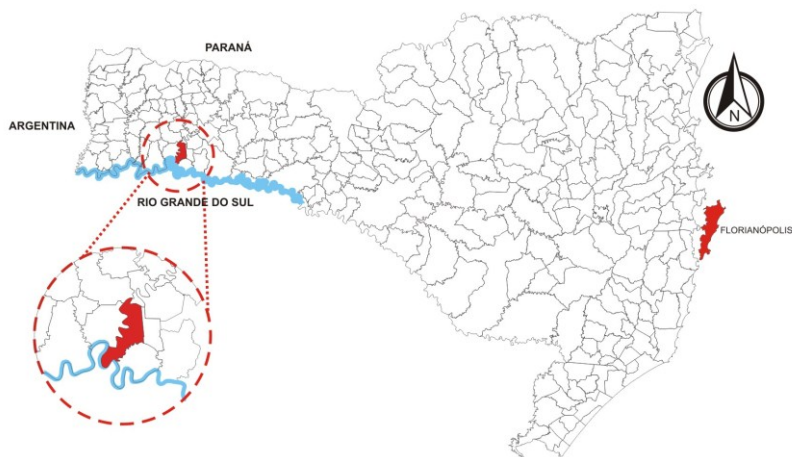


Figura 19: Mapa do Estado de Santa Catarina com a localização de Águas de Chapecó na rede de cidades do oeste catarinense. Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina, 2010, sem escala. Adaptação: Devitte, A..

O município de Águas de Chapecó possui uma área de aproximadamente 139 km², população de 6.354 habitantes e uma densidade total de 46,78hab/km², com maior dispersão na área rural. Limita-se ao Norte com Nova Erechim e Saudades, ao Sul com o rio Uruguai, ao Leste com Planalto Alegre e Caxambu do Sul e ao Oeste com São Carlos. É banhado por dois importantes rios, ao Norte e Oeste pelo rio Chapecó e ao Sul pelo rio Uruguai. (IBGE, 2009).

A vila que pertencia a Chapecó teve sua emancipação política em 1962. O processo de urbanização ocorreu de forma espontânea, sem analisar fatores topográficos e hidrográficos, fazendo com que, ao longo do tempo e após algumas pequenas enchentes, a cidade se deslocasse também para algumas áreas mais altas, alterando, assim, a morfologia do espaço.

Está localizada a uma altitude de 291 metros acima do nível do mar, na Longitude de 52° 59'30 a Oeste de Greenwich e na Latitude de 27°04'30. O clima é mesotérmico úmido, sem estação seca, com temperatura mínima de 0°C e máxima de 38°C, proporcionando uma

média de 20°C. A precipitação pluviométrica é de 1.700/2.000 mm. (Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó, 2010).



Figura 20: Imagem aérea do perímetro urbano de Águas de Chapecó. Fonte: Prefeitura Municipal.

O turismo é outra vertente econômica para o município de Águas de Chapecó, que despontou em 1986, como local de fontes de águas minerais enquanto recurso medicinal para alguns tipos de doenças, sendo a lama e o barro recomendados principalmente para males relacionados à pele, reumatismo e à ingestão “males internos”. (WOLFF et al., 2000).

A Companhia Hidromineral do Oeste Catarinense - Hidroeste, criada em 03/11/1997 pela lei estadual nº 5362, como sociedade Mista, tem a finalidade de explorar as fontes de águas minerais e o ramo de hotelaria em toda a região. A década de 80, aliada às fontes de águas minerais, foi caracterizada como o período de investimento no setor turístico. Foi na inauguração das primeiras instalações do Balneário e, posteriormente, com a instalação de conjuntos de chuveirões, piscinas semi olímpicas, tobogã, camping bem estruturado, bares e restaurantes, bem como melhorias no acesso ao local que se tornaram visíveis os primeiros resultados dos investimentos do setor turístico. “Atualmente, o turismo é visto pela administração municipal e pela comunidade de Águas de Chapecó como um dos caminhos de desenvolvimento do município”. (WOLFF et al., 2000).

Em termos econômicos, o município de Águas de Chapecó está baseado na agricultura familiar, destacando a avicultura, bovinocultura de leite e corte e suinocultura, bem como a produção de grãos, porém em menor escala. Por volta de 1986, o município de Águas de Chapecó despontou em outra atividade econômica, local de lazer e tratamento terapêutico. Suas fontes de águas minerais são recomendadas para tratamentos do reumatismo, doenças estomacais, úlceras, gastrites,

hepatites, diabetes entre outras. Embora a ideia de turismo seja uma vertente econômica recente para a região, o município começou a atrair, no primeiro instante, pessoas em busca de tratamento medicinal através da água e posteriormente, em busca de turismo.



Figura 21: início da construção do balneário na década de 50. Fonte: Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó.

A cidade de Águas de Chapecó é o município sede do canteiro de obras da usina hidrelétrica Foz do Chapecó, formado por 67 propriedades, as quais foram integralmente adquiridas pela Foz do Chapecó Energia e tem uma área total de aproximadamente 533 hectares. Em dezembro de 2006, iniciou-se a implantação do canteiro de obras, com a construção dos alojamentos destinados para os operários, a construção dos escritórios, a instalação das redes elétricas e toda a infraestrutura necessária à construção da usina. O término da construção da sede do canteiro de obras ocorreu em 2007.



Figura 22: Capela e Salão Comunitário da antiga localidade de Saltinho do Uruguai, desapropriada para a instalação do canteiro de obras. Fonte: Consórcio Foz do Chapecó Energia, maio de 2009.

Embora seja o menor município da rede de cidades em estudo, recebe um ressarcimento pela inundação das áreas e um pagamento pelo uso da água na geração de energia, ou seja, uma compensação financeira, mais conhecida como royalties, pela utilização dos recursos hídricos pela usina hidrelétrica. Segundo a Foz do Chapecó Energia, serão mais de R\$ 12 milhões por ano, durante 30 anos, divididos entre os estados e os municípios, proporcionalmente à área alagada pelo reservatório em cada um deles.

<i>Município</i>	<i>População Total 2000</i>	<i>População Total 2006</i>	<i>População Total 2007</i>	<i>População Total 2008</i>	<i>População Total 2009</i>
Águas de Chapecó	5.782	5.293	6.086	6.306	6.354

Tabela 01: Caracterização demográfica do município, de 2000 a 2009. Fonte: BERNARDY, Rógis (coord.). Atlas de Desenvolvimento Turístico [material cartográfico]. Chapecó: Pallotti, 2009.

Com a implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, houve uma variação demográfica no município entre os anos de 2000 a 2006, com uma perda de população, o que pode ser explicado pela

realocação das famílias das propriedades atingidas. Foram 1720 propriedades diretamente atingidas e três núcleos, totalizando 2.431 famílias. Já o aumento da população entre os anos de 2007 a 2009, demonstrado na tabela 1, pode ser explicado pela chegada dos funcionários permanentes da obra.

3.2.2 Palmitos

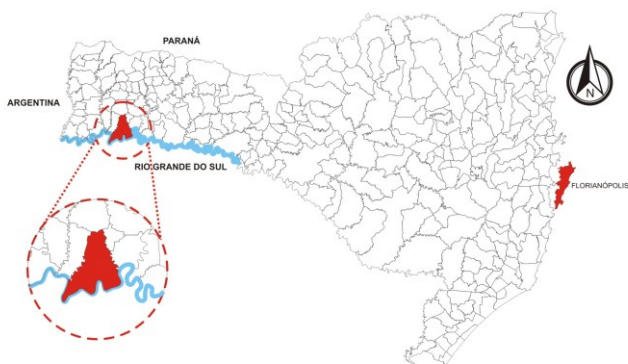


Figura 23: Mapa do Estado de Santa Catarina com a localização de Palmitos na rede de cidades do oeste catarinense. Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina, 2010, sem escala. Adaptação: Devitte, A.

Palmitos, um dos núcleos desmembrados de Chapecó na década de 60, está localizado na rota de deslocamento dessa produção agrícola e de bens de consumo, uma vez que dois importantes eixos de circulação, as BR's 283 e 158 passam por seu perímetro urbano, fazendo conexões com outras importantes vias de ligação da região oeste de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. Assim como nos demais municípios da rede de cidades da bacia do rio Uruguai, no oeste catarinense, a cidade de Palmitos também foi colonizada por descendentes de alemães e italianos vindos do Rio Grande do Sul. Desmembrada de Chapecó, em 1953, a instalação do novo município ocorreu em março, no ano seguinte. Membros da Companhia Sul Brasil descobriram, em linha Taquarussu, uma fonte de água mineral e fizeram investimentos, improvisando o desenvolvimento da comunidade de

forma rápida. Antes disso, em 1907, foram descobertas as águas termais na localidade de Ilha Redonda.



Figura 24: Imagem aérea do perímetro urbano de Palmitos. Fonte: Prefeitura Municipal.

O município ocupa uma área de 372 km² e conta com uma população de 16.032 habitantes. Consideram-se limites o rio Uruguai ao Sul, a cidade de São Carlos a Leste, a Oeste a cidade de Caibi e a Norte a cidade de Cunha Porã. Sua altitude é de 422 m acima do nível do mar.

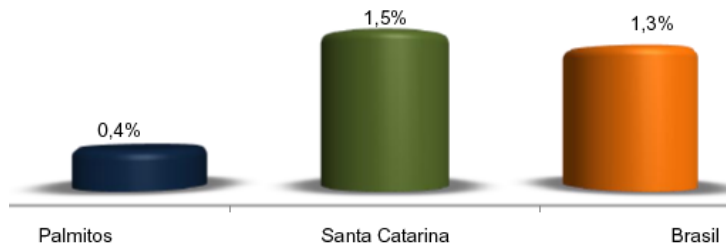


Tabela 02: Taxa de crescimento médio anual da população, segundo Brasil, Santa Catarina e Palmitos no período de 2000 a 2009. Fonte: Resultados elaborados pelo SEBRAE/SC com base em dados do IBGE - apoiados no Censo Demográfico 2000 e Estimativa Populacional 2009.

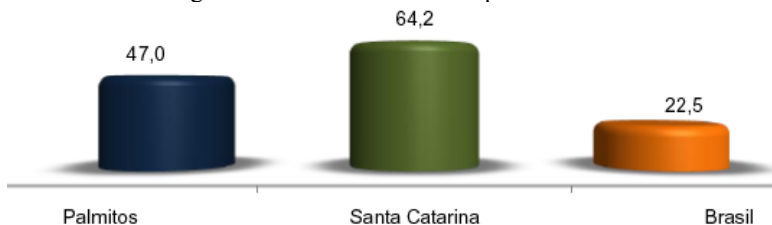


Tabela 03: Densidade demográfica, segundo Brasil, Santa Catarina e Palmitos - 2009. Fonte: Resultados elaborados pelo SEBRAE/SC com base em dados do IBGE - apoiados na Estimativa Populacional 2009.

A população da referida região é constituída em sua maioria por pequenos produtores rurais, em regime, portanto, de economia familiar, vivendo em propriedades com, em média, 17 ha. Predominam as culturas de milho, fumo e feijão, entre outros produtos. Dedicam-se, ainda, à criação de suínos e aves, atividade desenvolvida em integração com agroindústrias, além da vinculação a cooperativas, para fins de comercialização da produção agrícola.

O desenvolvimento da agroindústria, o aumento do número de exportações e a presença das maiores empresas brasileiras de produção e exportação de carne de frango, na região oeste, fortaleceram o poder econômico desta atividade e foram fundamentais para outros municípios, além de Palmitos, refletindo na lógica de estruturação urbana e rural destes.

Atualmente, o município está dividido em cinco regiões territoriais administrativas (Figura 25), sendo uma para o perímetro urbano e as demais para a área rural, cada uma delas contempla várias comunidades locais.



Figura 25: Mapa das regiões territoriais administrativas do município de Palmitos, destacando o acesso ao Balneário de Ilha Redonda. Fonte: Prefeitura Municipal de Palmitos.

A área rural do município apresenta uma configuração mais dispersa de ocupação em relação ao perímetro urbano, com edificações próximas aos eixos de circulação e áreas de cultivo no restante dos lotes. Essas transformações, ao longo dos anos, criaram outras morfologias, de acordo com a velocidade do processo econômico e de desenvolvimento, além das temáticas ambientais e culturais existentes.

O principal atrativo da cidade de Palmitos é o complexo de águas termais localizado no Balneário de Ilha Redonda, situado às margens do Rio Uruguai e distante 15 km do centro da cidade. O fluxo de turistas em busca de tratamentos com a água, o barro mineral e os esportes náuticos, atinge a média de 50 mil turistas/mês na alta temporada.

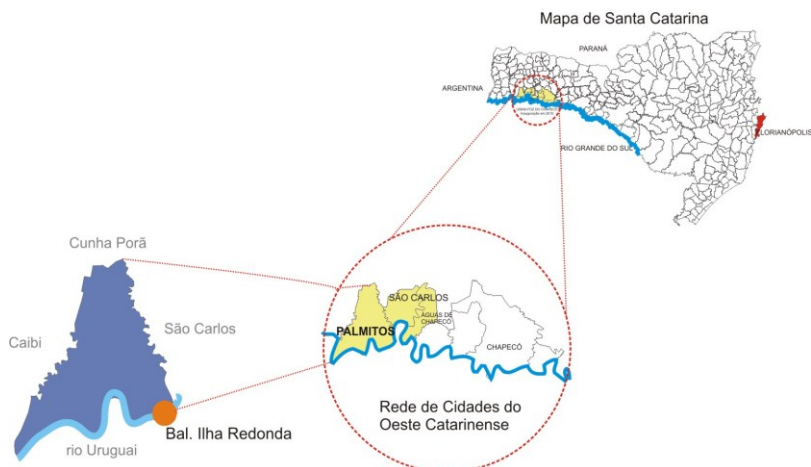


Figura 26: A localização do Balneário de Ilha Redonda na rede de cidades do Oeste Catarinense. Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina, 2010, sem escala. Adaptação: Devitte, A.

A ocupação do território do Balneário está fortemente relacionada aos fluxos migratórios ocorridos durante o século XIX e associada a um ambiente natural marcado pela descontinuidade do sítio, o que condicionou a ocupação de terras e a estrutura territorial dispersa, característica do local, até hoje.

As terras onde estão localizadas as Termas da Ilha foram requeridas ao governo estadual, que concedeu o direito de lavras junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e, em 1924, foi construído o primeiro hotel. Também, no mesmo ano, foi construído

o primeiro balneário em madeira para maior conforto dos turistas que, até então, utilizavam-se das banheiras cavadas em cedro e canjerana para banhar-se.

Até meados dos anos 40, a Ilha era bastante frequentada, ocasião em que ela se tornou mais conhecida e famosa pelo poder curativo de suas águas termais. Em 1945, surgiu o segundo hotel e, em 1950, o terceiro, ambos até hoje em atividades. Outros dois hotéis foram construídos em 1957, mas destruídos juntamente com outras 23 edificações pelas grandes enchentes de 1965.



Figura 27: Imagem aérea do Balneário de Ilha Redonda.

Fonte: Google Earth, em fevereiro de 2011, sem escala.

Em 1952, tiveram início as obras de construção do novo balneário em alvenaria, considerado de padrão sofisticado à época, a fim de atender à demanda, proporcionando maior conforto aos turistas, por colocar banheiras com águas quentes, sendo que a construção ficou concluída no ano de 1957 e está em atividade atualmente, conforme se pode visualizar na Figura 29.



Figura 28: Imagem aérea da Sede do empreendimento Thermas de Ilha Redonda. Fonte: www.ilharedonda.com.br em abril de 2011.

Anterior à implantação da Usina Foz do Chapecó Energia, a localidade de Ilha Redonda era considerada área rural do município de Palmitos. Com o início das obras e o acordo firmado entre a usina, os municípios atingidos e a Unochapecó para a elaboração dos Planos Diretores Municipais, esta área passou a ser considerada área urbana, apesar de a estrutura agrária permanecer.

3.2.3 São Carlos

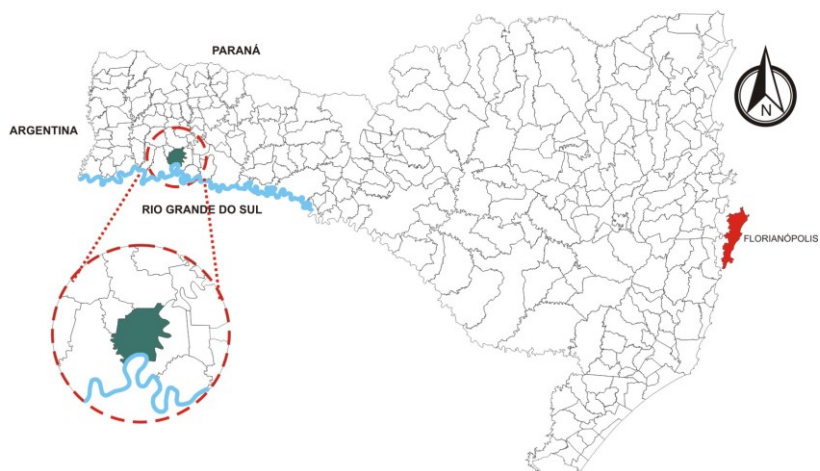


Figura 29: Mapa do Estado de Santa Catarina com a localização de São Carlos. Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina, 2010, sem escala. Adaptação: Devitte, A.

Colonizado na década de 20 por imigrantes alemães, através das terras comercializadas pela Companhia Territorial Sul Brasil, o município teve sua emancipação político-administrativa em 1954, após ser desmembrada de Chapecó. Ocupa uma área de 159 km² e apresenta uma população de 10.371 habitantes. Assim como as demais cidades da região, a cidade apresenta maior densidade na área urbana, uma vez que a sua área rural oferece uma configuração mais dispersa de ocupação.

Tem sua economia baseada no turismo e na agricultura. Conforme dados do município, 44,5% do movimento econômico provêm da suinocultura, porém produz ainda aves, bovinos de corte e de leite, ovelhas e grãos. Destacam-se, na paisagem local, inúmeras edificações para atender essas atividades.



Figura 30: Imagem aérea do perímetro urbano da cidade de São Carlos. Fonte: Prefeitura Municipal, 2009.

A SC-283, que liga Chapecó a Palmitos, é a via principal e percorre o perímetro urbano. Às margens desta via, está localizado o Balneário de Pratas, pertencente ao município e formado por um perímetro urbano isolado, sendo durante o ano todo um grande atrativo turístico e de arrecadação.



Figura 31: Imagem aérea do Balneário de Pratas. Fonte: Prefeitura Municipal de São Carlos, 2009.

Durante o processo de implantação da Usina Foz do Chapecó Energia, algumas transformações foram percebidas, uma vez que a grande parte dos empregados migrou e se estabeleceu nesta cidade com suas famílias. Em contrapartida, o consórcio formado para a construção da referida usina investiu em infra estrutura e serviços (ciclovias, posto policial e de saúde, creches e escolas) e capacitação profissional para a mão de obra local.

Um dos programas de compensação apresentados previa um dique de contenção, que poderia elevar o nível da água no Balneário de Pratas, no trecho do rio Uruguai e teve sua vazão reduzida pela construção da usina. A proposta foi rejeitada pela população em

audiência pública (Anexo 1), quando a decisão tomada seria de que o montante a ser investido deveria ser aplicado na implantação de um parque aquático (Figura 32) com a finalidade de desenvolver o turismo do referido Balneário.



Figura 32: Maquete eletrônica com a proposta do parque aquático a ser implantado no Balneário de Pratas. Fonte: www.saocarlos.sc.gov.br em maio de 2011.

3.3 O CONTEXTO LEGAL

A partir da implementação de novas diretrizes para ordenação do desenvolvimento urbano, realiza-se a análise do contexto legal da região, a partir da Legislação Brasileira e como estas foram entendidas no Eia-Rima e no Plano Diretor elaborados pelo Consórcio Foz do Chapecó Energia.

Em pequenos municípios, como no caso de Palmitos, a situação se apresenta bastante grave. O cenário urbano real é de exclusão social, exploração e ocupação descontrolada do território. A falta de fiscalização, o número insuficiente e nível de qualificação no corpo de funcionários da área ambiental contribuem para esse quadro, assim como a falta de envolvimento da sociedade em geral, com relação à preservação e educação ambiental. O processo de ocupação do território urbano e rural deve se constituir, com base em uma utilização controlada dos recursos naturais, uma premissa básica para todo projeto de desenvolvimento equilibrado.

O Planejamento Ambiental torna-se de extrema importância para a constituição social e espacial de uma sociedade mais sustentável; porém a forma de legislação associada a um processo eficaz de execução e fiscalização dos mecanismos legais existentes talvez seja o grande dilema à viabilização de projetos sustentáveis, sem esquecer de que a conscientização social e ambiental é indissociável desse processo. A gestão ambiental no território deve ocorrer a partir do município,

conforme previsto desde a Constituição Federal, envolvendo a participação das instituições públicas, comunidades locais e setores econômicos na implementação de projetos e ações no espaço urbano e regional, visando o necessário equilíbrio entre a cidade e o meio ambiente.

O Código Florestal Brasileiro, o Código Ambiental de Santa Catarina e os Planos Diretores Municipais estão em constante conflito, apoiando-se em conceitos de utilidade pública, interesse social e baixo impacto em detrimento da preservação e da sustentabilidade ambiental. No caso específico de Palmitos, há grande disparidade entre estas legislações e as propostas inseridas no Plano Diretor elaborado pelo Consórcio Foz do Chapecó Energia, pois esse plano estabelece uma Zona de Preservação Permanente menos restritiva do que a legislação prevê e, ainda assim, em uma área já edificada.

Além de analisar as potencialidades e limites da legislação vigente nos diferentes níveis, é importante destacar o papel da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) e das Associações de Municípios (AMOSC e AMERIOS) no processo de planejamento regional.

A Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC, além de defender os interesses institucionais e prestar serviços de consultoria e assessoramento técnico aos municípios, é uma das 65 entidades que compõe o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Chapecó, criado através do Decreto nº3.498 em 08 de setembro de 2010. Este Comitê tem como objetivo principal promover o gerenciamento descentralizado, participativo e integrado da Bacia Hidrográfica, além de promover a maximização dos benefícios econômicos e sociais resultantes do aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, assegurando o uso prioritário para o abastecimento das populações; e estimular a proteção das águas contra ações que possam comprometer o uso atual e futuro.

A implantação de um modelo e a eficácia da gestão passa pela promoção de uma efetiva governança, que envolve o estabelecimento de consensos entre diversos atores sociais e principalmente, deve passar por uma mudança paradigmática da gestão ambiental, baseada em um envolvimento mais amplo da sociedade na formulação e implementação de políticas públicas.

Acredita-se que um dos principais desafios é colocar esta perspectiva de gestão participativa, de governança ambiental, em prática, uma vez que ela implica mudanças culturais e de comportamento, tanto dos gestores públicos, privados quanto da

população, envolvidos na defesa dos recursos ambientais. Nesse sentido, questiona-se a aplicabilidade das leis no contexto de uma política energética que repassa a responsabilidade da construção das hidrelétricas para consórcios de empresas construtoras particulares, interessadas no lucro do seu empreendimento.

Dentro do contexto das discussões, pode-se compreender o Balneário de Ilha Redonda como um estudo de caso importante, pois se constitui numa análise exemplar das consequências da implantação de uma usina hidrelétrica na bacia hidrográfica objeto deste estudo.

3.3.1 Discutindo o EIA-RIMA/Consórcio Foz do Chapecó Energia

Os estudos para a implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó Energia iniciaram ainda na década de 60, porém foi em 1979 que ocorreu um projeto para a exploração do potencial do rio Uruguai na geração de energia elétrica. O Estudo de Inventário da Bacia do rio Uruguai, motivada pela Eletrosul, previa a construção de 22 usinas hidrelétricas definidas como interessantes e passíveis de implantação. Foi a primeira vez que o Brasil formulou um projeto para o aproveitamento integral de uma bacia hidrográfica, pretendendo com isso racionalizar os aproveitamentos, considerando, entre outras variáveis, a minimização das questões socioambientais. (VERDUM, 2007).

Em 1984, confirmou-se o aproveitamento Foz do Chapecó como uma alternativa de menor impacto se comparado a outros locais de aproveitamento e, em julho de 1996, através da Portaria de nº 269, foi concedida à Desenvix Empreendimentos Ltda. a autorização para o desenvolvimento e atualização do estudo da viabilidade na construção da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó.

Nesta linha de argumentação, a implantação de um empreendimento hidrelétrico só é viável quando: a) há demanda por energia que justifique o projeto; b) há viabilidade técnica para sua execução; c) sua construção não acarreta impactos ambientais irreparáveis; d) não há conflito entre sua operação e os demais usos da água em sua região de implantação; e) a sociedade local pode ser devidamente compensada pelos transtornos causados por sua implantação e operação; f) há agentes interessados em sua construção e financiamento.

Segundo o Estudo de Impacto Ambiental – EIA⁵, e o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA⁶, a Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó é um projeto que atende às premissas acima mencionadas. Porém, de acordo com a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, de nº 006/87, são três as licenças ambientais necessárias para a construção do empreendimento: a Licença Prévia, dada depois de realizado o EIA-RIMA e que autoriza o início das negociações, a Licença de Instalação, que autoriza o início da obra e Licença de Operação, que autoriza o início da operação hidrelétrica.

O estudo então elaborado ressaltava majoritariamente os impactos originados pela sua implantação, identificando o total de 27 impactos ambientais, decorrentes das alterações provocadas pela implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó. Dentre estes, 15 são associados ao contexto sócio econômico e 12, ao meio físico-biótico.

Do ponto de vista sócio econômico, destaca-se a expectativa gerada principalmente em função da possibilidade de mudanças que o empreendimento pode representar para as famílias residentes nas áreas próximas ao barramento. Com a implantação do empreendimento, haverá a criação de elevado número de empregos, tanto nas atividades diretamente vinculadas com a construção das obras, como naquelas relacionadas ao atendimento das demandas geradas pelo empreendimento e pelo contingente populacional a ele alocado. O mercado imobiliário será impactado, uma vez que o empreendimento necessitará adquirir terras, tanto para a formação do reservatório quanto pelas obras de engenharia associadas (canteiro, bota-foras, áreas de empréstimo). Além destes, o crescimento demográfico no início da implantação do projeto, causará um impacto direto no mercado de bens e serviços, devido à demanda, pelo elevado número de consumidores potenciais. O aumento da demanda deverá causar uma instabilidade nos preços que tenderão a se elevar. Aumentarão a circulação de mercadorias e a prestação de serviços, com a elevação das arrecadações municipais. A partir da operação da usina, serão gerados os royalties da energia, destinados as administrações municipais.

⁵ Estudo Impacto Ambiental (EIA) instrumento capaz de levantar dados de avaliação de impactos ambientais.

⁶ Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) instrumento capaz de levantar dados de avaliação de impactos ambientais.

Dentre os impactos ambientais relacionados no EIA-RIMA, destacam-se a alteração do sistema fluvial, elevação do lençol freático, alterações na qualidade da água, início ou aceleração de processos erosivos, redução na diversidade biológica dos ecossistemas aquáticos, remoção de cobertura vegetal atual e perda de habitats. Assim, nas áreas de matas ciliares secundárias e matas secundárias, a perda de ambientes é particularmente prejudicial quando observado que matas ciliares podem ser de grande importância na manutenção do fluxo gênico entre os remanescentes florestais de uma região. Essas áreas são, ainda, de vital relevância para a biodiversidade de áreas circunvizinhas, que podem ter um repercussão muito mais ampla e profunda quando considerada a bacia hidrográfica como um todo.

3.3.2 O Plano Diretor como instrumento de gestão do balneário

No contexto de implantação da usina, em 2007, após um longo processo de negociação e articulação de diversos atores sociais, foi assinado um protocolo de cooperação, firmado entre o Consórcio da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó Energia e os municípios localizados em sua área de abrangência para a elaboração dos Planos Diretores. Esse convênio teve como objetivo apresentar aos municípios as diretrizes para a implementação dos instrumentos de amparo legais viabilizados pelo Estatuto da Cidade, bem como e a elaboração dos Planos Diretores Participativos. Este empreendimento implicou uma série de transformações decorrentes da artificialização do curso de dois rios, dando origem a uma sequência de lagos o que, na prática, indicava a necessidade do deslocamento de centenas de famílias de seus lugares de vida cotidiana e uma reestruturação na dinâmica sócio territorial daqueles que permaneceriam no território alterado.

Este acordo representou uma oportunidade ímpar de ação financiada nos municípios por parte dos consórcios executores, mesmo com todas as implicações da obra e os impactos do empreendimento com um todo. Embora não obrigatório, pelo Plano Básico Ambiental, o Consórcio Energético Foz do Chapecó ao implementar a elaboração de planos diretores para os municípios, atendeu a uma solicitação das prefeituras municipais, em sua maioria, com população inferior a 20.000 habitantes e de economia basicamente agrícola.

Alguns municípios, mesmo não estando na margem do futuro lago ou estando a jusante do barramento, também foram contemplados

através da atuação do comitê dos municípios atingidos, como foi o caso de Palmitos. Em Santa Catarina, a licitação apontou o Instituto Goio-en em parceria com a Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó – ambas mantidas pela Fundação para o Desenvolvimento do Oeste – Fundeste – para a coordenação do Plano Diretor de seis municípios catarinenses: Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Guatambu, São Carlos, Paial e Palmitos.

Na tabela 04, pode-se perceber a distribuição populacional nos municípios da rede de cidades em estudo. Observa-se que a população rural é superada, ou falta pouco, pela população urbana, o que evidencia a singularidade dos processos democráticos, como o do Plano Diretor, nestas localidades.

Município	População Urbana	População Rural	População Total	Base da Economia
Águas de Chapecó	2.202	3.580	5.782	Agricultura, pecuária, fruticultura e turismo.
Palmitos	8.053	8.008	16.061	Serviço, agropecuária e indústria
São Carlos	5.347	4.017	9.364	Agropecuária, indústria e serviço

Tabela 04: Distribuição populacional nos municípios da rede de cidades em estudo. Fonte: IBGE. Elaboração: Devitte, A.

Para realizar essa tarefa de elaboração, a equipe seguiu o modelo participativo, com audiências públicas, em que na pauta, constaram diversos temas ou setores, sobre os quais as bases do desenvolvimento municipal se deram e a partir de que se organizaram os documentos e leis que foram produzidos.

Essa modalidade de planejamento participativo conta com a interferência da sociedade na produção de um novo espaço urbano e estabelece uma nova dimensão política no conjunto de forças que movimentam o espaço urbano. Esse embate de forças ocorre e é visível na disputa pelos espaços urbanos. De um lado, os empreendedores em busca de novas oportunidades de negócios, de outro, a sociedade em busca de qualidade de vida. Cabe ao Poder Público mediar o conflito, e o faz através da implementação de políticas urbanas contidas nos planos.

A análise dos resultados comporta, assim, não só o reconhecimento das estruturas formais de decisão, mas também os processos e condicionantes políticos e sociais das decisões relativas ao planejamento e gestão urbana da cidade de Palmitos e principalmente do Balneário de Ilha Redonda, foco desta pesquisa. Nota-se que os instrumentos de gestão e planejamento são de amplo espectro, não contemplando especificamente aspectos inerentes ao segmento turístico.

A falta de estrutura legal e administrativa, ou mesmo a inexperiência com tais questões, ou ainda a inexistência de exemplos positivos na maior parte dos municípios, tem determinado ao Balneário de Ilha Redonda papel periférico na gestão pública. Tal situação é, muitas vezes, reforçada pelo desinteresse no fortalecimento e nas ações de órgãos ambientais, contrários às ideologias do poder político e econômico atuante na região.

Sabe-se ainda que a adequação das estruturas administrativas da prefeitura perpassa pela criação e implantação efetiva dos Conselhos Municipais, como também pelo fortalecimento das instâncias coletivas existentes (comitês de bacias hidrográficas, sindicatos, organizações não governamentais, associações de bairro e de classe entre outros).

Assim, o planejamento urbano e o Plano Diretor, embora um tanto quanto desacreditados em realidades maiores, nesta rede, foram vistos como de necessidade primordial, tanto na lógica da ação planificadora sobre as implicações geradas pela obra da usina (por exemplo: atração de operários e a formação do lago e suas possibilidades turísticas), quanto na lógica da atração de investimentos.

Embora a municipalidade e a sociedade apresentem uma visão positiva em relação ao planejamento, um dos limites claramente percebidos foi a dificuldade de *representação e participação social*, tanto do núcleo gestor criado, quanto nas assembleias populares.

Para Fuks et al. (2003), deve-se ter compreensão da distinta “cultura política” dos grupos dotados de recursos políticos desiguais, resultando em disparidades na atuação dentro dos conselhos. Estes autores apontam para a necessidade de uma compreensão das especificidades desses segmentos e os impactos dessas especificidades sobre a capacidade de participação de cada um deles, tal como, distância a percorrer até as reuniões, incompatibilidade de horários para reuniões, falta de condições financeiras, entre outras, que representam limites na efetividade também do futuro conselho. Sendo assim, é importante ter presente de que se trata de um espaço de construção da cidadania local.

Estudo de Caso: o Balneário de Ilha Redonda

Este capítulo apresenta o estudo de caso envolvendo a análise do Balneário de Ilha Redonda e a dinâmica das transformações na estrutura e uso do solo e de ocupação dos seus espaços livres. Trata-se de refletir, por um lado, acerca das transformações recentes da cidade de Palmitos e do Balneário de Ilha Redonda e compreender sua relação com a gestão local, através dos mecanismos propostos pelo Consórcio Foz do Chapecó Energia, responsável pela implantação da usina hidrelétrica Foz do Chapecó, na bacia do rio Uruguai, em Santa Catarina.

Nesse contexto, é apresentada a construção da temática aglutinadora desta pesquisa, cujo objetivo principal é a análise da relação entre o sítio físico, o processo histórico de crescimento e a configuração urbano ambiental do espaço escolhido como objeto deste estudo.

4.1 O CONTEXTO AMBIENTAL E URBANO

- Processo histórico

Estudar o processo de construção do espaço urbano implica trabalhar o tempo como variável de análise, incorporando a história aos estudos urbanísticos. Dentre as várias abordagens, é pouco comum considerar os processos, agentes e sua inter-relação na construção histórica da cidade. (REIS, 2008).

Essa análise é fundamental no caso do Balneário de Ilha Redonda, em que o crescimento urbano turístico acontece por sobre estruturas urbanas e rurais em processo de transformação. Apesar das dificuldades de levantar os registros existentes foi com base no material coletado durante o processo de implantação da Usina Foz do Chapecó Energia, que a linha de tempo aqui apresentada foi construída, buscando evidenciar a estrutura rural preexistente e suas transformações até os dias de hoje. O registro da ocupação física, em função de sua localização territorial, assim como sua evolução, permitiu caracterizar as atividades desenvolvidas no espaço e identificar as possíveis políticas e ações públicas e privadas relativas ao planejamento. Estas fundamentais na organização desses espaços e na construção de uma identidade, que

se pretende como um elemento atrativo para um desenvolvimento urbano ambiental mais adequado.

O estudo do processo histórico de ocupação colonial do território permitiu reconhecer elementos estruturadores principais e que ainda hoje, apesar das transformações das últimas décadas, representam limites e possibilidades aos novos crescimentos. Esses elementos são reconhecidos especialmente na maneira como se distribui e se organiza o núcleo urbano, nos caminhos e vias que estruturam sua ocupação e nas áreas transformadas para uso agrícola e, com o consequente parcelamento do solo.

A estrutura da localidade, muito simples, decorria de uma ocupação e crescimento a partir do caminho geral do Balneário, que passava pela vila e ia até outra localidade rural. Tinha como característica a espontaneidade do traçado orgânico e o rio era o elemento articulador da malha viária que a ele chegava. Esses caminhos foram responsáveis pela organização do parcelamento agrícola e garantiam, do mesmo modo, acessibilidade aos lotes. Conforme se pode observar na Figura 33, o tamanho dos lotes é maior na região assinalada com o círculo.

Essas características imprimem certa especificidade à estrutura do Balneário de Ilha Redonda. Ao contrário das demais comunidades, onde se identifica a presença de amplo espaço público em frente à capela, organizando a ocupação e as construções, no balneário em estudo, há uma ocupação mais diluída ao longo dos caminhos. Representa outro aspecto da ocupação da localidade a presença do núcleo junto às fontes minerais, com uma configuração em que há construção de moradias, sem ordenamento prévio, criando uma malha regular, conforme Figura 34.

O balneário original, cercada pelo morro e pelo rio, e com uma ocupação bastante rarefeita, com uma ou duas casas por lote, permitia uma visualização e participação da paisagem do entorno imediato. Pode-se afirmar que a localidade de Ilha Redonda ainda mantém essa característica de pequeno núcleo, porque o seu sítio teve um crescimento longitudinal por sobre os caminhos que percorriam as planícies facilitadoras da ocupação.

A ocupação estava representada pelas estradas na base do morro e os caminhos da planície que mantiveram a sua feição colonial e rural: pouca largura e sem calçamento. Havia poucos moradores localizados nas pequenas chácaras, sobre a lateral da encosta, ou na planície. Os lotes, sendo ainda do parcelamento original, eram de estreita testada

sobre os caminhos e grande comprimento, conforme o perfil esquemático apresentado na Figura 35.

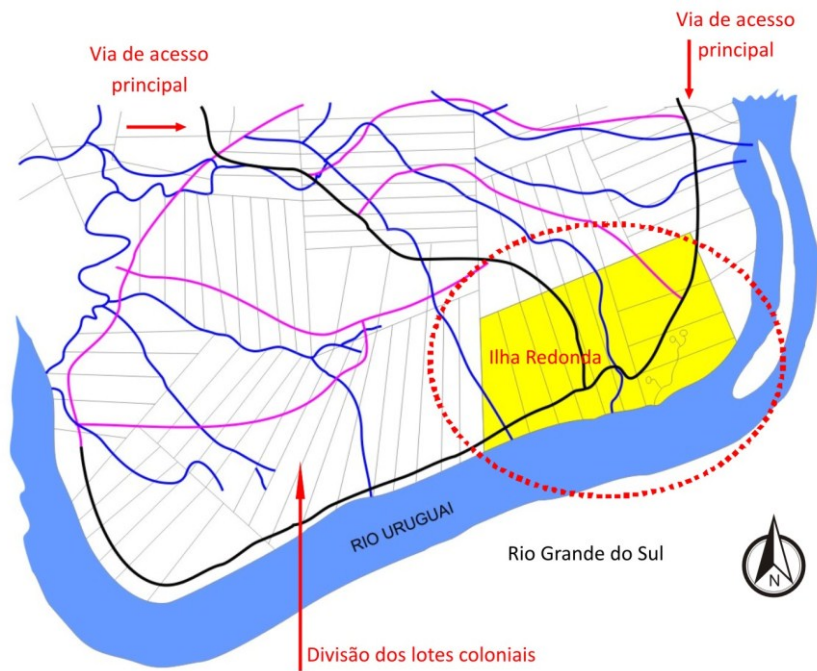


Figura 33: Mapa do parcelamento original na época de colonização do Balneário de Ilha Redonda.
Fonte: Prefeitura Municipal de Palmitos, 2011, sem escala. Adaptação: Devitte, A.



Figura 34: Mapa do Balneário de Ilha Redonda, identificando o primeiro núcleo próximo às fontes minerais. Fonte: Google Earth, em fevereiro de 2011, sem escala. Elaboração: Devitte, A.



Figura 35: Perfil esquemático da ocupação na década de 30. Elaboração: Devitte, A.

Esta ocupação, com poucos moradores e a prática da agricultura utilizando as encostas, foi responsável pela devastação da vegetação original (Mata Atlântica) até a década de 1950. Nas décadas seguintes, a descoberta urbano turística desta localidade e o declínio das atividades agrícolas possibilitaram um processo de recomposição lento e espontâneo desta cobertura vegetal, que continua até hoje com o crescimento da vegetação secundária em diversos estágios de regeneração.

A localidade ficou em estado de dormência até praticamente os anos 90. Isso aconteceu devido ao isolamento e à falta de investimentos públicos. A infra estrutura viária era muito precária e o deslocamento para a sede do município, distante 16 km, era feito por estrada de terra. Muito lentamente algumas melhorias viárias foram realizadas, promovendo a ocupação nas bordas dos caminhos.

A transformação da paisagem do Balneário de Ilha Redonda, aos poucos abandona a atividade agrícola e possibilita a exploração turística, uma vez que este chama a atenção por sua natureza exuberante, se comparado a outros balneários hidrotermais da região, o que impulsionou o desenvolvimento desta atividade. O desenvolvimento experimentado nesse período incentiva o governo municipal a promover algumas obras de infra estrutura, através da implantação de novos serviços e equipamentos.

Nas décadas seguintes, as grandes áreas modificadas para uso agrícola são posteriormente parceladas. Transformadas em loteamentos, iniciando os serviços de atendimento à nova economia do turismo, com a implantação de condomínios residenciais, conforme se pode visualizar na Figura 36.

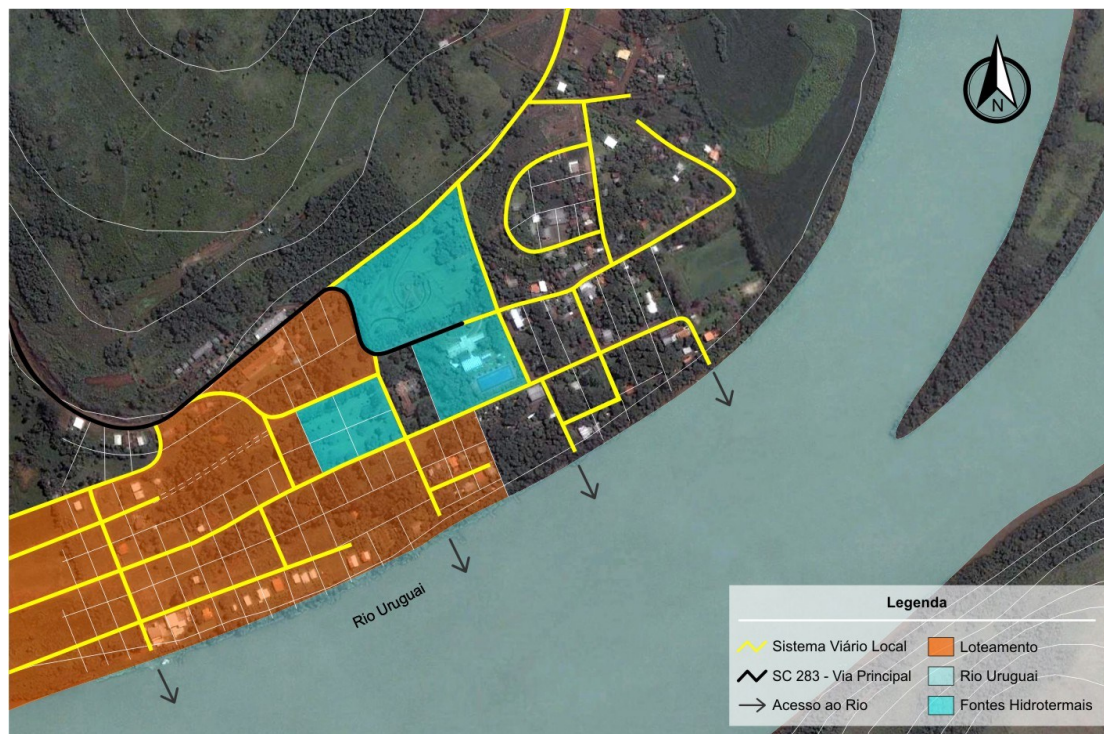


Figura 36: Mapa do parcelamento atual do Balneário de Ilha Redonda. Fonte: Google Earth, em fevereiro de 2011, sem escala. Elaboração: Devitte, A.

A ocupação do balneário de Ilha Redonda ocorreu sem a observância do Código Florestal vigente e desprovida de qualquer embasamento urbanístico mais qualificado, gerando um crescimento regido apenas pelo aspecto mercadológico. Assim, sem uma legislação que normatizasse o uso do solo, uma vez que o Plano Diretor elaborado para o município de Palmitos contemplava somente a área urbana, essa ocupação obedecia ao privilegiamento da paisagem natural, ou seja, a proximidade com o rio.

Com base no perfil esquemático apresentado na Figura 37, podem ser identificadas as transformações ocorridas com a mudança no uso do solo nos últimos 20 anos. Nos morros, percebe-se que parte das pastagens foi sendo substituída por áreas de reflorestamento. Houve também uma expansão do núcleo urbano com o surgimento de segundas residências na planície próxima ao rio, além da instalação dos equipamentos da usina Foz do Chapecó Energia na margem oposta.



Figura 37: Perfil esquemático da ocupação atual. Elaboração: Devitte, A.

O crescimento populacional durante a colonização do Balneário foi apenas vegetativo, de forma que a estrutura urbana existente foi suficiente para atender à demanda populacional, sofrendo até a década de 90 poucas alterações (Figura 38). Até então, o movimento em relação ao turismo no local se dava, principalmente, pela busca por tratamentos de saúde, em função das propriedades curativas da água mineral ali encontrada. Embora a ideia de turismo seja uma vertente econômica recente para a região, o município começou a atrair, num primeiro instante, pessoas em busca de tratamento medicinal, através da água, e posteriormente, à procura do turismo.



Figura 38: Imagem aérea da localidade de Ilha Redonda na década de 80, marcando a implantação do Hotel Gloria (B), construído na década de 50 e ainda em atividade e Grande Hotel (A), que após um período sem atividade, atualmente encontra-se em reforma. Fonte: Arquivo pessoal.

Nesse período, dois hotéis (Hotel Glória e Grande Hotel), construídos entre 1945 e 1950, davam suporte aos turistas que frequentavam o balneário.

- As transformações urbanas ambientais

Com a demanda de novos espaços para a atividade turística, inicia-se a implantação de uma incipiente infra estrutura hoteleira, com a construção de um novo hotel (Hotel Timm) e da pousada Recanto da Ilha Redonda. O incremento populacional, com novo perfil, demandou novas solicitações que acentuaram o crescimento local com a construção de 125 casas de veraneio, também chamadas de segundas residências.

Convém destacar, aqui, a sazonalidade do turismo do Balneário de Ilha Redonda, que apresenta contrastes, com períodos de intensa utilização e intervalos de ociosidade. A Figura 39 ilustra essa característica, demonstrando a procura pelo Balneário durante a temporada de verão.

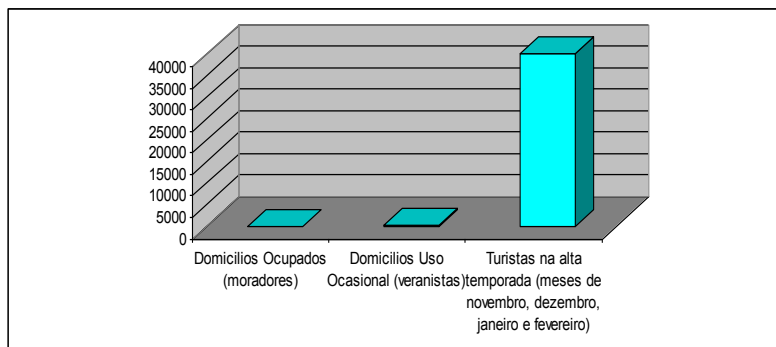


Figura 39: Sazonalidade apresentada nos anos 2009-2010, em número de pessoas, entre os meses de alta e baixa temporada. Fonte: IBGE. Elaboração: Devitte, A.

Alugar casas para turistas, fazendo da produção uma fonte de complementação de renda, passou a ser uma prática bastante comum no local. A prática do aluguel de temporada no balneário tem ocorrido de maneira bastante informal, e incluem hoje não só as vagas disponibilizadas por moradores locais, mas também tem origem no fenômeno de segunda residência.

Os turistas, a maioria de origem dos Estados do Sul, Mato

Grosso e da Argentina, mantêm hábitos e comportamentos semelhantes. São visitantes ocasionais que se deslocam ao balneário em finais de semana, feriados ou período de férias, podem ser considerados menos impactantes, porque não exigem expansões urbanas, mas contribuem para os impactos na infraestrutura viária e de abastecimento do balneário.

Os caminhos terrestres, que durante o período de ocupação colonial estruturavam e articulavam a comunicação do balneário com a Sede do município e os demais núcleos, sofreram algumas transformações tanto na sua forma como na sua apropriação.

O rio Uruguai perde sua função inicial de escoamento da produção e com o passar do tempo, tem seu leito explorado para a geração de energia elétrica e também para as atividades de lazer.

Por terra, os caminhos conhecidos como Estradas Gerais estabeleceram-se de maneira que ainda hoje permanecem na estrutura territorial contemporânea. No Balneário de Ilha Redonda, a presença e a evolução dos caminhos podem ser percebidas em duas situações distintas. O primeiro e principal caminho estabelecido, que fazia a ligação desta localidade com a BR-283, desenvolveu-se junto à meia encosta organizando o parcelamento agrícola, por entre o morro e o rio Uruguai. Com o desenvolvimento turístico, este caminho perde sua importância. Atualmente sua utilização se dá de maneira esporádica em função da ausência de pavimentação e por seu traçado bastante irregular. Sua presença se faz pouco evidente como articulador da estrutura territorial contemporânea.

O outro caminho estabelecido ainda no período de ocupação colonial comparece com grande força na organização da estrutura territorial contemporânea. Efetivando-se como principal ligação entre o Balneário e o Distrito Sede, consolidou-se a partir do seu alargamento e pavimentação asfáltica. Atualmente, configura a SC-469 (Figura 40), sob tutela do governo estadual, realizando a conexão viária com a BR-283, que corta o perímetro urbano e faz a ligação com as demais cidades brasileiras e com o aeroporto de Chapecó, distante 69 km (Figura 41).



Figura 40: Pavimentação da SC-469, inaugurada em 2008.
Fonte: Arquivo pessoal.

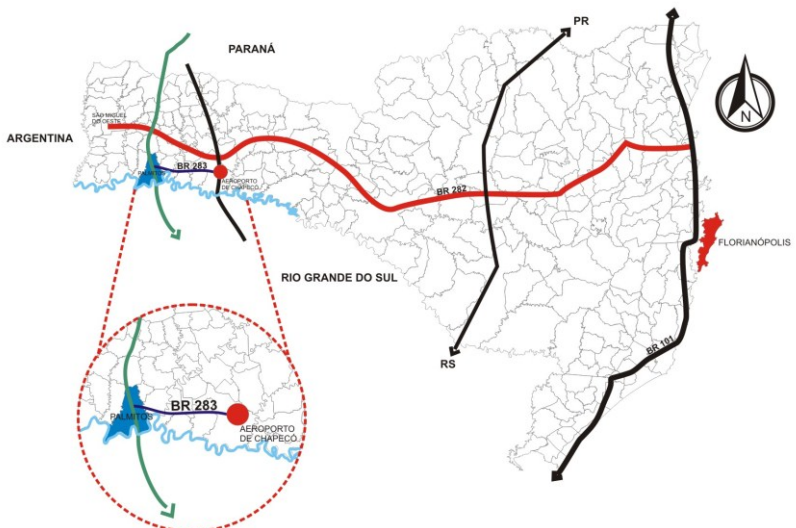


Figura 41: Mapa do Estado de Santa Catarina, indicando conexões e acesso ao Balneário de Ilha Redonda. Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina, 2010, sem escala. Adaptação: Devitte, A.

Atualmente, a malha viária local, resultante da ocupação urbano turística se caracteriza por ruas estreitas. Muitas dessas têm seu ponto de origem junto ao rio e outras surgem, em função do arruamento preexistente, e se desenvolvem através de um traçado de configuração regular e baixa conexão (Figura 42). De pequena extensão, a maioria destas vias não apresentam hierarquia interna, sendo assinaladas pela descontinuidade.



Figura 42: Mapa da malha viária atual do Balneário de Ilha Redonda. Fonte: Google Earth, Acesso em fevereiro de 2011, sem escala. Elaboração: Devitte, A.

Conforme visto anteriormente, os caminhos principais existentes organizam a ocupação do Balneário, a partir do parcelamento das terras do uso agrícola durante o período colonial. As formas de crescimento decorrentes dessa estrutura registram o crescimento urbano turístico, resultante do parcelamento dos lotes coloniais e que se desenvolve, aproveitando o traçado dos caminhos preexistentes.

No Balneário de Ilha Redonda, esta forma de assentamento urbano e turístico, surgido a partir do re-parcelamento das propriedades agrícolas, comparece igualmente na forma de ocupações tanto regulares quanto irregulares. As parcelas (lotes) resultantes desse processo são colocadas de maneira gradual no mercado. Da mesma forma, as áreas rurais são disponibilizadas para o parcelamento, ao longo de largos períodos de tempo.

Os primeiros loteamentos implantados, baseados em uma conformação em forma de grelha e, em muitos casos, desarticulados do núcleo urbano original, ocuparam especialmente as planícies próximas ao rio (Figura 44), sobrepondo-se muitas vezes às áreas de mata ciliar e antigas áreas agrícolas. Esse processo foi intensificado, tendo em vista que as terras passam a ser valorizadas, em virtude do desenvolvimento turístico da localidade. As terras, antes desvalorizadas, hoje abrigam grande parte dos empreendimentos turísticos do Balneário.

Como as áreas mais procuradas e valorizadas eram aquelas próximas da água, a ocupação ocorreu de forma linear, em uma faixa ao longo da margem do rio Uruguai (Figura 43), caracterizando-se como uma apropriação privada de um espaço que deveria ser de preservação e domínio público (Figura 44).



Figura 43: Imagens aéreas do Balneário de Ilha Redonda em 2010, mostrando a ocupação na faixa ao longo da margem do rio Uruguai. Fonte: Prefeitura Municipal de Palmitos.

Verificou-se também que os ecossistemas naturais (Figura 45), como elementos de identidade espacial, são determinantes da ocupação inicial e do desenvolvimento da localidade estudada. O entorno desta área de preservação se encontra ameaçado com o crescimento da área ocupada e o adensamento construtivo provocado pelo processo urbano turístico atual. A consolidação da urbanização acarreta a formação de barreiras entre as áreas de morros e áreas de planície, impedindo o fluxo de matéria e energia entre os diferentes ecossistemas aí existentes.

Mesmo com o adensamento promovido, a ocupação linear ainda está presente sobre a base do parcelamento anterior e re-parcelamento, praticamente, de forma contínua. Alguns dos riscos colocados hoje advêm da expansão urbana, com a promoção de estruturas espaciais pouco legíveis, em função do re-parcelamento contínuo das

propriedades rurais, aumentando sobremaneira as áreas urbanas. A continuidade do processo de ocupação, se expandindo por sobre os ecossistemas ainda existentes, coloca-se como risco de caráter ambiental.



Figura 44: Mapa identificando a faixa de 500m de preservação ambiental prevista no Código Ambiental.
Fonte: Google Earth, em fevereiro de 2011, sem escala. Elaboração: Devitte, A.



Figura 45: Mapa identificando as comunidades vegetais encontradas no Balneário. Fonte: Google Earth, em fevereiro de 2011, sem escala. Elaboração: Devitte, A.

- A implantação da Usina Foz do Chapecó Energia

Houve uma transformação na paisagem do Balneário de Ilha Redonda, o qual, aos poucos, abandonou a atividade agrícola e passou a assumir gradativamente características urbanas. Esse processo ocorreu de forma mais significativa a partir da implantação da usina Foz do Chapecó Energia (Figuras 46 e 47), durante o período de 2007 a 2010.

Santos (1997) destaca que *“qualquer transformação espacial denotará sempre uma noção de movimento, de ação, ou seja, de um processo. Nada é agora igual ao que fora momentos antes. Partindo-se desse pressuposto e de que o espaço é formado pelas complexas relações e inter-relações entre objetos e ações, torna-se fundamental compreender por que e como ocorrem esses movimentos para, a partir daí, entender as transformações.”*

Para realizar essas transformações ou adaptações, o homem utiliza-se de diversos instrumentos que podem não ser físicos e materiais, mas que se elaboram como elementos necessários à produção, tais como leis e normas, as quais, apesar de não possuírem características materiais, impõem certas condições ao meio, provocando consequências, sejam de ordem física ou social. No espaço físico, as adaptações podem ser as edificações, o sistema viário, uma linha de transmissão de energia, entre outras e dentre esses espaços, o mais complexo é a cidade.

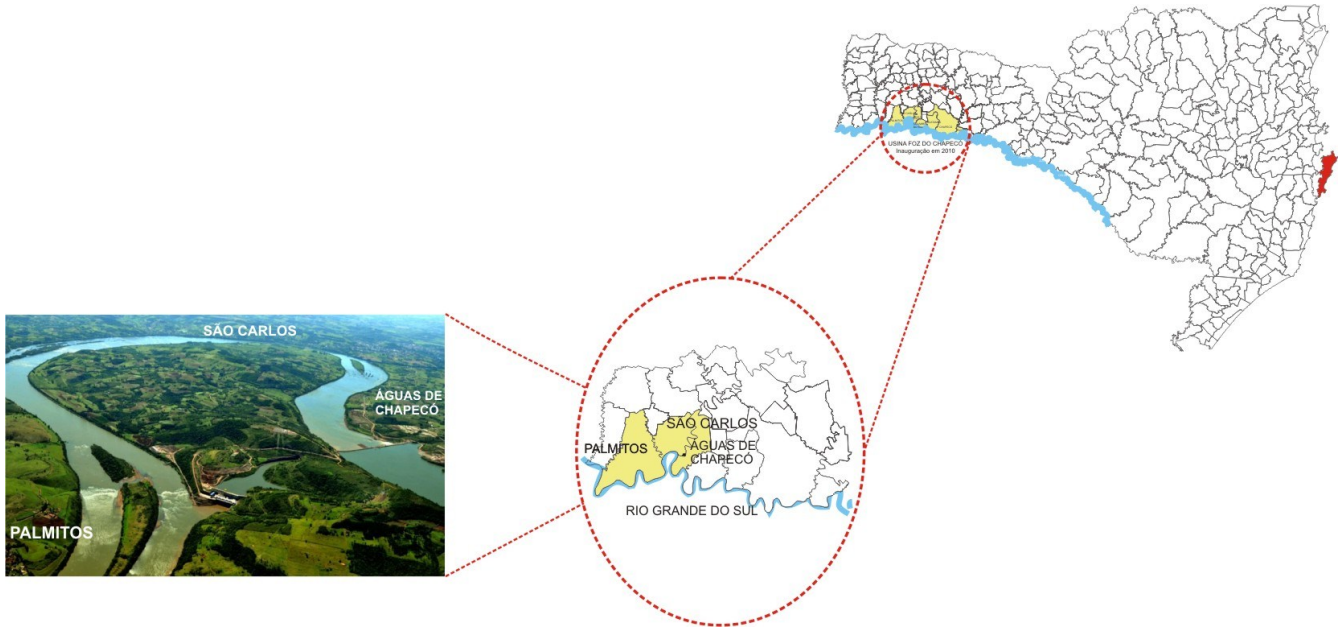


Figura 46: Localização da implantação da Usina Foz do Chapecó Energia. Fonte: Governo de Santa Catarina. Elaboração: Devitte, A.

Com o anúncio da implantação da usina Foz do Chapecó Energia, criou-se, inicialmente, um momento de euforia econômica, em virtude dos grandes investimentos, que o empreendimento realizaria de forma direta, aquecendo a economia local e regional. Por outro lado, havia a expectativa em relação ao turismo, que poderia ser uma alavanca de promoção do município.

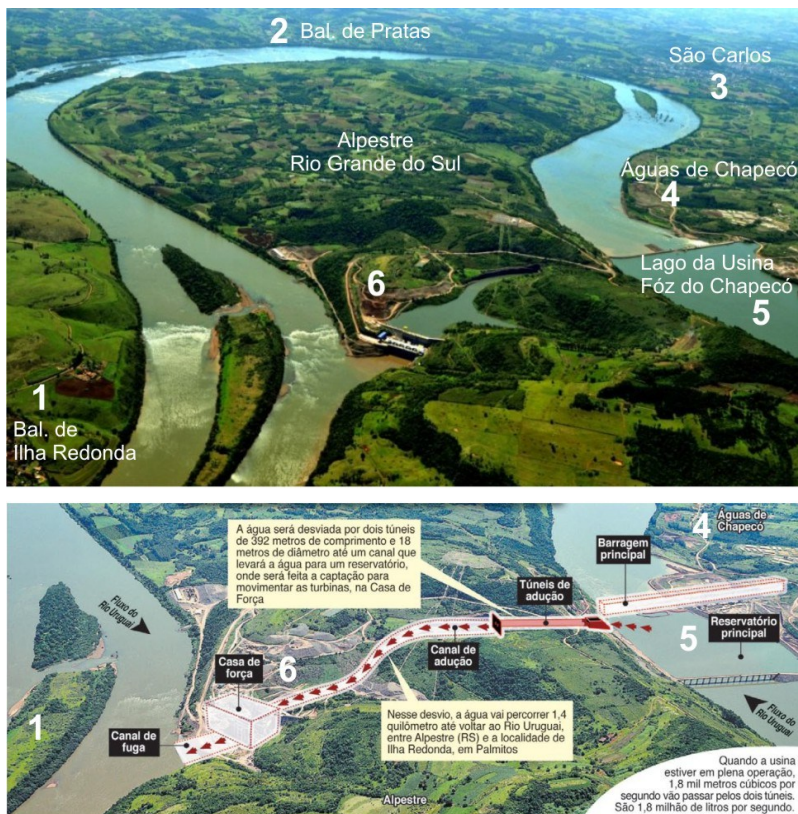


Figura 47: Imagem aérea do local onde a UH Foz do Chapecó Energia foi implantada. Fonte: Consórcio Foz do Chapecó Energia.

A usina Foz do Chapecó Energia, financiada pelo governo federal, instalou seu canteiro de obras e o reservatório em áreas de seis municípios de Santa Catarina (Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Guatambu, Chapecó, Paial e Itá) e seis do Rio Grande do Sul (Alpestre, Rio dos Índios, Nonoai, Faxinalzinho, Erval Grande e Itatiba do Sul), conforme visualiza-se na Figura 49. Palmitos, considerada área de

influência indireta, ficou exposto às transformações de implantação, principalmente na configuração rural e urbana, ocasionada, sobretudo, pela migração populacional, em função da construção da usina.



Figura 48: Municípios localizados na área de influência direta da Usina. Fonte: Consórcio Foz do Chapecó Energia, 2010.

A possibilidade de dar nova função ao espaço, definir novo território, mudou os ânimos. O lazer e o turismo delinearam nova territorialidade. Essa nova funcionalidade, a prática do lazer e turismo e não mais a produção, apoia-se nas residências secundárias ou segundas residências. É um processo de “turistificação”, como explica Dias (2006, p.15): *“Lugares escolhidos para a prática turística são modificados, em um processo denominado de ‘turistificação’[...] Um dos fenômenos da turistificação é uma mudança na estrutura urbana com a introdução de Pousadas e de residências secundárias.”*

É válido afirmar que, a partir das mudanças com a implantação da Usina, intensificou-se uma nova territorialidade constituída com base nas novas práticas sociais, como a pesca, esportes náuticos, mergulho, enfim, o uso das bordas do reservatório se destina agora às atividades turísticas e de lazer, que proporcionam nova funcionalidade ao espaço outrora ocupado por famílias ribeirinhas.

- EIA-RIMA do Consórcio Foz do Chapecó Energia

O EIA-RIMA, elaborado pelo Consórcio, e a garantia ao gestor público municipal de Palmitos de que não haveria alteração no nível e na qualidade das águas do rio Uruguai fez com que esse gestor buscasse visualizar as potencialidades dos possíveis programas e recursos que, na época, foram disponibilizados com a implantação da usina, embora ainda não distinguisse o papel que deveriam cumprir os empreendedores, os agentes públicos, os agentes privados e as parcerias entre esses agentes.

Este documento pode ser questionado uma vez que, desqualificou os impactos do empreendimento, acabando por afirmar que seria ambientalmente viável. O estudo desconsiderou a magnitude dos impactos negativos, mesmo quando apontados em diversas partes do EIA-RIMA. Baseando-se na idéia de progresso que parte da população sem as informações qualificadas deposita na implantação do empreendimento. Falava-se muito do ISS, *Royalts* e ICMS que seriam arrecadados, sem especificar os valores, nem apresentar um estudo da relação custo benefício da obra para o município.

Destacava ainda a melhoria da economia da região durante a obra, a geração de empregos, mas não apresentava uma justificativa para a necessidade de construção da hidroelétrica naquele trecho específico do rio Uruguai, que, por sua condição especial ambiental e ecológica, encontra-se protegido por legislações ambientais em diferentes níveis⁷.

- Turismo como estratégia

Visando minimizar os impactos negativos promovidos pelo empreendimento e a possibilidade de geração de renda, foram criadas estratégias para aproveitamento do rio e da paisagem local, por meio do turismo.

“O turismo surgiu como um intenso consumidor da natureza, sendo que nas últimas décadas sua evolução se deu como resultado da busca do verde e da fuga dos tumultos da urbanização, pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com a natureza em seu

⁷ Lei 4.771 de 1965, que instituiu o Código Florestal e Resoluções do CONAMA.

tempo de lazer." (RUSCHMANN, 1997)

Baseado nesse interesse de aproveitamento do verde e da paisagem, os agentes empreendedores do turismo se propõem, oportunamente, a explorar o ambiente dos municípios lindeiros, cujos impactos geraram transformações nas estruturas e no conteúdo social da região em questão. Nesse espaço, ocorrem novas práticas sociais, pois a força do capital e a tecnologia que expulsaram os ribeirinhos para transformar a água do rio em energia, configuram um novo território.

Embora muito se fale sobre o impacto do turismo ao meio ambiente, pouco até agora foi feito, a fim de evitá-lo ou minimizá-lo. A falta de coordenação entre as políticas de desenvolvimento urbano e ambiental é o ponto chave em questão. Emerge assim a necessidade de convergência e integração das políticas públicas setoriais, através da gestão ambiental urbana, isto é, do conjunto de atividades e responsabilidades voltadas para uma série de intervenções sociais com vistas ao manejo adequado do uso do solo e dos recursos naturais e humanos, para construção da qualidade de vida urbana. Em outras palavras, para buscar a sustentabilidade.

A entrada do turismo trouxe modificações, tanto na população local como no ambiente natural, sendo a principal transformação o fato de a terra deixar de ter valor de uso para ter valor imobiliário ou de troca. No início, os moradores nativos aceitaram as transformações, porque as suas terras supervalorizaram de uma hora para a outra. Isto promoveu alguns deslocamentos internos de proprietários e, sobretudo, os donos de áreas próximas ao rio venderam suas terras.

As massas vegetais no entorno das fontes hidrominerais também são significativas e acrescentam sua importância ecológica a um valor estético como componente fundamental na diversidade visual do balneário.

- A paisagem local

O método de análise de Tardin (2008), que corresponde à análise através dos espaços livres e não dos espaços ocupados, é uma das referências de alternativa de visão para contrapor a visão dominante. Este é um olhar importante, que aponta para um novo caminho na discussão de um planejamento para o Balneário em questão e, possivelmente, para os demais balneários da rede de cidades da bacia em estudo.

Destacam-se, nesta linha de raciocínio, os elementos cênicos do Balneário (Figura 49), entre os quais, consta o rio Uruguai, que apresenta forma alongada e grande largura, o qual não permite que seja abarcado em uma só visada, constituindo-se um dos atributos que se destaca na paisagem.



Figuras 49: Elementos cênicos do Balneário. Fonte: arquivo pessoal.

Áreas de emergência visual se apresentam como enquadramentos singulares que marcam as sequências dos percursos como elementos diferenciados, favorecendo mudanças frequentes no ritmo da paisagem percebida, podendo ser identificados nos morros, na casa de força da usina hidrelétrica (Figura 50) e na edificação sede do balneário Thermas.



Figura 50: Casa de força da usina hidrelétrica Foz do Chapecó Energia.
Fonte: arquivo pessoal.

Os fundos cênicos, que correspondem às visadas mais amplas da paisagem permitidas pelos espaços livres, combinam contrastes entre a topografia, a água e a vegetação, percebidos no conjunto. Entre as vistas panorâmicas mais significativas do balneário, estão:

- A partir dos morros (Figura 51), consegue-se visualizar a planície do balneário, o rio Uruguai e os morros que estão no lado gaúcho;

- A praia formada nas margens do rio. Essas vistas panorâmicas (Figura 52) transformam a paisagem em espetáculo e os contrastes denotam sua qualidade visual.



Figura 51: Fundo cênico permitindo a vista entre morro e planície. Fonte: arquivo pessoal.



Figura 52: Fundo cênico – A praia formada nas margens do rio Uruguai. Fonte: arquivo pessoal.

- Os espaços públicos

Os espaços públicos e o seu significado social têm sido substancialmente modificados frente a essas novas necessidades. O desenvolvimento turístico do Balneário tem potencializado transformações expressivas na forma e no uso destes espaços públicos, a começar pela utilização da balneabilidade do rio Uruguai. Também as transformações ocorridas na ocupação do território, que modificaram as estruturas preexistentes e expandiram o antigo núcleo, contribuíram para essas alterações, especialmente as relacionadas às novas configurações dos espaços públicos.

O núcleo original que articulava a ocupação extensiva do território assumiu uma nova feição através da transformação em sua estrutura formal, modificação dos usos e a chegada de novos moradores. A malha viária concentra os principais fluxos tanto de veículos quanto de pedestres e as atividades de comércio e serviço. A presença de ruas sem saída (Figura 53) e becos, geram um grande número de espaços públicos de controle local, onde circulam tão somente os moradores mais imediatos.



Figura 53: Apropriação privada do espaço público da rua. Fonte: Arquivo pessoal.

Constitui, ainda, importante espaço público no Balneário, e um dos mais expressivos no presente, o uso público do rio Uruguai. Com formas específicas de utilização e apropriação no presente, o rio tem sofrido o reflexo dos processos de transformações iniciados a partir das primeiras décadas do século XX. De local de trabalho, transporte, dessedentação de animais ou despejo de dejetos, o rio se tornou o local do lazer e do divertimento, valorizando a borda do rio e propiciando formas coletivas de apropriação (Fig. 54).



Figura 54: Apropriação pública do rio Uruguai. Fonte: Arquivo pessoal.

Igualmente, as áreas de proteção ambiental e os remanescentes da paisagem natural têm propiciado a apropriação e o uso coletivo em atividades de lazer e contemplação da paisagem natural. Exemplo disto é a utilização da ilha para a prática de pesca e também, de outras áreas de preservação permanente. Esta apropriação revela, além do importante papel para a preservação ambiental e paisagística, o potencial dessas áreas como espaços públicos de uso coletivo.

No contexto urbano turístico das transformações pelas quais vem passando o Balneário, a utilização e apropriação destes lugares, nos leva a percebê-los, como um dos últimos elementos remanescente de

composição da rede geral de espaços públicos. É, em última instância, a base física onde a cidade manifesta sociabilidade e uma intensa interface com o meio natural.

4.2 O CONTEXTO LEGAL – ASPECTOS DO PLANO DIRETOR E EIA-RIMA

A iniciativa da Usina Foz do Chapecó Energia em torno da elaboração do Plano Diretor esteve fundamentada nas resoluções do Estatuto da Cidade. Este processo de planejamento, que deu origem ao Plano Diretor atual para o município de Palmitos, representa uma ação financiada nos municípios catarinenses da área de abrangência da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó Energia com o patrocínio do Consórcio Energético Foz do Chapecó, o qual embora não obrigado pelo Plano Básico Ambiental (CONSÓRCIO, 2003), atendeu a esta solicitação das prefeituras, em sua maioria com população inferior a 20.000 habitantes e de economia basicamente agrícola.

O Plano Diretor Participativo do município de Palmitos integra o processo de planejamento e gestão municipal que abrange ainda: plano plurianual; diretrizes orçamentárias e orçamento anual; gestão orçamentária participativa; planos, programas e projetos setoriais; planos e projetos de comunidades e distritos; programas de desenvolvimento econômico e social; gestão democrática da cidade; código de obras e código de posturas.

- O Plano Diretor do Balneário de Ilha Redonda

O Plano Diretor elaborado para o município de Palmitos propõe um código de normas de uso e ocupação do solo, que inclui o Balneário de Ilha Redonda, até então considerado área rural do município. Consta, entre seus objetivos, promover a diversificação de usos e atividades e incentivar a instalação de comércios e serviços, favorecendo a autonomia e o desenvolvimento sócio econômico. Em seu conteúdo, cria:

MZILHA – Macrozona Urbana da Ilha Redonda, cujos objetivos são orientar as políticas públicas no sentido de descentralizar os benefícios da zona urbana mais consolidada de maneira a favorecer a autonomia e o desenvolvimento sócio econômico territorial equilibrado; além de minimizar os impactos negativos sobre as Unidades de

Conservação e desenvolver o turismo como atividade econômica para o Município, de forma a não causar impacto sobre o meio ambiente (Figura 56).

Embora a preocupação seja o impacto ambiental devido ao incentivo da atividade turística, os índices estabelecidos, nesse plano, contemplam os mesmos usos do perímetro urbano, permitindo adensamento e ocupação, com taxa de 70% em toda região central e entorno do Balneário (Tabela 05). Há uma contradição na questão em discussão, pois não é a verticalização permitida, tampouco a ocupação, que permite a formação de condomínios residenciais, que influenciarão no desenvolvimento turístico do local.

Macrozonas/ Zonas/ Setores	C. A.	T.O.	Recuo frontal mínimo	Afastamento mínimo lateral a partir da divisa dos lotes	Limite de pavtos	Testada Mínima	Área Mínima
Macrozon a Urbana de Ilha Redonda - MZILHA	0,15	70%	4	1,5	4 pvtos ou 12 m	12	360

Tabela 05: Índices previstos para a MZILHA. Fonte: Plano Diretor Participativo de Palmitos, em março de 2011.

Além da MZILHA, outras zonas foram propostas para o espaço do balneário, como a Zona de Recuperação e Proteção Ambiental – ZRPA, composta por glebas de vegetação preservadas ou com algum grau de degradação, que apresentem potencial de qualificação do espaço urbano ou rural. Esta zona tem como objetivos mínimos orientar as políticas públicas, no sentido de vetar usos e formas de ocupação do solo potencialmente poluidoras; controlar e garantir a qualidade ambiental, por meio da conservação e recuperação dos remanescentes florestais e dos recursos hídricos superficiais; garantir mecanismos de apropriação desta zona por parte da população para atividades de lazer, educação ambiental e turismo, além de possibilitar a criação de corredores verdes.

O zoneamento proposto, baseado em taxas mínimas, conforme se pode visualizar na Tabela 06, definiu com maior especificidade para esta zona do Balneário, as exigências quanto ao Coeficiente de Aproveitamento e a Taxa de Ocupação, estipulada em 10%, conforme características ambientais peculiares, por se tratar de área de maior fragilidade ambiental.

A contradição dos objetivos propostos, nessa política, está na sua aplicação no espaço do Balneário. No zoneamento proposto (Figura 56), apenas dois pontos isolados foram identificados como ZRPA e nesta configuração, a formação de um corredor verde, que teria como principal finalidade a integração e continuidade dos ecossistemas existentes, não seria possível.

Macrozonas/ Zonas/ Setores	C. A.	T.O.	Recuo frontal mínimo	Afastamento mínimo lateral a partir da divisa dos lotes	Limite de pavtos	Testada Mínima	Área Mínima
ZRPA	0,1	10%	-	-	2 pvtos ou 6 m	-	-

Tabela 06: Índices previstos para a ZRPA. Fonte: Plano Diretor Participativo de Palmitos, em março de 2011.

A Zona de Ocupação e Densificação Urbana Prioritária – ZODUP – tem como objetivo principal disciplinar a utilização do espaço público e incentivar a ocupação dos imóveis que não cumprem a função social da propriedade. Além deste, prevê a priorização da ocupação dos vazios urbanos, a qualificação do sistema viário dessas áreas através da sinalização e da ampliação dos meios de mobilidade, incorporando o sistema viário ao sistema de áreas públicas, de modo a desenvolver projeto especial de tratamento dos recuos de ampliação do sistema viário para ajardinamento.

As áreas a serem loteadas dentro da ZODUP devem prever 10% (dez por cento) dos seus lotes para Habitação de Interesse Social (HIS) tendo como lote máximo e mínimo aquele definido para as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) ou destinar o valor da comercialização corresponde àqueles para o Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial (FMDT).

O zoneamento proposto pelo ZODUP I, com altas taxas de Ocupação (Tabela 07) dar-se-á somente na área central de Palmitos, enquanto a ZODUP II será aplicada somente no Balneário de Ilha Redonda.

Para o Balneário de Ilha Redonda, a proposta é de implantação do ZODUP II ao longo da SC-469, permitindo um adensamento com

altas taxas de ocupação (Tabela 07) ao longo dessa via principal, sem restringir o tipo de uso permitido.

Macrozonas/ Zonas/ Setores	C. A.	T.O.	Recuo frontal mínimo	Afastamento mínimo lateral a partir da divisa dos lotes	Limite de pavtos	Testada Mínima	Área Mínima
ZODUP I	1 mín. 3,5 básico e 5 máximo	80%	-	1,5	8 pvtos ou 24 metros	15	500
ZODUP II	0,15 mín. 2 básico e 2,8 máximo	70%	4	1,5	4 pvtos ou 12 metros	12	360

Tabela 07: Índices previstos para a ZODUP. Fonte: Plano Diretor Participativo de Palmitos, em março de 2011.

A mobilidade prevista neste item prioriza apenas o deslocamento de veículos. Como se pode visualizar na Figura 55, em nenhum momento prevê a inclusão de ciclovias ao longo das vias, indo contra os princípios de sustentabilidade expressos nos capítulos iniciais do próprio projeto elaborado.

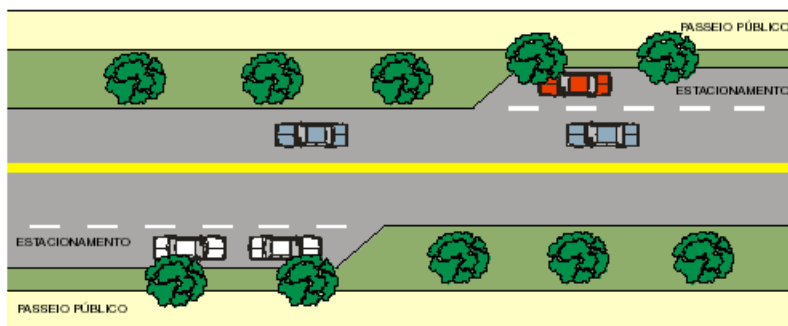


Figura 55: Proposta viária para a ZODUP II. Fonte: Plano Diretor Participativo de Palmitos, março de 2011.

A Zona de Expansão Urbana Futura – ZEUF – tem como objetivos: orientar as políticas públicas no sentido de garantir solo

urbano adequado às atividades urbanas quando da otimização das possibilidades dentro dos limites da ZODUP; garantir a ligação viária e paisagística entre as principais zonas Urbanas; garantir a manutenção dos remanescentes vegetais para a utilização coletiva e qualificação ambiental dos futuros assentamentos; possibilitar a instalação de atividades urbanas, desde que sob análise prévia do Conselho Municipal de Desenvolvimento Turístico - CMDT, de acordo com as legislações vigentes e permitir o desenvolvimento de atividades da produção primária, contanto que não gerem incomodidades.

Macrozonas/ Zonas/ Setores	C. A.	T.O.	Recuo frontal mínimo	Afastamento mínimo lateral a partir da divisa dos lotes	Limite de pavtos	Testada Mínima	Área Mínima
ZEUF	0,15 mín. 2 básico 2,8 máx.	70%	4	1,5	4 pvtos ou 12 metros	12	360

Tabela 08: Índices previstos para a ZEUF. Fonte: Plano Diretor Participativo de Palmitos, março de 2011.

Visualizando o mapa do zoneamento proposto, nesse plano, (Figura 56), percebe-se outra contradição, pois fala-se na garantia de manutenção dos remanescentes vegetais, ao mesmo tempo em que se permite a ocupação e o adensamento com taxas de 70% em áreas atualmente preservadas, conforme pode ser visualizado na Figura 57.

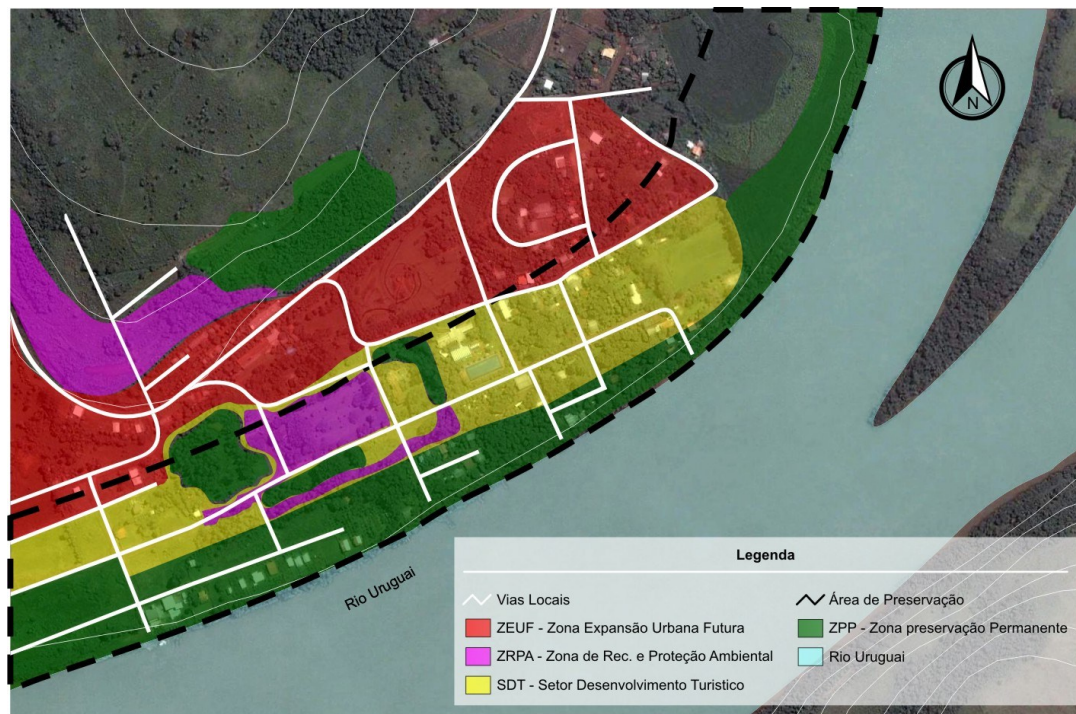


Figura 56: Mapa do zoneamento proposto pelo Plano Diretor aprovado em dezembro de 2009, para a área do Balneário de Ilha Redonda. Fonte: Google Earth, Acesso fevereiro de 2011, sem escala. Elaboração: Devitte, A.



Figura 57: Perfil esquemático do zoneamento proposto pelo PD para o balneário. Elaboração: Devitte, A.



Figura 58: Área do Balneário, atualmente preservada que, segundo o PD atual, terá usos da ZEUF. Fonte: arquivo pessoal.

As incomodidades previstas (Tabela 09), nesse item, estão, em maioria, sujeitas à análise do CMDT ou são proibidas. Apenas uma das atividades, ou seja, a classificada como poluição hídrica, é permitida, mas não explica, em momento algum, quais critérios serão utilizados.

Tabela de Incomodidades

CLASSIFICAÇÃO (quanto a)	NIVEIS	MZPP	MZILHA	ZRPA	ZPP	ZODUP	ZEUF	ZEIS
PRODUÇÃO DE RUIDOS*	I	Correção	Correção	Correção	Correção	Correção	Correção	Correção
	II	sujeito a análise	sujeito a análise	proibido	proibido	sujeito a análise	sujeito a análise	sujeito a análise
PERICULOSIDADE	INCÓMODO	sujeito a análise	sujeito a análise	proibido	proibido	sujeito a análise	sujeito a análise	sujeito a análise
POLUIÇÃO HÍDRICA	INCÓMODO	proibido	proibido	proibido	proibido	proibido	proibido	proibido
	NAO INCÓMODO	permitido	permitido	permitido	sujeito a análise	permitido	permitido	permitido
RESÍDUOS SÓLIDOS	INCÓMODO 1	sujeito a análise	sujeito a análise	proibido	proibido	sujeito a análise	sujeito a análise	proibido
	INCÓMODO 2	sujeito a análise	proibido	proibido	proibido	proibido	proibido	proibido
MAU CHEIRO		permitido	proibido	proibido	proibido	proibido	sujeito a análise	proibido

Tabela 09: Classificação de incomodidades prevista no PD – Fonte: Plano Diretor Participativo de Palmitos, em março de 2011.

As áreas com potencialidades para o Setor de Desenvolvimento do Turismo (SDT) compreendem as paisagens naturais privilegiadas, os recursos hídricos e termais, o resgate histórico, arquitetônico e cultural e têm por objetivos orientar as políticas públicas no sentido de

desenvolver o turismo consciente; incentivar a criação de mirantes de contemplação da paisagem e qualificar e criar espaços de utilização dos recursos hídricos e termais.

Macrozonas/ Zonas/ Setores	C. A.	T.O.	Recuo frontal mínimo	Afastamento mínimo lateral a partir da divisa dos lotes	Limite de pavtos	Testada Mínima	Área Mínima
SDT	0,3 básico	30%	10	5	2 pvtos ou 6 metros	-	-

Tabela 10: Índices previstos para o SDT. Fonte: Plano Diretor Participativo de Palmitos.

Atualmente, os espaços previstos para este setor estão, em sua grande maioria, ocupados por edificações residenciais e campings. Os recursos hídricos encontrados recebem lixo doméstico e despejo de esgoto e as áreas onde se encontram as fontes de água termal são de propriedade particular e com concessão de uso restrito ao empreendimento Thermas de Ilha Redonda.

A Zona de Proteção Permanente - ZPP, prevista no Art. 61 do Plano Diretor Municipal, corresponde às áreas de preservação permanente protegidas pelo Código Florestal (Lei Federal nº 4771/65), pela existência de corpos hídricos importantes e pela predominância da fauna e flora nativa. Tem como objetivos orientar as políticas públicas no sentido da preservação permanente dessas áreas segundo o Código Florestal; conservar a mata nativa e a interação desta com as demais áreas; recuperar áreas degradadas e preservar as reservas legais e a biodiversidade; controlar e garantir a qualidade ambiental por meio da conservação e recuperação dos remanescentes florestais e dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

Cita ainda, em seu Parágrafo Único, que os imóveis já consolidados que não respeitam os parâmetros desta zona deverão se enquadrar em regulamentação municipal específica que preveja a recuperação destas áreas ou a compensação através do Plano Diretor, de sobre taxação revertidas para o Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial (FMDT), conforme regulamentação a ser desenvolvida no prazo de 2 (dois) anos.

Grande parte da ocupação do Balneário está dentro da área de preservação permanente prevista pelo Código Florestal. Houve, ao longo desta área, situada às margens do rio Uruguai, subtração da mata ciliar, comprometendo os ecossistemas, para a implantação de edificações residenciais, condomínios, campings e pousada. Todas essas edificações, por sua vez, sofrem constantemente o perigo de enchentes comuns em certas épocas do ano e assoreamento (Figura 59, 60 e 61).



Figura 59: Edificação em APP, com risco de desmoronamento em virtude da enchente ocorrida em 2010. Fonte: arquivo pessoal.



Figura 60: Equipamento turístico implantado em APP. Fonte: arquivo pessoal.



Figura 61: Edificações residenciais implantadas em APP. Fonte: arquivo pessoal.

Os dados analisados permitem evidenciar as muitas contradições do Plano Diretor vigente, muitas contradições em relação às propostas e ao zoneamento apresentado e o que está atualmente consolidado no Balneário de Ilha Redonda. A proposta atual foca basicamente a exploração do turismo local, esquecendo a conformação da paisagem, do cenário e se fixando basicamente na imposição de uma regulamentação normativa para a construção de novas edificações.

No estudo da legislação de proteção ambiental, ocupação e parcelamento do solo urbano, percebe-se claramente que a legislação municipal vem sendo alterada sempre tardiamente. Os gestores e os legisladores municipais costumam resistir à aplicação de legislações mais restritivas, adequando e alterando as leis municipais, quando não há mais espaço jurídico para protelações. Esse processo acaba trazendo danos irreversíveis, pois, ainda que efetivada a legislação municipal, o dano está consolidado e os prejuízos tornam-se irreparáveis.

A proposta deveria incentivar a adoção de conceitos de sustentabilidade, desenvolvendo e definindo metas que auxiliassem, através de parcerias entre o setor público e setor privado, a melhor forma de planejamento e gestão dos espaços livres. Considerando o potencial atual para um planejamento mais sustentável, uma vez que a predominância destes últimos ainda é superior em relação aos espaços já ocupados.



Figura 62: Mapa das áreas livres identificadas atualmente no balneário. Fonte: Google Earth, fevereiro de 2011, sem escala.
Elaboração: Devitte, A.

Conforme a Figura 62 percebe-se as grandes áreas livres identificadas no espaço do Balneário, as quais deveriam ser alvo de uma regulamentação diferenciada que estimulasse seu potencial de desenvolvimento mais sustentável. Ressalta-se também a potencialidade turística do referido Balneário, embora de acordo com o Plano Diretor vigente, a ocupação prevista chegaria a altos índices de ocupação, conforme demonstra a simulação de ocupação realizada, utilizando os índices urbanísticos em seu potencial construtivo máximo, conforme ilustrado nas Figuras 63, 64 e no perfil esquemático apresentado na Fig 65.



Figura 63: Simulação de ocupação do Balneário de acordo com os índices previstos no Plano Diretor atual. Fonte: Devitte, A.

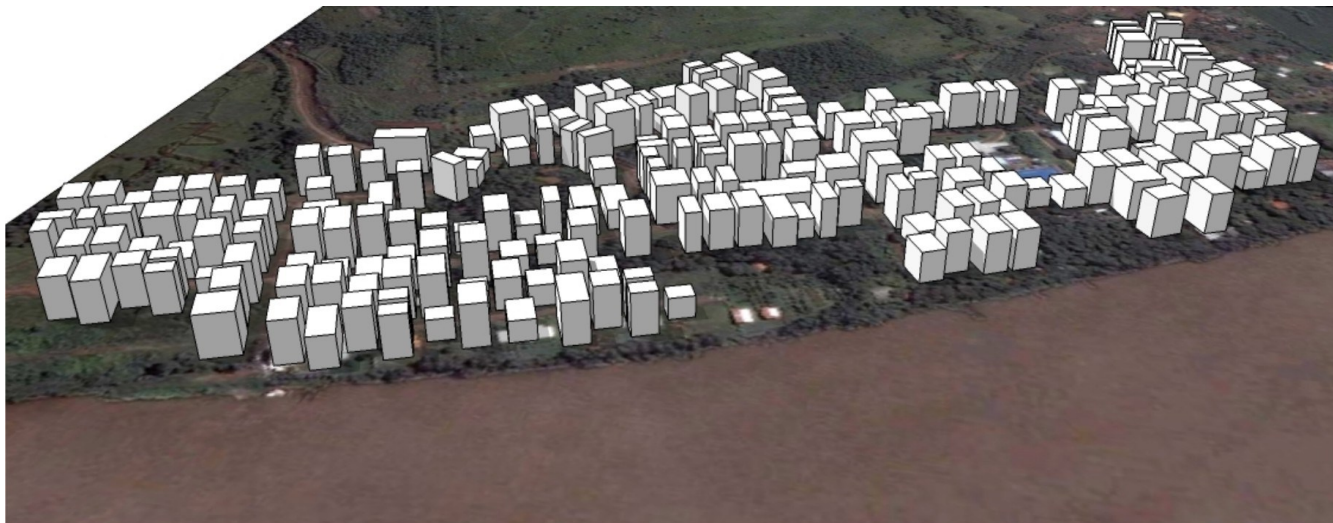


Figura 64: Simulação de nova alteração das propostas do PD, prevendo multiplicação dos índices de 04 para 08 pavimentos. Fonte: Devitte, A.

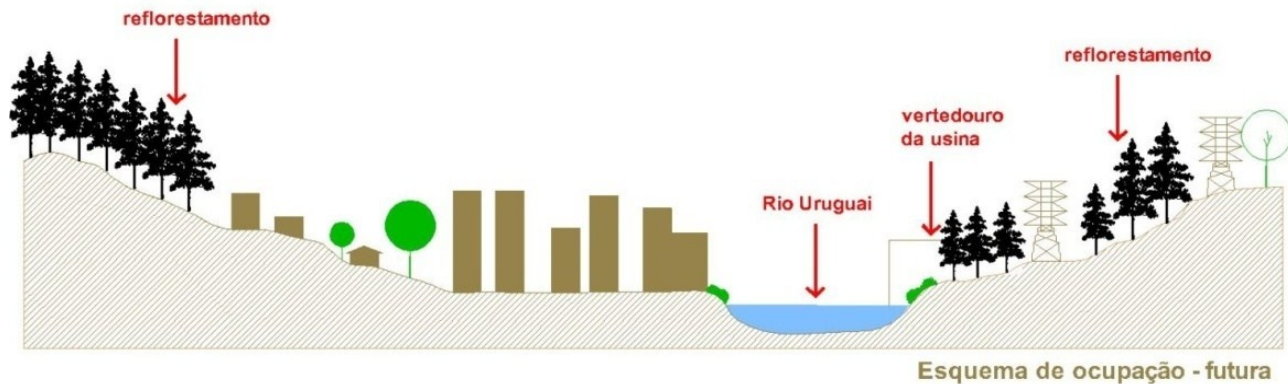


Figura 65: Perfil esquemático de uma simulação de nova alteração das propostas do PD, prevendo multiplicação dos índices permitidos atualmente. Elaboração: Devitte, A.

4.3 SÍNTESE DA ANÁLISE

Apoiado no estudo de caso apresentado, a análise dos dados levantados oferece um panorama geral dos atributos dos espaços identificados no Balneário para uma possível intervenção mais adequada e sustentável no desenvolvimento futuro do território. A soma das leituras até aqui realizadas nos dá subsídios fundamentais que nos permitem compreender a realidade local. Do seu passado colonial, com a presença de uma articulação do seu território através de um sistema de vias, das quais muitas delas ainda presentes, ao desenvolvimento turístico da atualidade e o modo como as transformações contemporâneas tem se estabelecido a partir das preexistências, bem como as fragilidades ambientais do sítio, nos apontam para a necessidade de gerar um conjunto de informações que permita estabelecer estratégias propositivas para o desenvolvimento futuro do Balneário, seus espaços livres, seus espaços ocupados e a relação entre ambos.

Mantida em suas características gerais até bem pouco tempo, a forma de ocupação sócio espacial criada pela ocupação colonial ainda pode ser percebida de diferentes maneiras. A estrada geral, transformada em rodovia que articula o território com a cidade, o parcelamento dos lotes coloniais agrícolas que geraram as ocupações e foram transformados em loteamentos e condomínios, representam algumas das marcas deixadas ao longo da utilização agrícola intensiva.

Como forma de entender o meio natural e a relação entre os ecossistemas existentes, foi necessário descrever o Balneário através da leitura dos ambientes naturais, da estrutura de ocupação e da configuração dos espaços livres. Com o processo de ocupação, os diferentes ecossistemas tendem ao isolamento uns dos outros, interrompendo as relações de trocas e fluxo de energia entre si. Além disso, também ocorre a diminuição das áreas de cobertura vegetal e considerável redução da diversidade da fauna. A condição de pouca integração entre as estruturas urbanas e a estrutura natural reduz as possibilidades de interação entre os moradores e as áreas de preservação ambiental.

A análise realizada permitiu verificar que, na bacia hidrográfica do Uruguai, o crescimento urbano tem levado significativa transformação no seu território e a impactos ambientais numa velocidade que evidencia o descompasso existente entre o planejamento municipal e o modo como tem ocorrido a efetiva ocupação do território.

Além das contradições implícitas na legislação municipal que suporta as estratégias de planejamento pretendidas.

A forma como essas transformações vêm ocorrendo não caracteriza nenhuma forma efetiva de compromisso sócio ambiental, uma vez que toda obra é uma forma de intervenção sobre o meio ambiente, quer pela substituição ou pelo remanejamento de espaços e formas construídas ou não. Esse processo, semelhante a grande parte dos municípios da rede de cidades da bacia do rio Uruguai no oeste catarinense, abre uma discussão que busca avaliar as formas de intervenções que possam garantir, no mínimo, as mesmas condições ambientais e de sustentabilidade às gerações futuras.

A continuidade desses processos de crescimento coloca em pauta uma das questões mais delicadas e importantes no presente espaço urbano e turístico do Balneário, que se refere a delimitação entre área urbanizada e ambiente natural. A generalização destes processos de crescimento, com retirada da capa vegetal, a impermeabilização dos terrenos por construções utilizando altos taxas de ocupação e aproveitamento máximo dos lotes, sugerem um aceleração dos riscos de inundações e deslizamentos e a necessária preservação das encostas, estabelecendo certa precisão nos limites entre ocupação urbana e espaços naturais. Atualmente estas áreas de preservação fazem fundos à ocupação urbana, o que acaba por gerar a possibilidade de ocupações irregulares. Fazer com que as áreas de preservação tornem-se frentes, colocando-as como espaços de mediação entre homem e natureza, deveriam apontar um caminho a ser percorrido.

A importância que as Áreas de Preservação Permanente desempenham como núcleos de preservação dos ecossistemas está diretamente relacionada à possibilidade destas áreas fazerem parte de um sistema mais amplo de sustentabilidade ambiental. As áreas de preservação necessitam estar associadas a áreas urbanas com diferentes níveis de proteção do sistema natural. Neste sentido, o estabelecimento de um gradiente de ocupação, que faça a transição entre áreas onde predominam as características naturais e áreas onde predominam as características urbanas, sugere a delimitação de áreas mais favoráveis ao adensamento e daquelas onde a baixa densidade deve predominar.

Considerando-se os critérios apresentados, a interligação das áreas de preservação como conjunto, claramente delimitadas e, estabelecendo uma interface amigável entre cidade e natureza, poderiam vir a constituir parte fundamental da estrutura de espaços públicos do Balneário. Se por um lado, os usos urbanos em áreas de preservação são altamente condenáveis, por outro, os usos de lazer, recreação ou turismo

podem ser recomendáveis. Para tanto, é fundamental que estas atividades ocorram sob controle e mediação dos órgãos ambientais e de planejamento estabelecendo-se os limites através de estudos ambientais e do amplo debate com a sociedade civil e comunidades locais.

Outro aspecto bastante relevante, no sentido da construção de um projeto que leve em consideração a integração dos aspectos ambientais e urbanos, é a garantia de continuidade dos diferentes ecossistemas através das áreas de preservação. A importância da continuidade destas áreas justifica-se tanto em termos paisagísticos quanto ambientais. Se levarmos em consideração as questões relacionadas à paisagem urbana, veremos que as áreas de preservação são elementos fundamentais da identidade do Balneário. Em termos ambientais, a continuidade das áreas de preservação sugere a criação e reforço dos corredores ecológicos como forma de integração entre os diferentes ecossistemas. Estes corredores estabelecem a conexão entre fragmentos de habitat com o propósito de facilitar os movimentos dos animais e outros fluxos essenciais para a manutenção da biodiversidade. Igualmente, os corredores ecológicos, podem servir para a manutenção e recuperação da vegetação de proteção dos mananciais, aumentando a proteção dos corpos hídricos.

Buscou-se analisar também o turismo no Balneário de Ilha Redonda como alternativa de desenvolvimento, potencializando transformações expressivas na forma e no uso dos espaços livres. Da mesma forma, as transformações ocorridas na ocupação do território, modificando as estruturas preexistentes e expandindo o antigo núcleo, têm contribuído para essas alterações, especialmente as relacionadas às novas configurações dos espaços livres.

Em consequência desse ritmo de crescimento, as vias articuladoras do território tendem a sofrer uma sobrecarga imposta pela sobreposição de diferentes escalas urbanas, revelando carências em termos funcionais para atender ao fluxo local e de passagem de veículos e pedestres, além dos mais variados tipos de comércio e serviços.

Constata-se também que a imposição de índices urbanísticos semelhantes de crescimento para todo o território desconsidera as particularidades, tanto ambientais quanto urbanas do balneário de Ilha Redonda. Estes índices construtivos propostos não deveriam descaracterizar as características existentes no Balneário, mas sim explorar as particularidades e os aspectos da cultura local, mantendo o antigo núcleo histórico junto às fontes e fortalecendo o turismo através

das pequenas propriedades rurais existentes, buscando uma relação equilibrada entre a cidade e natureza.

É inegável a importância que o turismo ocupa, atualmente, no cenário internacional e local, porém, não se pode perder de vista a natureza e a sociedade que são partes integrantes desse processo. A descaracterização total ou parcial do Balneário pode levar à saturação e à perda de interesse por parte dos turistas que, pelo menos no discurso, estão à procura de um ambiente diferente do que conhecem cotidianamente.

O papel do poder público na organização e planejamento da atividade turística representa peça fundamental para o desenvolvimento do setor tendo como princípio a defesa dos interesses públicos. A sua gestão deve ter como objetivo a integração econômica e social, além de agir no sentido de coibir e controlar a desqualificação dos impactos ambientais predatórios, do processo inflacionário pelo aquecimento de demanda e pela ausência de implementação de legislação adequada que limite e desestime o uso especulativo do solo turístico.

Assim, coloca-se ainda a necessidade de se criar estruturas autônomas de gestão territorial, promovendo a mobilização dos atores sociais em torno da implantação de um Plano de Gestão integrada, envolvendo o poder público local, a comunidade e a iniciativa privada, através de fóruns de debates, campanhas educativas, cartilhas e criação de conselhos consultivos e deliberativos para promover a conscientização crítica e a participação direta da população local.

5

Considerações Finais

Este trabalho se propôs a estudar, as transformações recentes da cidade de Palmitos e do Balneário de Ilha Redonda. Com o objetivo de formular diretrizes de ocupação e qualificação para áreas de expansão, buscou-se relacionar aspectos urbanísticos e aspectos ambientais. Esta região é reflexo de um processo de expansão que expressa os conflitos e contradições contemporâneos entre a sustentabilidade do meio ambiente e as formas tradicionais de ocupação urbana, especialmente após a implantação da Usina Foz do Chapecó Energia e a descoberta da potencialidade turística da região.

A primeira indagação estava relacionada ao modo como a análise das transformações ambientais elaboradas no EIA-RIMA para a implantação da Usina Foz do Chapecó Energia poderia contribuir para o planejamento e gestão do município de Palmitos e do Balneário de Ilha Redonda. Verificou-se ainda que não exista no EIA-Rima, uma discussão detalhada sobre a região, sendo que nesses relatórios não se observou nenhuma referência a estudos de pesquisadores comprometidos com a mesma. Na verdade, seus referenciais teóricos são baseados em parâmetros internacionais, o que acaba homogeneizando as análises e, na maioria das vezes entrando em contradição com seu próprio discurso de desenvolvimento local.

Convém destacar que como qualquer obra de grande vulto, as consequências durante e após a sua realização não condizem, na prática, com as propostas existentes nos estudos preliminares de impactos ambientais. Não há dúvida de que a implantação da usina proporciona um maior desenvolvimento econômico para o país, aproveitando-se dos recursos naturais existentes à geração de energia hídrica. Entretanto, há um paradoxo, quando se trata do desenvolvimento local e regional, em que grande parte da população nativa, com os seus mais variados patrimônios culturais e históricos, sofre com os impactos não somente ambientais, mas num contexto mais amplo, que inclui também o fator sócio econômico, degradando-se a originalidade do local, transformando-se a paisagem como um todo, em seus aspectos tangíveis e intangíveis, além de desterritorializar as comunidades locais.

Como forma de entender a natureza e a relação entre os ecossistemas existentes, foi necessário descrevê-lo através de sucessivos

temas ambientais, mapeados como subsídios para o relacionamento dos dados relativos à leitura dos ambientes naturais e da estrutura de ocupação colonial.

No caso do Balneário de Ilha Redonda, o entendimento do meio natural está diretamente relacionado, além das questões ambientais, à sua condição de suporte e fator físico geográfico que condiciona o processo de ocupação. Desde as primeiras ocupações, o ambiente natural representou um condicionante à penetração e à ocupação de seu território, o que resultou em uma estrutura espacial marcada pela distribuição e organização dos núcleos urbanos nos caminhos e vias aquáticas, que estruturaram sua ocupação, nas grandes áreas desmatadas e transformadas para uso agrícola, com conseqüente parcelamento do solo e nas grandes áreas não parceladas, apropriadas na forma de uso comunitário. Esta configuração, até os dias de hoje, caracteriza de modo marcante a morfologia do Balneário, especialmente no que representam essas barreiras ao processo de ocupação urbana frente à intensidade dos processos de crescimento urbano turístico, que vêm ocorrendo de forma expressiva no período pós implementação da usina.

A compreensão da realidade urbano turística do Balneário de Ilha Redonda, e o modo como as ocupações contemporâneas têm se apropriado das marcas de uma ocupação no passado, deram suporte para análise dos impactos gerados no presente, tanto em termos ambientais como em relação aos espaços públicos e espaços edificados privados.

O desenvolvimento turístico tem potencializado transformações expressivas na forma e no uso dos espaços públicos, a começar pela utilização coletiva da borda do rio Uruguai. Da mesma forma, as transformações ocorridas na ocupação do território, modificando as estruturas preexistentes e expandindo o antigo núcleo, tem contribuído para essas alterações, especialmente as relacionadas às novas configurações dos espaços públicos.

Posteriormente, a implementação da usina o que influenciou o incremento do Balneário foi a intensificação do turismo, através das praias que surgiram depois do enchimento do reservatório da usina e pela própria obra de grande atrativo, mas cuja atividade em si não propicia significativamente a motivação do consumidor. O Balneário de Ilha Redonda, apesar de caracterizar-se como estância turística, não está preparado para tal finalidade. Há uma grande potencialidade turística ainda não aproveitada, características estas que são semelhantes entre os demais balneários da rede de cidades na bacia em estudo. As dinâmicas territoriais da rede de cidades da bacia hidrográfica do rio Uruguai podem potencializar o uso turístico, planejando atividades sustentáveis

para promover um turismo de qualidade, com efeitos duradouros das atividades no meio natural e buscando um equilíbrio entre a oferta, a capacidade do meio físico e a demanda.

Com a intenção de avaliar o potencial dos instrumentos de planejamento e gestão, foi realizado um estudo da legislação urbana e ambiental que permitiu analisar o Plano Diretor vigente, aprovado em 03 de dezembro de 2009, através da Lei Complementar N° 23, para o município de Palmitos.

A análise da legislação pertinente nos diversos âmbitos (federal, estadual e municipal) e especificamente a lei do Plano Diretor vigente mostrou a contradição de que na prática, esta legislação coloca instrumentos de regulamentação urbanística que apresentam contradições tanto quanto ao uso do solo e seu zoneamento, como com relação aos índices construtivos propostos. Esta análise permitiu observar que estas contradições subjacentes aos índices e uso do solo propostos, coloca em cheque a eficácia do Plano como instrumento que possa estimular um desenvolvimento mais sustentável para o Balneário, uma vez que este zoneamento que estabelece aumento de gabarito e densidade, quase sempre beneficiando interesses específicos de especulação, passou longe de uma participação efetiva da população local, demonstrando a necessidade de elaboração de um plano específico para o local.

As análises realizadas permitem sugerir alternativas que possam contribuir significativamente para superação destas contradições, destacando algumas diretrizes fundamentais a serem consideradas tais como: a valorização dos atributos cênicos da paisagem; a preservação e a conservação do patrimônio natural e cultural, adequando a legislação federal, estadual e municipal que atualmente são conflitantes, quanto ao uso do solo; e efetivação da implantação de corredores ecológicos, restringindo e colocando limites para evitar a sua total destruição.

Assim, a recuperação da natureza dentro do espaço do Balneário sugere a clara definição dos limites entre ocupação urbana e áreas de preservação ambiental. A incorporação de áreas de preservação à estrutura dos espaços públicos, garantindo a continuidade dos diferentes ecossistemas evitando seu isolamento, é um dos critérios mais importantes na busca de uma relação equilibrada entre cidade e natureza. A criação de corredores ecológicos estabelecendo a conexão entre fragmentos de habitat com o propósito de facilitar os movimentos dos animais e outros fluxos essenciais para a manutenção da biodiversidade, bem como para a manutenção e recuperação da

vegetação de proteção dos mananciais, aumentando a proteção dos corpos hídricos oferecem as pistas de um caminho a ser percorrido.

Neste sentido, o espaço público surge como forma de integração desta lógica. Além de possuir um significativo papel na organização espacial do território, através da promoção da acessibilidade, e principalmente como qualificador do espaço urbano, o espaço público, pode ser um elemento para garantir a preservação ambiental. Os espaços públicos e áreas verdes podem e devem estar encadeadas no todo da bacia hidrográfica do rio Uruguai, contribuindo efetivamente para a continuidade dos ecossistemas naturais.

Constatou-se, em termos de planejamento e projeto urbano, a necessidade de estratégias que integrem questões urbanas e ambientais como forma de abrandar os processos em áreas já parceladas e orientar os processos para áreas ainda não ocupadas. Parte-se da premissa de que é possível e necessário conciliar cidade e natureza, estabelecendo diretrizes de forma integrada, a fim de atender tanto a critérios de preservação ambiental, quanto de qualificação urbana.

Assim, além de possuir um significativo papel na organização espacial do território, principalmente como qualificador do espaço urbano, o espaço livre pode ser um elemento para garantir a preservação ambiental.

No caso do Balneário, os instrumentos de gestão elaborados pelo Consórcio Foz do Chapecó entram em contradição, quando seus planos induzem a uma privatização com uma composição morfológica e de tipologias de áreas urbanizadas, sobre áreas de ocupação legalmente proibidas. No contexto político-administrativo, a gestão pública, retraída, inviabiliza o planejamento e a preservação dos recursos naturais existentes, além de às vezes não obedecer a uma ordem de prioridades necessárias ao espaço, mas, sim, a interesses particulares.

Desse modo, coloca-se a importância de discutir as responsabilidades das esferas públicas na configuração do espaço urbano. As iniciativas podem ser complementares através de políticas públicas que favoreçam não somente a sustentabilidade ambiental, mas que possam contribuir, também, na qualidade do espaço construído. A importância do planejamento deve ser destacada na formação do espaço físico continuamente alterado, de modo a oferecer proteção, conforto e desenvolvimento às mais variadas atividades humanas.

É importante considerar que, embora as leituras aqui realizadas nos apontem elementos e possibilidades para uma efetiva integração de questões ambientais e urbanas em processos de planejamento e projetos

urbanos, elas são apenas parciais, exigindo novos aprimoramentos tanto em extensão quanto em profundidade.

A metodologia desenvolvida para a leitura urbano ambiental do Balneário de Ilha Redonda sugere ainda a continuidade do estudo em outras áreas, em especial, nos demais balneários da rede de cidades do oeste catarinense, em que situações semelhantes como a estrutura natural e as diversas adaptações antrópicas se interpõem e são recorrentes. Além disso, indica a adoção de um plano de gestão, o qual interaja com as políticas governamentais e legislação correlata, destacando a sustentabilidade ambiental nos seus mais variados aspectos.

Outra possibilidade de ampliação dos resultados deste trabalho sugere a realização de larga divulgação da pesquisa através do Comitê de Bacia do rio Uruguai, com uma amplitude regional para uma troca e intercâmbio que possa viabilizar a participação mais direta e informada de todos os atores sociais envolvidos.

Referências Bibliográficas

AMORIM FILHO, Oswaldo. Rodrigo Valente Serra. **Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional.**

BARCELLOS, Vicente Quintella. **Os parques como espaços livres públicos de lazer: o caso de Brasília.** Tese de Doutorado. FAU-USP. São Paulo, 1999.

BARÉA, N. M. M. dos S; MIORIN, V. M. F. **Produção rural: redes que atuam na configuração territorial do Oeste Catarinense.** São Paulo, 2009.

BAVARESCO, Paulo R. **Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no extremo oeste catarinense.** Chapecó: Argos, 2005.

BERNARDY, Rógis (coord.). **Atlas de desenvolvimento turístico [material cartográfico].** Chapecó: Pallotti, 2009.

BERQUE, Augustin. **Médiance de milieux en paysages.** Montpellier, França: Gip Reclus, 1990.

BORJA, J. & CASTELLS, M. **Local & Global. Management of Cities In The Information Age.** Londres: Earthscan. 1997.

BRAGA, R.; CARVALHO, P.F. (Org.). **Recursos hídricos e planejamento urbano e regional.** Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal – DEPLAN/Unesp/IGCE, 2003.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede.** A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, v. 2, 1999.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Relatório Brundtland: nosso futuro comum.** 1996. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>>. Acesso em: 14 maio 2009.

COMPANS, R. O Paradigma das *Global Cities* nas estratégia de desenvolvimento local. Uma Reflexão Crítica. In.: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 8., 1999, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 1999. 1 CD-ROM.

CLARAMUNT, Maria Cristina. **CONFIGURAÇÃO URBANA E IDENTIDADE ESPACIAL**: estudo de localidades praianas na Ilha de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado. UFSC, 2008.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 1971.

CUNHA, S.B.; GUERRA, A.J.T. (Org.). **A questão ambiental**: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2006.

FUKS, M.; PERISSINOTTO, R. M.; RIBEIRO, E. A. Cultura política e desigualdade: o caso dos conselhos municipais de Curitiba. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21, Nov. 2003.

IKERT, F. **A discussão da certificação Leed na relação edifício – cidade: explorando casos brasileiros**. Dissertação de Mestrado. UFSC, 2010.

JACOBI, S. E. **A gestão participativa de bacias hidrográficas no Brasil e os desafios do fortalecimento de espaços públicos colegiados**. IN: COELHO, V S. E NOBRE, Marcos. **Participação e Deliberação**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

KARPINSKI, Cezar. **HIDRELÉTRICAS E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 1980-90**. UFSC, 2008.

KUDLAVICZ, Mieceslau. Usinas hidrelétricas: impacto socioambiental e desagregação de comunidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Três Lagoas**, Três Lagoas-MS, V. 2, n. 2, set. 2005, p.88.

KRAFTA, Rômulo; POLIDORI, Maurício Couto. Crescimento urbano: fragmentação e sustentabilidade. **Anais...** X Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte, 2003.

LUA NOVA: Revista de cultura de política. São Paulo 1999, Vol. 46.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: FAUUSP, 1999.

TARDIN, R. **Espaços livres: sistema e projeto territorial**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

PEIXER, Z. I. **Utopias de progresso: ações e dilemas na localidade de Itá frente a uma hidrelétrica**. 1993. 131 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia política.) – Departamento de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

PERTILLE, I. **O uso turístico dos Reservatórios de Hidrelétricas: estudo dos Terminais Turísticos no Lago de Itaipu, Paraná, Brasil**. Dissertação de Mestrado. UCS, 2007.

REIS, Almir Francisco. **Forma urbana, paisagem e meio ambiente. Estudo dos processos de crescimento urbano-turístico no litoral catarinense**. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/194.htm>

RODRIGUES, A. L.; CORDOVIL, F. C de S. Planos diretores para pequenos municípios paranaenses: alternativas ao Estatuto da Cidade. In: IX Colóquio Internacional de Geocrítica: los problemas del mundo actual soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales, 2007, Porto Alegre. **Anais...**, Porto Alegre, 2007.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. **Princípios bioclimáticos para o desenho urbano**. São Paulo: Proeditores, 2000.

RUSCHMANN, Doris Van Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997. (Coleção Turismo)

SANTOS, M. **A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SANTOS, Milton. *O País Distorcido: O Brasil, a Globalização e a Cidadania*. Ribeiro, Wagner da Costa (org): São Paulo: Publifolha, p. 33, 2002.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. Paisagem e espaço. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. Cap. 05, p. 61 – 74.

_____. **Espaço & método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A urbanização brasileira.** 5. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2005. (Coleção Milton Santos; 6).

_____. **O país distorcido:** O Brasil, a Globalização e a Cidadania. Ribeiro, Wagner da Costa (Org.): São Paulo: Publifolha, p. 33, 2002.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial.** São Paulo: Estudio Nobel, 1991.

SOUZA, F. B. **Uma infraestrutura verde para áreas em urbanização junto a reservatórios: o caso de Itá/SC.** Dissertação de Mestrado. 2009.

VAINER, C. B.; ARAUJO, F. G. B. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional.** Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

WERLANG, A. **A colonização do Oeste Catarinense.** 1. ed. Chapecó/SC: Argos, 2002.

WOLFF, Juçara Nair et al. **Espelho das águas. Olhares e leituras sobre a história de Águas de Chapecó.** Chapecó: Grifos, 2000.

Sites pesquisados:

www.aguas.sc.gov.br

www.ana.gov.br

www.cidades.gov.br

www.epe.gov.br

www.fatma.sc.gov.br

www.ibge.gov.br

www.itaipubinacional.com.br

www.ita.sc.gov.br

www.mme.gov.br

www.mma.gov.br

Anexos

Anexo 1 - Jornal Expresso do Oeste em 02 de Julho de 2010

Parque Aquático, uma pedra no sapato da administração são-carlense

Recursos financeiros na ordem de R\$ 6 milhões foram repassados pelo Consórcio Foz do Chapecó Energia para implantar o mega-projeto no Balneário de Pratas

São Carlos – Em reunião no auditório da prefeitura, na manhã da última segunda-feira (28), ficou definido o Anteprojeto para o Parque Aquático, no Balneário de Pratas. Estiveram presentes na reunião os membros da Comissão Prefeito Elio Godoy, Vice-Prefeita Miria Boniatti Rigotti, Vereadores, empresários, a imprensa escrita representada pelo Jornal Expresso d'Oeste e representantes da empresa Neocon Arquitetura e Urbanismo, de Chapecó, que fez a apresentação da proposta arquitetônica.

Conforme as informações do Presidente da Comissão, Cleomar Weber Kuhn, foi adotada esta proposta, por ser dentre as três apresentadas à Comissão, a que mais se encaixa na necessidade de São Carlos: “O projeto foi muito bem avaliado pelos membros da Comissão e optamos por esta proposta, por ser a que mais atendeu as nossas expectativas. É um projeto moderno, bonito e devolverá ao município a sua posição na rota turística de águas termais”, afirma Kuhn.

Ainda segundo Cleomar, esta proposta é apenas da arquitetura do Parque, por isso, não demonstra valores. Ele explica que a partir de agora, com o projeto básico já escolhido, o mesmo será apresentado à comunidade e se necessário, poderá sofrer ajustes: “Após a avaliação da comunidade, iremos montar o projeto de execução, e então iniciaremos o processo licitatório, que será feito por etapas, sempre com o acompanhamento da Comissão. A vantagem, é que sempre que o projeto necessitar de alterações, estas poderão ocorrer efetivamente”, salienta. Cleomar afirma que após a aprovação da comunidade, o projeto poderá ficar pronto em até 45 dias, e a expectativa de início das obras, é ainda para este ano: “Temos a previsão de iniciar as obras ainda este ano, para podermos atender aos turistas já no verão de 2011. Para isto ainda temos R\$3,7 milhões para investimento imediato, além de estarmos

assiduamente pleiteando recursos junto ao Ministério do Turismo e Secretaria de Infra-Estrutura no Estado”, enfatiza.

O anteprojeto do Parque possui além dos 3,5 mil metros quadrados de piscinas, tobogãs, estacionamento interno, rio lento com 300 metros, restaurante, três toboáguas, bar molhado, praça de alimentação 2 km de trilhas ecológicas e um mirante de 17 metros de altura com visão panorâmica.

Anexo 2 - Jornal Expresso do Oeste em 21 de Setembro de 2007

Encontro entre prefeitos e Foz do Chapecó Energia oficializa Planos Diretores e investimentos

Assinatura de contrato dá largada para a elaboração de Planos Diretores. Recursos que totalizam R\$ 180 mil também são anunciados para a segurança dos municípios catarinenses que ficam próximos ao canteiro de obras da hidrelétrica.

Em reunião realizada nesta quinta-feira, dia 20, na sede da AMOSC, a Foz do Chapecó Energia, prefeitos e a Unochapecó assinaram o contrato para a elaboração dos planos diretores dos municípios de Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Guatambu, Paial e São Carlos. Outros dez municípios terão seus planos financiados pela Foz do Chapecó Energia, incluindo o município de Palmitos, que não é atingido diretamente pelo empreendimento.

No Estado do Rio Grande do Sul, a empresa que executará o trabalho é a Gold & Gold. No total, a Foz do Chapecó Energia deverá investir aproximadamente R\$ 1 milhão para a execução dos Planos Diretores.

No encontro, também foi assinado, com a Unochapecó, o contrato para o desenvolvimento de um programa de educação ambiental na área de influência da hidrelétrica. O diretor da Foz do Chapecó Energia, Enio Schneider, também garantiu a elaboração de um plano de desenvolvimento turístico para a região e de um plano diretor para o uso do reservatório da usina. Schneider ressaltou ao público presente que nem todas as ações desenvolvidas pela empresa visavam minimizar ou compensar os impactos da obra. "Muitas ações visam o desenvolvimento dos municípios atingidos, como o Plano de Turismo, por exemplo. Estamos olhando para o futuro", comenta o diretor.

Segurança – Outra grande notícia transmitida pela Foz do Chapecó Energia na reunião foi o investimento de R\$ 180 mil na segurança dos municípios catarinenses que ficam próximos ao canteiro de obras da usina. Juntamente com representantes da Polícia Militar e da Polícia Civil, a empresa e os prefeitos de Águas de Chapecó, Caxambu do Sul e São Carlos assinaram um Termo de Compromisso que garante o repasse desses recursos. Essa quantia será integralmente paga pela Foz do Chapecó Energia e sua aplicação será definida pelas próprias prefeituras em conjunto com os órgãos de segurança.

No lado atingido do Rio Grande do Sul, iniciativa parecida já foi concretizada. Lá, a empresa financiou a reforma de um quartel em Alpestre e a compra de viatura, aumentando a segurança das famílias que vivem próximas ao canteiro de obras. "Nosso objetivo é oferecer tranquilidade e segurança para as famílias. Esta é a nossa prioridade", destaca Schneider.